



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Bruna Vieira Gomes de Oliveira

***A Política: Revista Combativa Ilustrada: imprensa e política na Primeira  
República***

São Gonçalo

2015

Bruna Vieira Gomes de Oliveira

***A Política: Revista Combativa Ilustrada: imprensa e política na Primeira República***



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Leticia Corrêa

São Gonçalo

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

O48 Oliveira, Bruna Vieira Gomes de.  
A Política: Revista Combativa Ilustrada: imprensa e política na  
Primeira República / Bruna Vieira de Oliveira. – 2015.  
129f.

Orientadora: Profª. Dra. Maria Letícia Corrêa  
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do  
Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Coelho Netto, 1864-1934. 2. Eleições. 3. Imprensa. 4. Brasil –  
História – República Velha, 1889-1930. I. Corrêa, Maria Letícia. II.  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de  
Professores. III. Título.

CDU 981”1918/1922”

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Bruna Vieira Gomes de Oliveira

***A Política: Revista Combativa Ilustrada: imprensa e política na Primeira República***

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais.

Aprovada em 17 de dezembro de 2015.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Leticia Corrêa (Orientadora)  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2015



## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a Deus, minha fonte diária de inspiração.

## AGRADECIMENTOS

A conclusão de uma etapa representa um acontecimento tão importante em nossas vidas, quanto o fato de não termos trilhado sozinhos o caminho.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por mais essa conquista. Obrigada, meu Pai, por ter me capacitado e me ajudado, principalmente nessa reta final. Quando, em momentos de solidão e angústia, eu pensava que seria impossível concluir, pude perceber a Sua presença junto a mim, me fortalecendo e me incentivando a dar o próximo passo.

Agradeço a professora Maria Letícia Corrêa, pela orientação durante esses dois anos e meio e pelas intervenções oportunas, que me ajudaram a ir muito além do que eu imaginava. Acima de tudo, agradeço pela compreensão e pela sensibilidade, na consideração da minha situação de parturiente. O seu apoio fez toda a diferença para que eu não desistisse de concretizar esse objetivo.

Aos professores Leonardo Pereira e Marcelo Magalhães, pelas sugestões e intervenções que, após a qualificação, foram essenciais à elaboração desse trabalho.

Ao meu esposo Maxwell, pelo amor e pela parceria incondicional nesse projeto; pela compreensão quando, em alguns momentos, tive que me desligar da minha condição de esposa e me dedicar integralmente à dissertação. Ao meu filho Eduardo, por ser uma criança muito especial, atento aos meus momentos de fragilidade, compreensivo nos momentos em que a ele eu não pude dedicar toda a atenção que eu gostaria. À minha bebê Amanda, grata surpresa enviada por Deus em maio desse ano, que foi, por muitas vezes, a minha companheira nas madrugadas silenciosas às quais eu me dedicava a escrever. Minha querida família, essa conquista é nossa!

Agradeço ainda aos meus “braços direitos”, verdadeiros anjos em forma de pessoas, que me ajudaram e me incentivaram no decorrer dessa jornada: a minha mãe Sônia, pelas orações e pela colaboração diária em minha rotina; a minha sogra Bernadeth, também presente e solícita nos momentos em que precisei (e não foram poucos!); à minha irmã Camila, pelo bom humor e pela leveza, por me ouvir, me compreender e me apoiar, embora eu nem tenha merecido; a minha amiga Fernanda, pela parceria desde a Graduação, que se estendeu ao Mestrado e que eu tive a honra de ter presenciado tão importante consagração. Minhas queridas, eu não teria chegado até aqui se não fosse a presença de vocês.

Finalmente, agradeço a todos os familiares e amigos, que contribuíram direta ou indiretamente, e que compreenderam o meu isolamento, principalmente nessa reta final. Todos vocês, sintam-se agradecidos e abraçados!

A vida é a variedade. Assim como o paladar pede sabores diversos, assim a alma exige novas impressões.

*Coelho Netto*

## RESUMO

OLIVEIRA, Bruna Vieira Gomes. *A Política: Revista Combativa Ilustrada: imprensa e política na Primeira República*. 2015. 129f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

Esta dissertação é dedicada à análise de *A Política: Revista Combativa Ilustrada*, periódico que circulou semanalmente e, depois quinzenalmente, na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1918 e 1922. O objetivo do trabalho concentra-se na caracterização do debate político veiculado pela revista em torno das eleições federais de 1918 e das eleições presidenciais de 1919 e de 1922. *A Política* foi criada pelo literato Coelho Netto e pelo maranhense João Rodrigues e teve como motivação a derrota do primeiro no pleito de 1918, quando se candidatou à reeleição como deputado federal pelo seu estado, Maranhão. Esse fato desencadeou uma intensa campanha na revista a favor do reconhecimento de Coelho Netto na Câmara dos Deputados e contra a legitimidade das eleições naquele ano. Em *A Política*, o escritor alternou a posição de diretor juntamente com João Rodrigues, até a saída do primeiro, em janeiro de 1919. A pesquisa aponta que a revista permaneceu como um veículo destinado à manifestação das ideias e dos interesses de Coelho Netto, mesmo após o anúncio oficial da sua saída, repercutindo fatos relacionados aos processos eleitorais seguintes e propagando questões relacionadas à crise política que atingiria a década de 1920.

Palavras-chave: Coelho Netto. Eleições. Imprensa. Primeira República.

## ABSTRACT

OLIVEIRA, Bruna Vieira. Gomes. *A Política: Revista Combativa Ilustrada*: press and politics in the First Republic. 2015. 129f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

This research is focused on the analysis of *A Política: Revista Combativa Ilustrada*, a magazine that was published once a week and then two times a month in Rio de Janeiro city during the years 1918 to 1922. The study aimed to focus on the characterization of the political debate in the magazine around the 1918 federal elections and the presidential elections of 1919 and 1922. *A Política* was created by the writer Coelho Netto and by João Rodrigues, from Maranhão State, and was motivated by the defeat of the first in the 1918 election, when he ran for Congress for his state, Maranhão. This fact triggered an intense campaign in the magazine for recognition of Coelho Netto in the Congress and against the legitimacy of the elections that year. In *A Política*, the writer switched the director position with João Rodrigues, to the exit of the first, in January 1919. The research shows that the magazine has remained a vehicle for the expression of ideas and interests of Coelho Netto, even after the official announcement of his departure, reflecting facts related to these elections and propagating issues related to the political crisis that would reach the 1920s.

Keywords: Coelho Netto. Elections. Press. First Republic.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Anúncio do produto Bromil com Olavo Bilac .....	57
Figura 2 –	Anúncio da Mutualidade Católica Brasileira .....	58
Figura 3 –	Anúncio do colaborador Ignacio Raposo .....	60
Figura 4 –	Anúncio do Loyd Brasileiro .....	61
Figura 5 –	Anúncio da loja Parc Royal .....	62
Figura 6 –	Coelho Netto “nas mãos da opinião pública” .....	69
Figura 7 –	Coelho Netto discursando na Câmara dos Deputados .....	70
Figura 8 –	Capa do primeiro número de <i>A Política: Revista Combativa</i> Ilustrada .....	79

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Índice de frequência de Coelho Netto na Câmara dos Deputados .....	37
Tabela 2 –	Comparação entre os preços das revistas <i>A Política</i> : Revista Combativa Ilustrada, <i>Fon-fon</i> , <i>Careta</i> e <i>O Malho</i> .....	56



## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1	<b>ENGAJAMENTO INTELECTUAL E ATIVIDADE POLÍTICA: A TRAJETÓRIA DE COELHO NETTO NA PRIMEIRA REPÚBLICA</b> .....	20
1.1	<b>Coelho Netto no campo político</b> .....	21
1.2	<b>Coelho Netto na Câmara dos Deputados</b> .....	35
2	<b>ECOS DA DERROTA: <i>A POLÍTICA</i>: REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA COMO INSTRUMENTO DE COMBATE</b> .....	48
2.1	<b>A “causa” de Coelho Netto</b> .....	48
2.2	<b><i>A Política em revista</i></b> .....	53
2.3	<b>A derrota de Coelho Netto nas eleições federais</b> .....	68
2.3.1	<b><u>Coelho Netto x Urbano Santos</u></b> .....	76
2.4	<b><i>A Política: Revista Combativa Ilustrada como instrumento de combate e debate</i></b> .....	78
3	<b>AS ELEIÇÕES DE 1919 E 1922 EM <i>A POLÍTICA</i>: REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA</b> .....	84
3.1	<b>O governo interino de Delfim Moreira e o novo pleito presidencial</b> .....	84
3.2	<b>O cenário de instabilidade no governo de Epitácio Pessoa</b> .....	94
3.3	<b>A conturbada sucessão de 1922</b> .....	101
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	115
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119

## INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, analisamos *A Política: Revista Combativa Ilustrada*, periódico que circulou semanalmente e depois quinzenalmente na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1918 e 1922, cujo enfoque privilegiou questões políticas e administrativas da capital da República e também de outras regiões do país. Dentre os editores e colaboradores que integravam *A Política* destacou-se o escritor Coelho Netto, uma das figuras de maior renome no campo literário do país na Primeira República.

A motivação para esse estudo originou-se na graduação, quando integrei o projeto de pesquisa “Educação, Sanitarismo e Eugenia”, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Magali Engel, que se dedicava à investigação acerca das representações construídas pelos literatos, entre fins do século XIX e inícios do XX, sobre o povo brasileiro e a viabilidade do país como uma nação moderna e civilizada. Nele, me voltei ao exame das crônicas de Coelho Netto veiculadas em diversos jornais e revistas desse período, dentre eles, *A Política*.

Publicação ainda pouco mencionada nos estudos sobre a imprensa no período da Primeira República, *A Política: Revista Combativa Ilustrada* foi referida por Magali Gouveia Engel<sup>1</sup> e Renato Lanna Fernandez<sup>2</sup>. Engel, ao analisar a trajetória de Coelho Netto na imprensa, mencionou a revista como um dos periódicos em que o escritor se destacou como cronista; já Fernandez, citou *A Política* dentre as outras revistas que foram fundadas por Coelho Netto, como *O Meio – Revista social, política, literária e artística* (1889) e *Atlética – Revista literária, artística e esportiva* (1920).

Diante da falta de pesquisas específicas sobre *A Política*, e da oportunidade de lançar um novo olhar sobre os pleitos de 1918, 1919 e 1922, que não têm sido privilegiados nos estudos mais recentes sobre o período, apesar da renovação da História Política – constituem

---

<sup>1</sup> ENGEL, Magali Gouveia. Os intelectuais e a Liga de Defesa Nacional: entre a eugenia e o sanitarismo? (RJ, 1916-1933). *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. XI, p. 1-30, 2012. Disponível em: <[http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano11n1/artigo\\_Magali.pdf](http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano11n1/artigo_Magali.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2014.

<sup>2</sup> FERNANDEZ, Renato Lanna. Henrique Maximiano Coelho Netto (verbetes biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República* (1889 - 1930). Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COELHO%20NETO.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2014. FERNANDEZ, Renato Lanna. Coelho Netto: um intelectual a serviço do esporte. *Mosaico*, Rio de Janeiro, n. 5, ano 3, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/coelho-netto-um-intelectual-servi%C3%A7o-do-esporte>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

exceções os trabalhos de Marieta Ferreira<sup>3</sup>, Claudia Viscardi<sup>4</sup> e Surama Conde Sá Pinto<sup>5</sup> -, objetivamos, através da análise do conteúdo da revista, caracterizar o debate político na capital federal, na ocasião dessas eleições federais. Tais processos foram amplamente abordados pelos editores e colaboradores da revista, que se constituiu em espaço para manifestação de variados embates acerca dos mesmos.

O escritor Coelho Netto foi um dos integrantes da “geração boêmia”<sup>6</sup>, grupo que, ao final do século XIX, reuniu literatos como José do Patrocínio, Paula Ney, Olavo Bilac e Guimarães Passos, cuja produção atingia grande visibilidade na capital republicana. A “geração boêmia” conciliava esses escritores com aspirações literárias e políticas peculiares, voltados à defesa de mudanças que poderiam conduzir o Brasil ao nível de progresso atingido por outras nações. No entanto, suas propostas de modernização não constituíram um todo homogêneo, destituído de tensões e conflitos: as novas gerações de intelectuais que emergiram a partir dos anos de 1870 compunham círculos diferenciados, advindos do cenário literário, científico, artístico e político, representando a diversidade de interesses e demandas que caracterizou o próprio processo de construção da ordem burguesa no Brasil<sup>7</sup>.

Coelho Netto foi um dos escritores mais lidos no período da Primeira República<sup>8</sup>. Autor dos romances *A Capital Federal* (1893) e *Rei Negro* (1914), manteve, ainda, a veiculação de crônicas em diversos jornais e revistas, como *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *O Estado de S. Paulo*, *Correio da Manhã*, *Revista do Brasil*, *A Noite*, *Athletica*, *Jornal do*

---

<sup>3</sup> FERREIRA, Marieta. Nilo Peçanha (verbete biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PE%C3%87ANHA,%20Nilo.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

<sup>4</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

<sup>5</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

<sup>6</sup> RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. A geração boêmia: vida literária em romances, memórias e biografias. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 233-236.

<sup>7</sup> ENGEL, Magali. A Liga de Defesa Nacional como partido: os intelectuais e a construção da hegemonia burguesa. (Brasil, 1916). *E-Latina*, Buenos Aires, v. 08, 2010. p. 1.

<sup>8</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Literatura em movimento. Coelho Netto e público das ruas. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005. p. 202.

*Commercio, Revista da Semana, Jornal do Brasil e FonFon!*<sup>9</sup>. O escritor atuou também na política, tendo exercido cargos como o de secretário do governo do estado do Rio de Janeiro (1890) e seguidos mandatos de deputado federal pelo Maranhão (1909-1918), integrando-se, desse modo, a redes de sociabilidade que lhe conferiram prestígio e projeção<sup>10</sup>.

Em 1918, Coelho Netto disputou as eleições federais, concorrendo a mandato de deputado pelo estado do Maranhão: caso vencesse – o que não se confirmou – assumiria a representação pela quarta vez, visto que fora eleito em 1909, 1912 e 1915<sup>11</sup>.

No mesmo ano, o escritor criou *A Política*, juntamente com o maranhense João Rodrigues. O primeiro número saiu em de 24 de abril<sup>12</sup>, logo após, portanto, as eleições para presidente da República e para o Congresso Nacional, realizadas em 1º de março, para o quadriênio de 1918 a 1922. Desde os seus primeiros números, a revista manifestou-se criticamente diante do processo eleitoral, questionando, através dos seus artigos, sua legitimidade. Dessa forma, denunciou casos de corrupção em diversos estados e se constituiu, sobretudo, como um espaço de apoio a Coelho Netto. O escritor e João Rodrigues alternaram a direção de *A Política* até janeiro de 1919, quando foi anunciado que o primeiro deixaria sua redação.

A virada do ano de 1918 para 1919 configurou um cenário político conturbado. Rodrigues Alves, presidente eleito no último mês de março, apresentara sérios problemas de saúde que o impediram de tomar posse do cargo, como previsto, no mês de novembro. Assumiu então a presidência o vice-presidente eleito, Delfim Moreira. Rodrigues Alves veio a falecer em 17 de janeiro do ano seguinte, mantendo-se Moreira no posto até a realização das novas eleições, conforme estabelecido no texto constitucional<sup>13</sup>. Como se sabe, Eptácio Pessoa foi o vencedor do novo pleito, realizado em 13 de abril.

---

<sup>9</sup> ENGEL, Magali Gouveia. Os intelectuais e a Liga de Defesa Nacional: entre a eugenia e o sanitarismo? (RJ, 1916-1933). *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. XI, p. 12, 2012. Disponível em: <[http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano11n1/artigo\\_Magali.pdf](http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano11n1/artigo_Magali.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2014.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>11</sup> FERNANDEZ, Renato Lanna. Henrique Maximiano Coelho Netto (verbete biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

<sup>12</sup> A POLÍTICA: REVISTA COMBATIVA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, n. 1, 24 abr. 1918.

<sup>13</sup> BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário do Congresso Nacional, 1891. p. 523. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

Para Claudia Viscardi, a eleição de 1919 refletiu as profundas dificuldades da dinâmica da política de alianças entre os estados de Minas Gerais e São Paulo na Primeira República, o que resultou em uma alteração na forma pela qual foi definida a sucessão presidencial. O apoio de Minas Gerais à candidatura de Epiácio Pessoa – em detrimento do paulista Altino Arantes – representou a aproximação do estado com as demais unidades da federação e o conseqüente isolamento paulista. A autora assinala o surgimento da “concentração dos estados”, o que demonstrava o caráter instável e plural da dinâmica política no período, dando lugar à formação de alianças alternativas ao eixo Minas Gerais - São Paulo<sup>14</sup>. A candidatura de Rui Barbosa, de oposição, foi apoiada pelos estados do Rio de Janeiro, Pará e por setores políticos da Bahia<sup>15</sup>.

Tão logo se oficializaram as candidaturas de Rui Barbosa e Epiácio Pessoa, *A Política* se mobilizou em apoio ao primeiro candidato, tendo a campanha a seu favor ocupado suas páginas durante a campanha eleitoral de 1919. O periódico posicionava-se, portanto, claramente, por um dos lados da disputa.

Em *A Política* acompanhamos também a repercussão em torno da eleição presidencial de 1922, que contou com o mineiro Artur Bernardes e o fluminense Nilo Peçanha na disputa. Esse último, aliás, protagonizou o episódio conhecido como a Reação Republicana, que consistiu na formação de uma coligação alternativa frente à candidatura situacionista articulada entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, que teve Bernardes como seu representante. Embora tenhamos localizado poucos números de *A Política* referentes ao período desse pleito, encontramos artigos que registraram a movimentação da campanha desses candidatos e que sinalizaram um posicionamento favorável da revista a Reação.

Desse modo, entendemos que *A Política*, por meio de seus artigos e editoriais, repercutiu temas e questões relacionadas à organização política e à consolidação do regime republicano no Brasil, no final da segunda década do século XX.

Esse processo, permeado por contradições, havia resultado, desde a promulgação da Constituição, em 1891, na concentração do poder político em mãos de grupos políticos que se organizavam em bases estaduais. Inspirada no modelo liberal norte-americano, a nova Constituição, através do federalismo, conferia uma maior autonomia aos estados, em detrimento do poder centralizador do Império. Conforme apontado por José Murilo de Carvalho, a criação da figura do governador de Estado deu às eleições estaduais um papel

---

<sup>14</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 253-254

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 250.

fundamental nos arranjos políticos do período da Primeira República. Assim, se no Império o presidente de província não possuía poder próprio, por conta da possibilidade de remoção e por ser nomeado pelo Executivo nacional, com o federalismo, os governadores, ao serem eleitos pelas “máquinas dos partidos únicos estaduais”, concentravam em torno de si as relações com as oligarquias locais e a política estadual<sup>16</sup>.

Maria Efigênia Lage de Resende utiliza a expressão “liberalismo oligárquico”<sup>17</sup> para caracterizar o processo de implantação e consolidação do regime político republicano, entre 1889 e 1930. Segundo a autora, o período caracterizou-se pela associação de preceitos constitucionais liberais às práticas oligárquicas, o que teria representado um retrocesso com relação a um “verdadeiro” ideal republicano, baseado no exercício da democracia e na expansão dos direitos para todos. A priorização dos interesses de uma pequena parcela da sociedade, manifestada pelas oligarquias nos estados, teria se apresentado, em seu entender, como contrária ao preceito de bem comum, negando-se à população o direito de participação na arena política e ferindo o desenvolvimento da cidadania no país. Nesse caso, a República proclamada no Brasil representara uma volubilidade de princípios, adaptáveis aos interesses de uma minoria<sup>18</sup>.

Ângela de Castro Gomes, no entanto, nos adverte sobre a necessidade de revisão da perspectiva, consagrada desde os pensadores autoritários do Estado Novo que, durante um longo tempo, considerou a Primeira República como um período de inexpressiva mobilização política e cultural. Gomes ressalta a existência de instituições e associações formadas por atores diversos, dentre eles intelectuais, trabalhadores, segmentos de classes médias e populares, que percorreram o campo da participação política, não devendo ser esse fato menosprezado pelos estudos que abordam essa temática<sup>19</sup>. A percepção desses variados sujeitos nas análises, segundo a autora, “permite explicações/interpretações sobre o

---

<sup>16</sup> CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, p. 229-250, 1997.

<sup>17</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: NEVES, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Belo Horizonte: Civilização Brasileira, 2003, v.1, p. 91.

<sup>18</sup> *Ibidem*, 91-93.

<sup>19</sup> ABREU, Martha; GOMES, Ângela de Castro. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, 2009, p. 1-14.

comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades”<sup>20</sup>.

A realização das eleições foi o tema de maior destaque em *A Política*. Em seus artigos, localizamos informações e comentários sobre a movimentação em torno dos grupos políticos, além de denúncias de fraudes que feriam sua legitimidade na capital e nos estados. Com o federalismo, como foi assinalado, as eleições adquiriram uma nova importância no cenário político nacional, ocasionando oportunidade propícia para a realização das alianças que estabeleceriam as bases para a formação do Executivo e do Legislativo federal. As sucessões presidenciais, nesse sentido, representavam os “arranjos políticos mais importantes da Primeira República”, nas quais as parcerias entre os estados eram formalizadas ou desfeitas<sup>21</sup>. Nesse sentido, sobre as sucessões presidenciais na Primeira República, Cláudia Viscardi questiona a abordagem clássica da “política do café com leite”, que considera a aliança entre São Paulo e Minas Gerais como um elemento conciliador e imune a dissidências internas. Para a autora, teria sido justamente a instabilidade das relações entre esses dois estados o elemento preponderante na manutenção do sistema republicano, visto que tal condição impediu a perpetuação de uma frente única e organizada no cenário político<sup>22</sup>.

A dinâmica eleitoral foi examinada também por Vera Lúcia Bogéa Borges, que se debruçou, por exemplo, sobre a sucessão presidencial de 1910, privilegiando a relação entre cultura política e imprensa, a partir da consideração da última como um espaço de circulação concreta de ideias que se descortinaram para o restrito, porém, relevante, público leitor. Nesse contexto, o pleito daquele ano apresentou características específicas, tendo como referência principal uma intensa disputa que envolveu a campanha civilista de Rui Barbosa e a candidatura oficial de Hermes da Fonseca. Borges destacou a importância do papel da imprensa nas mobilizações em torno das eleições, referindo-se ao acompanhamento contínuo pelos jornais dos fatos a ela relacionados, em detrimento da veiculação de informações “isoladas”, que eram características aos jornais do período<sup>23</sup>.

---

<sup>20</sup> GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

<sup>21</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. p. 25.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>23</sup> BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *A Batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.



Já a análise de Jaqueline Porto Zulini considera a ocorrência de fraudes e o recurso à violência como iniciativas recorrentes aos processos eleitorais da Primeira República, identificando também os elementos considerados como primordiais ao funcionamento da dinâmica política do período, como os grupos partidários, a estrutura administrativa municipal e a conquista do eleitorado, destacando para tal a atuação da “imprensa partidária” e as estratégias utilizadas nas campanhas eleitorais<sup>24</sup>.

Desse modo, entendemos que se torna essencial a percepção da Primeira República como um período de variadas mobilizações em torno da política. Na Capital Federal, por exemplo, Marcelo de Souza Magalhães apontou “a existência de uma importante vida política (...), tanto no que diz respeito à atuação dos representantes quanto dos representados”<sup>25</sup>. Ao investigar a política municipal carioca entre 1892 e 1902, o autor identificou relações de aproximação entre o Conselho Municipal e a população, sendo essa reconhecidora da legitimidade do organismo no atendimento às suas demandas. Magalhães se contrapôs, portanto, à concepção de José Murilo de Carvalho, que atribuiu a falta de participação política do povo ao fato de o mesmo não se considerar representado pelas novas instituições republicanas<sup>26</sup>.

Uma outra forma de engajamento pode ser apreendida pela pesquisa de Magali Engel, que percebeu no período da Primeira República uma forte articulação entre a questão da educação e os problemas relacionados à saúde pública, destacando iniciativas como a criação da Liga de Defesa Nacional, em 1916; a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, datada de 1915; a Liga Pró-Saneamento do Brasil, criada em 1918; e a Liga Brasileira de Higiene Mental, de 1923. Segundo Engel, embora com demandas distintas, essas associações repercutiam ideais defendidos por diferentes camadas da sociedade, como políticos, intelectuais, médicos, educadores, literatos, engenheiros, dentre outros, que se organizavam

---

<sup>24</sup> ZULINI, Jaqueline Porto. *Estruturas e práticas eleitorais na Primeira República*. In: SEMINÁRIO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DA USP, 3., 2013, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2013. p. 1-24. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/III\\_SD\\_2013/Mesa\\_11.3\\_-\\_Jaqueline\\_Zulini\\_III\\_SD\\_2013.pdf](http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/III_SD_2013/Mesa_11.3_-_Jaqueline_Zulini_III_SD_2013.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2014.

<sup>25</sup> MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca? In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVEIA, Maria de Fátima; SOIHET, Rachel (Org.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 295.

<sup>26</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.



em torno de projetos voltados para a construção de uma nova identidade para o país<sup>27</sup>. A consideração da multiplicação dessas iniciativas também concorre para o questionamento da ideia de “apatia” política na Primeira República, além de revelar a variedade de ideias e disputas em torno da efetivação dessas ações no plano político e social.

Este trabalho foi desenvolvido com base na perspectiva manifestada nos trabalhos acima referidos, que consideram a existência de uma diversidade agentes participativos na política da Primeira República e que se contrapõem a abordagens baseadas na apatia e na suposta ausência de mobilização política ou eleitoral. Desse modo, *A Política* revelou-se como uma importante fonte de investigação da dinâmica política do final dos anos 1910 e início da década de 1920, repercutindo manifestações e tomadas de posição de seus editores, o que nos permite visualizar, também, a partir da capital federal e de três processos eleitorais específicos, a política nos estados, em especial no Maranhão e na Bahia, como veremos na dissertação.

Nesse contexto, ganha destaque a atuação política de Coelho Netto, em razão do qual foi criada *A Política*, periódico dedicado à sua “causa” – o reconhecimento da eleição federal que, afinal, não confirmado. A revista nos indica as redes de sociabilidade às quais o escritor esteve integrado, tanto na capital da República, como em seu estado natal. Essa trajetória política, vale assinalar, não foi objeto de análise detida na historiografia e pouco aparece nos estudos dedicados a Coelho Netto.

Dessa forma, com o objetivo de aprofundar as questões acima sinalizadas, a dissertação está organizada em três capítulos.

No primeiro, *Engajamento intelectual e atividade política: a trajetória de Coelho Netto na Primeira República*, analisamos a atuação política do escritor, com objetivo de mapearmos sua trajetória nesse campo, através da identificação das redes de sociabilidade que influenciaram, em alguns casos, a sua nomeação em cargos públicos, e que possibilitaram também a sua inserção na representação federal. Assim, empreendemos uma investigação específica, voltada para os mandatos assumidos por Coelho Netto nas três legislaturas nas quais foi eleito deputado federal. Com base nos discursos por ele proferidos nas sessões da Câmara dos Deputados, buscamos identificar o posicionamento do escritor em relação às pautas discutidas, bem como o seu alinhamento à bancada maranhense, com o objetivo de realçarmos o elemento político por vezes desconsiderado em sua biografia. Nesse capítulo,

---

<sup>27</sup> ENGEL, Magali Gouveia. Os intelectuais e a liga de defesa nacional: entre a eugenia e o sanitarismo? (RJ, 1916-1933). *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. XI, p. 12, 2012. Disponível em: <[http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano11n1/artigo\\_Magali.pdf](http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano11n1/artigo_Magali.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2014.

além da pesquisa dos *Anais da Câmara dos Deputados*, teve destaque a consulta à biografia do escritor escrita por seu filho, Paulo Coelho Netto<sup>28</sup>, que foi essencial ao levantamento de suas redes políticas e de sociabilidade.

O segundo capítulo, *Ecos da derrota: A Política: Revista Combativa Ilustrada como instrumento de combate*, é voltado à análise do periódico *A Política*, no qual apresentamos as suas características gerais, relacionadas à sua criação, formato, estrutura gráfica e corpo editorial. Ainda nesse capítulo, analisamos também a campanha veiculada na revista em favor do reconhecimento de Coelho Netto como deputado federal e seu posicionamento a respeito desse pleito. Desse modo, consideramos os artigos que repercutiram os bastidores da exclusão de Coelho Netto do partido situacionista maranhense e o combate direcionado a Urbano Santos, líder político no estado e apontado pelo escritor como principal responsável pelo episódio que motivou a própria criação da revista.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, *As eleições de 1919 e 1922 em A Política: Revista Combativa Ilustrada*, analisamos a cobertura veiculada pelo periódico em torno desses dois pleitos. Com relação ao primeiro, identificamos a campanha da revista em favor de Rui Barbosa, candidato de oposição ao paraibano Epiácio Pessoa. Já no segundo, identificamos a movimentação em torno da disputa entre o candidato situacionista Artur Bernardes e Nilo Peçanha, na oposição, e a inclinação da revista em favor do segundo candidato. Desse modo, consideramos a atuação de *A Política* frente ao surgimento da Reação Republicana, que se configurou pela entrada de novos atores no cenário político brasileiro, trazendo à tona conflitos e insatisfações que culminaram na crise política da década de 1920.

---

<sup>28</sup> COELHO NETTO, Paulo. *Coelho Netto*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942, p. 101.

## 1 ENGAJAMENTO INTELECTUAL E ATIVIDADE POLÍTICA: A TRAJETÓRIA DE COELHO NETTO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Neste primeiro capítulo, abordaremos a relação do escritor Coelho Netto com a política no período da Primeira República. Primeiramente, analisaremos as posições ocupadas pelo escritor neste campo, outro espaço por onde transitou, juntamente com a literatura, com o objetivo de identificarmos as redes de sociabilidade às quais estava integrado, no Maranhão, seu estado natal, e no Rio de Janeiro, capital federal.

Segundo Pierre Bourdieu, campos representam “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses mesmos espaços e que podem ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes”<sup>29</sup>. Bourdieu considera a existência de campos diversos, cuja formação é estruturada a partir de leis gerais de funcionamento, onde a investigação possibilita a apreensão de suas propriedades específicas, ao mesmo tempo em que se fazem conhecer os seus mecanismos universais. Nesse caso, o interior do campo é constituído por lutas de natureza particular inerentes a cada campo, entre agentes novos, que buscam espaço em seu interior, em concorrência com os agentes dominantes desse mesmo campo, em defesa do monopólio de suas posições já alcançadas<sup>30</sup>.

Posteriormente, analisaremos mais detalhadamente a atuação de Coelho Netto na Câmara dos Deputados durante as três legislaturas em que foi eleito (1909-1911; 1912-1914; 1915-1917). Com base nos registros de sua atuação na Casa, buscaremos investigar como se processou a representação política do literato e o seu alinhamento com o grupo que o elegeu por três mandatos consecutivos.

---

<sup>29</sup> BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de século, 2003, p. 119.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 119-20.

## 1.1 Coelho Netto e o campo político

A trajetória de Coelho Netto já foi abordada em importantes trabalhos, como, por exemplo, o de Paulo Coelho Netto<sup>31</sup> e o de Leonardo Pereira<sup>32</sup>, que nos fornecem importantes informações sobre a trajetória pessoal e profissional do escritor, sobretudo no campo da literatura. Em nosso trabalho, investigaremos o elemento político dessa trajetória, questão que foi timidamente mencionada por Flávio Reis<sup>33</sup> e Claunísio Amorim Carvalho<sup>34</sup>. Reis se dedicou a investigar o processo de formação da estrutura oligárquica maranhense e seus principais personagens; Carvalho abordou a questão do nacionalismo na obra de Coelho Netto e construiu um perfil que abrangeu a vida, a obra e o pensamento do escritor, no qual se incluíam as suas ligações com o poder político. Partindo dessas análises, nos propomos a aprofundar a atuação de Coelho Netto no campo político, desde a sua militância abolicionista e republicana, ainda no início de sua carreira, até sua projeção nacional como deputado, posição mais alta que alcançou na representação federal, quando já era reconhecido como um dos escritores de maior renome no país.

Henrique Maximiniano Coelho Netto nasceu no dia 21 de fevereiro de 1864, na cidade de Caxias, no Maranhão. Seus pais eram o português Antonio da Fonseca Coelho e a índia Ana Silvestre. Em 1870, quando tinha apenas seis anos de idade, mudou-se com seus pais para o Rio de Janeiro, onde teria sido iniciado nas leituras por um tio<sup>35</sup>. O motivo da mudança, segundo o próprio Coelho Netto, teria sido a perseguição sofrida pelo pai, em virtude do seu envolvimento com a política local. Em entrevista concedida ao jornal *A Noite*, em julho de 1925, que se dedicou a apresentar ao leitor a trajetória do “maior nome literário do Brasil moderno”<sup>36</sup>, o escritor afirmou que o pai teve “a má lembrança de meter-se em

<sup>31</sup> COELHO NETTO, Paulo. *Coelho Netto*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942.

<sup>32</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Literatura em movimento. Coelho Netto e o público das ruas. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *História em cousas miúdas*. Capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005.

<sup>33</sup> REIS, Flávio. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*. São Luís: UNIGRAF, 2007.

<sup>34</sup> CARVALHO, Claunísio Amorim. *O insigne pavilhão: nação e nacionalismo na obra do escritor Coelho Netto*. 2012. 217 f. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

<sup>35</sup> COUTINHO, Afrânio; SOUZA, J. Galante de. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. São Paulo: Global, 2001, v. 1. p. 500-501. Cf. MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário Biobibliográfico de Membros da Academia Brasileira de Letras*. Goiânia: Kelps, 2007. p. 44-47.

<sup>36</sup> OS TRIUNFADORES. *A Noite*, Rio de Janeiro, n. 4901, p. 1, 15 jul. 1925.

política”<sup>37</sup>. Podemos notar nessa afirmação um posicionamento negativo do escritor em relação à política, que pode ser justificado pelo fato de, nesse período, o mesmo não estar mais inserido na representação federal e também a certo senso comum que desvaloriza essa esfera de atuação.

Seus estudos primários e secundários foram realizados no Colégio São Bento e no Colégio Pedro II<sup>38</sup>. Em 1882, ingressou na Faculdade de Medicina, curso que logo abandonou, por “ver um cadáver exposto no anfiteatro”<sup>39</sup>. No ano seguinte, embarcou para São Paulo e iniciou a Faculdade de Direito.

No final de 1883, o grupo de estudantes que Coelho Netto fazia parte na faculdade entrou em conflito com um grande jornal da região, em virtude das suas ideias abolicionistas<sup>40</sup>. Segundo Coelho Netto, o jornal *Gazeta do Povo* os teria agredido e o escritor foi um dos que “tomaram a frente do desforço”<sup>41</sup>. Esse episódio teria influenciado a avaliação do corpo docente da faculdade e os envolvidos no caso foram reprovados nos exames de final de ano<sup>42</sup>. “Incompatibilizado com os professores”<sup>43</sup> por conta do ocorrido, Coelho Netto mudou-se para o Recife, a fim de prestar os exames na Faculdade de Direito dessa cidade, pois nela “imperava o regime das ‘propinas’”, que permitia aos estudantes prestarem exame em qualquer época do ano, mediante o pagamento de uma taxa em dinheiro<sup>44</sup>. Em Recife, Coelho Netto permaneceu o tempo que foi suficiente para a sua aprovação, regressando a São Paulo para cursar o segundo ano<sup>45</sup>.

<sup>37</sup> OS TRIUNFADORES. *A Noite*, Rio de Janeiro, n. 4901, p. 1, 15 jul. 1925.

<sup>38</sup> COUTINHO, Afrânio; SOUZA, J. Galante de. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. São Paulo: Global, 2001, vol. 1. p. 500-501.

<sup>39</sup> MACHADO, Ubiratan. *Coelho Netto*. Cadeira 2 / Ocupante 1 (fundador). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011. p. 7. (Série Essencial).

<sup>40</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Barricadas na Academia: literatura e abolicionismo na produção do jovem Coelho Netto. *Tempo*, Niterói, v. 5, n.10, 2000, p. 10. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg10-2.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg10-2.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2015.

<sup>41</sup> OS TRIUNFADORES, op. cit., nota 37, p. 1.

<sup>42</sup> PEREIRA, op. cit., nota 40, p. 10.

<sup>43</sup> OS TRIUNFADORES, op. cit., nota 37, p. 1.

<sup>44</sup> PEREIRA, op. cit., nota 40, p. 11.

<sup>45</sup> PEREIRA, op. cit., nota 40, p. 11.

As faculdades de Direito de São Paulo e do Recife constituíram-se a essa época como espaço de formação dos bacharéis que viriam ocupar os cargos nos órgãos centrais e regionais de governo<sup>46</sup>. No entanto, a formação desses bacharéis não se resumia apenas às disciplinas curriculares ministradas nas salas de aula, no âmbito das relações estabelecidas entre professores e alunos. Grande parte do aprendizado era adquirido fora das salas de aula, nos institutos e associações acadêmicas, que encontraram no jornalismo o meio de manifestar as suas ideias<sup>47</sup>.

Na Faculdade de São Paulo, as manifestações políticas e a produção literária andavam de mãos dadas. Segundo Adorno,

A vida acadêmica não apenas possibilitou o aparecimento dos primeiros advogados da causa democrática, das liberdades civis e políticas, do abolicionismo e do republicanismo, como também consistiu num importante veículo de institucionalização da estética literária. [...] A vida acadêmica proporcionou, por assim dizer, um espaço social institucionalizado, porém aberto, de participação e de lutas políticas, às quais se expressaram no teatro, na literatura e, sobretudo, no jornalismo (ADORNO, 1988, p. 78).

O retorno de Coelho Netto a São Paulo e à Faculdade de Direito contribuiu para que ele se envolvesse cada vez com os grupos estudantis abolicionistas e com a literatura, traços que compunham o “perfil que os novos pretendentes a literato tentavam formar para si mesmos”<sup>48</sup>. Em agosto de 1884, Coelho Netto foi incluído entre os redatores do jornal acadêmico mensal *A Onda* e adentrou definitivamente no grupo de “acadêmicos abolicionistas” – que incluía nomes como Raul Pompéia, Rivadávia Correia, Luiz Lemos, Vicente de Carvalho e Muniz Barreto – que escreviam em prol da causa e possuíam em comum uma “identidade combativa”<sup>49</sup>. Nesse mesmo mês, Coelho Netto também atuou como orador, discursando em um evento promovido pela Caixa Emancipadora Luiz da Gama, como representante da Comissão Libertadora das Circunvizinhanças da Academia, uma associação que angariava fundos para comprar a liberdade de todos os escravos nas proximidades do prédio da faculdade<sup>50</sup>. Nesse caso, podemos notar que a militância abolicionista, ainda que de

<sup>46</sup> ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 78.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>48</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Barricadas na Academia: literatura e abolicionismo na produção do jovem Coelho Netto. *Tempo*, v. 5, n. 10, 2000, p. 10. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg10-2.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg10-2.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2015.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 14.

forma limitada, saía do plano retórico e mostrava o empenho desses jovens acadêmicos em se colocarem à disposição da causa defendida<sup>51</sup>.

Nesse mesmo período, além de dedicar-se a causa abolicionista, Coelho Netto também se dedicou ao aperfeiçoamento da sua escrita, ganhando aos poucos espaço na imprensa<sup>52</sup>. Em 1884, o soneto “Ao meio-dia” foi publicado no *Jornal do Commercio*; em 1885 lançou juntamente com seus colegas abolicionistas *O Meridiano*, outra folha acadêmica, que dessa vez não tinha o abolicionismo como a questão principal. Voltada para as discussões em torno da arte, a folha trazia poesias, contos e temas variados, o que possibilitou o exercício do seu estilo literário, além da esfera do discurso militante abolicionista<sup>53</sup>.

Ao fim de 1884, Coelho Netto abandonou a Faculdade de Direito e retornou ao Rio de Janeiro<sup>54</sup>. A essa altura, o escritor, que já possuía um “perfil definido”, optou por seguir a carreira no campo da literatura<sup>55</sup>. A primeira oportunidade como jornalista profissional foi na *Gazeta da Tarde*, do abolicionista José do Patrocínio, função que desempenhou também nos jornais *Diário Ilustrado* e *Novidades*, até conseguir se afirmar como profissional respeitado nesse meio<sup>56</sup>. Sobre a convivência com Patrocínio e a instabilidade da carreira jornalística, Coelho Netto afirmou:

Fui ouvir pela primeira vez o Patrocínio. Fiquei doido, doido, completamente doido. Resolvi deixar os estudos, deixar os sonhos de doutor, para acompanhar o grande vulto. E fui com ele para a “Gazeta da Tarde”. Mas a vida era dura, a “Gazeta da Tarde” esteve em sérias dificuldades. Andei saltando de jornal em jornal para ganhar o pão (NETTO, 1925, p. 1).

Em 1887, Coelho Netto foi contratado pelo jornal *Cidade do Rio*, que publicou seus contos e que, em 1888, lhe concedeu a oportunidade de escrever a sua própria coluna, denominada “*Lazeres*”, assinada sob o pseudônimo “Puck”. Nesse período, o escritor adotou

<sup>51</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Barricadas na Academia: literatura e abolicionismo na produção do jovem Coelho Netto. *Tempo*, v. 5, n.10, 2000, p. 10. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg10-2.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg10-2.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2015.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 16-17.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 18-22.

<sup>56</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Literatura em movimento: Coelho Netto e o público das ruas. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. São Paulo: Unicamp, 2005. p. 203.



o gênero pelo qual ficou conhecido pelo grande público: as crônicas<sup>57</sup>. Nelas, Coelho Netto aliou a “pregação abolicionista e republicana” ao enfrentamento de outro “inimigo”, que seria “o suposto atraso e ignorância do público distante das letras e das artes”<sup>58</sup>.

Ao fim da década de 1880, com a Abolição e a proclamação da República, Coelho Netto pôde acompanhar a concretização desses ideais, ao passo que o seu nome se afirmava cada vez mais na literatura<sup>59</sup>. O novo regime também lhe renderia pela primeira vez uma colocação em um cargo público, em 1890, como secretário do governo do Estado do Rio de Janeiro<sup>60</sup>; no ano seguinte, seria nomeado diretor de Negócios do Estado, da Justiça e Legislação do estado<sup>61</sup>.

Essas indicações podem ser atribuídas ao “prestígio” do sogro, na época o deputado federal Alberto Brandão, durante a gestão de Francisco Portela como governador do Rio de Janeiro<sup>62</sup>. Em 1889, Portela foi nomeado governador do estado pelo marechal Deodoro da Fonseca. No entanto, o conturbado cenário político – que envolveu o fechamento do Congresso Nacional em 3 de novembro de 1891 e a renúncia de Deodoro vinte dias depois – ocasionou o isolamento do governador e a sua renúncia em 10 de dezembro do mesmo ano<sup>63</sup>. A renúncia de Francisco Portela também fez com que Coelho Netto, assim como outros literatos nomeados no mesmo período, perdesse a sua colocação na administração pública estadual<sup>64</sup>.

---

<sup>57</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Literatura em movimento: Coelho Netto e o público das ruas. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. São Paulo: Unicamp, 2005. p. 203-205.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 205.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 211.

<sup>60</sup> COELHO NETTO, Paulo. *Coelho Netto*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942, p.395.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 395.

<sup>62</sup> FERNANDEZ, Renato Lanna. Henrique Maximiano Coelho Netto (verbetes biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 1 e 2. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COELHO%20NETTO.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

<sup>63</sup> LOPES, Raimundo Helio. Francisco Portela (verbetes biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PORTELA,%20Francisco.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

<sup>64</sup> PEREIRA, op. cit., nota 57, p. 211.



O artigo “*A esmo*”, veiculado no jornal *O Paiz*, em 12 de julho de 1891, assinado pelo pseudônimo C. Cy., expôs a relação de proximidade entre o governador Francisco Portela e os literatos no início do regime republicano. Segundo o artigo, “se o Sr. Portela não era ainda o protetor das letras, estava em véspera de o ser, como o revelam as recentes nomeações para altos cargos do estado”<sup>65</sup>. No mesmo artigo, o autor apresentou Portela como “extremado amigo dos escritores e poetas”, referindo-se às nomeações de Coelho Netto, Luiz Murat, Olavo Bilac e Pardal Mallet, e afirmou que “a terra de promessa da literatura brasileira achasse imprensada entre a política e o funcionalismo”<sup>66</sup>. Já o artigo “*Humorismos*”, assinado por J. Guerra, acusava Francisco Portela de ser “o maior inimigo da literatura”, pois “a pretexto de proteger talentos, transportou para a Praia Grande uma penca de poetas e escritores que trocaram o culto das musas pelo culto da administração”<sup>67</sup>.

Coelho Netto, de fato, possuía uma relação de proximidade com o marechal Deodoro da Fonseca e com Francisco Portela. O marechal, na biografia de Coelho Netto escrita por seu filho, Paulo Coelho Netto, foi referenciado como um amigo, que o escritor teria visitado várias vezes, “sendo sempre recebido com a maior lhanza na intimidade da sua família virtuosa e simples”<sup>68</sup>. Uma dessas visitas feitas por Coelho Netto teria sido com o intuito de convidar Deodoro para o seu casamento com Maria Gabriela Brandão, que se realizaria em 24 de julho de 1890. Como resposta, o marechal teria afirmado que iria, não como “simples convidado”, mas como testemunha<sup>69</sup>. Uma nota publicada no jornal *O Paiz*, sem assinatura, noticiou a cerimônia civil, com a presença de Deodoro da Fonseca como testemunha, juntamente com José do Patrocínio e Francisco Portela. A mesma nota também noticiou a cerimônia religiosa, realizada na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória, na qual Portela foi o padrinho, por parte da noiva, acompanhado por sua esposa, a Sra. Isabel Portela<sup>70</sup>.

Em 1892, após a breve incursão no funcionalismo estadual, Coelho Netto foi lente de História das Artes, na Escola Nacional de Belas Artes. Já em 1893, foi “redator dos debates

---

<sup>65</sup> CY, C. *A esmo*. *O paiz*, Rio de Janeiro, n. 3364, p. 1, 12 jul. 1891.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>67</sup> GUERRA, J. *Humorismos*. *O paiz*, n. 3433, p. 1, 20 set. 1891.

<sup>68</sup> COELHO NETTO, Paulo. *Coelho Netto*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942, p. 101.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 101.

<sup>70</sup> O PAIZ. Rio de Janeiro: [s.n.], n. 3014, p. 1, 26 de julho de 1890.

no Senado”, mesmo ano em que seu primeiro romance, *A capital federal*, foi publicado<sup>71</sup>. Não há registro da origem da indicação para os cargos de lente e de redator assumidos pelo escritor.

Em 1899, Coelho Netto foi Secretário da Comissão do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil, organizada pelo governo federal<sup>72</sup>. Nesse período, o escritor empreendeu uma excursão de propaganda voltada para as comemorações dessa efeméride, em direção aos estados do norte do país<sup>73</sup>.

Em 1901, Coelho Netto atuou novamente no campo do magistério. Dessa vez, foi classificado em primeiro lugar no concurso para Lente de Literatura do ginásio de Campinas, cidade onde permaneceu até 1904, quando decidiu retornar ao Rio de Janeiro<sup>74</sup>. Em 1907, o escritor atuou interinamente como Lente de Literatura do Colégio Pedro II e, em 1909, foi efetivado nesse cargo, sem concurso, por voto unânime da Congregação<sup>75</sup>. Ainda no Pedro II, Coelho Netto foi nomeado, em 1910, professor de História das Artes e Literatura Dramática, além de diretor da instituição<sup>76</sup>.

Coelho Netto também mantinha uma relação de proximidade com o Barão do Rio Branco, que “teria feito tudo para ingressá-lo na diplomacia”<sup>77</sup>. Rio Branco, que constantemente ia à casa de Coelho Netto, “nunca se retirava sem ter antes saboreado uma xícara de café”<sup>78</sup>. Apesar da amizade com o chanceler, Coelho Netto declinava dos seus convites para atuar no campo diplomático, pois “temia sentir a nostalgia da Pátria”<sup>79</sup>. Coelho

---

<sup>71</sup> COELHO NETTO, Paulo. *Coelho Netto*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942, p. 101. Não há registro de indicação para os cargos de lente e de redator assumidos por Coelho Netto nesse período.

<sup>72</sup> CARVALHO, Claunísio Amorim. *O insigne pavilhão: nação e nacionalismo na obra do escritor Coelho Netto*. 2012. 217 f. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

<sup>73</sup> COELHO NETTO, op. cit., nota 71, p. 396.

<sup>74</sup> COELHO NETTO, op. cit., nota 71, p. 396.

<sup>75</sup> COELHO NETTO, op. cit., nota 71, p. 397.

<sup>76</sup> COELHO NETTO, op. cit., nota 71, p. 397.

<sup>77</sup> COELHO NETTO, op. cit., nota 71, p. 115.

<sup>78</sup> COELHO NETTO, op. cit., nota 71, p. 115.

<sup>79</sup> COELHO NETTO, op. cit., nota 71, p. 115.

Netto, em 1892, já havia sido aprovado por concurso para o cargo diplomático de secretário de Legação, mas teria desistido da carreira e optado por continuar na imprensa<sup>80</sup>.

Em 1909, Coelho Netto também assumiu o seu primeiro mandato como deputado federal pelo Maranhão<sup>81</sup>. Nessas eleições, o escritor passou a integrar o partido situacionista do estado, como consta em sua biografia: “Afastado havia muito de sua terra, sem eleitorado próprio, sem o conhecimento de chefes e métodos políticos que então imperavam, Coelho Netto só poderia ser, como foi, deputado eleito pelo governo”<sup>82</sup>. O partido situacionista era nessa época liderado pelo senador Benedito Leite<sup>83</sup> que, segundo Coelho Netto, o teria convidado a assumir “uma cadeira na representação maranhense”:

foi na casa em que, ainda hoje, habito que a recebi na pessoa do senador Benedito Leite [...] A oferta que ele, então, me fez de uma cadeira na representação maranhense respondi com agradecimento comovido, não só pela honra de entrar para o Congresso da Minha Pátria como ser em tal ingresso conduzido pela bandeira do meu Estado (NETTO, 1918, p. 4).

No Maranhão, a instauração do regime republicano representou um fator determinante para a sua organização política. Flávio Reis analisou a mudança de regime como o elemento que “acelerou o processo de renovação interna da oligarquia”<sup>84</sup>. Reis destaca, nesse processo, a morte de alguns importantes líderes do passado – como Vieira da Silva e o Barão de Grajaú, em 1889 – e o fim das atividades de outros importantes nomes, como Felipe Franco de Sá, Marcelino Nunes Gonçalves e Luiz Henrique Vieira da Silva<sup>85</sup>. Essa geração foi sucedida pelos políticos Costa Rodrigues, Benedito Leite, Luiz Domingues, Urbano Santos, Belfort Vieira, Casimiro Dias Vieira Jr. e Francisco da Cunha Machado<sup>86</sup>.

<sup>80</sup> CARVALHO, Claunísio Amorim. *O insigne pavilhão: nação e nacionalismo na obra do escritor Coelho Netto*. 2012. 217 f. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

<sup>81</sup> COELHO NETTO, Paulo. *Coelho Netto*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942, p. 397.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 215.

<sup>83</sup> Benedito Leite atuou como deputado estadual (1891), deputado federal (1892-1896), senador (1896-1906) e governador do Maranhão (1906-1908). CARNEIRO, Alan; LOPES, Raimundo Helio. Benedito Leite (verbete biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEITE,%20Benedito.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

<sup>84</sup> REIS, Flávio. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*. São Luís: UNIGRAF, 2007, p. 72.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 72-73

A reorganização político-oligárquica no Maranhão na década de 1890, segundo Flávio Reis, configurou-se a partir de dois eixos principais. Primeiramente, envolveu disputas em torno das “redes de lealdades” ligadas aos antigos grupos políticos; em segundo lugar, foi influenciada pela instabilidade dos acordos que sustentavam o poder central e que também interferiam na relação entre os grupos políticos estaduais. Nesse caso, Reis indicou o período de 1890/92 como “o auge da fragmentação interna da oligarquia, onde a luta pela organização de novos partidos entrelaçou-se às várias interferências do governo central, através da nomeação de governadores”<sup>87</sup>.

O sistema político republicano foi aceito sem grandes contestações pelos grupos políticos maranhenses. Os anos que sucederam a sua instauração foram caracterizados pela instabilidade da oligarquia maranhense, onde ainda não havia se formado um “situacionismo” que pudesse representar efetivamente o Maranhão tanto em âmbito estadual, quanto em âmbito federal<sup>88</sup>. A construção de uma base política efetivamente organizada e alinhada ao novo regime constituiu-se a partir da criação do Partido Federalista, em 1892, encabeçada por Casimiro Dias Vieira e Benedito Leite. O novo partido reuniu representantes das siglas que anteriormente compuseram a base política do estado, como o Partido Republicano, o Partido Nacional, o Partido Católico e o Partido Constitucional<sup>89</sup>.

A formação do situacionismo maranhense encaminhou-se de acordo com o arranjo político promovido no governo de Campos Sales, em 1898, geralmente referenciado como a “*Política dos estados*”<sup>90</sup> que, na prática, baseou-se no compromisso do governo federal de não interferir nos conflitos regionais, em troca da garantia do controle do Executivo sobre o Congresso<sup>91</sup>. Todavia, segundo Reis, a instituição desse pacto não eliminou definitivamente a influência do poder central nos estados, pois “a maioria das oligarquias não conseguia regular [...] as disputas políticas sem ter em vista a utilização instrumental do governo central, seja para manter uma situação, seja para alterá-la”<sup>92</sup>.

---

<sup>87</sup> REIS, Flávio. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*. São Luís: UNIGRAF, 2007, p. 72-73.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p.74.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 74-77.

<sup>90</sup> LESSA, Renato. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 53.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>92</sup> REIS, op. cit., nota 87, p. 86.

Benedito Leite veio a falecer em 6 de março de 1909, quando estava licenciado do cargo de governador do Maranhão devido a problemas de saúde<sup>93</sup>. Quem assumiu então a liderança política no estado foi o senador Urbano Santos<sup>94</sup>.

No pleito seguinte, em 1912, Coelho Netto foi reeleito deputado federal<sup>95</sup>. O escritor manteve-se no partido, mesmo após a morte do seu padrinho político e a consequente mudança na liderança do situacionismo maranhense.

Na eleição presidencial que sucederia a Hermes da Fonseca, em 1914, Urbano Santos integrou, como vice, a chapa do candidato à presidência Wenceslau Brás<sup>96</sup>. Anteriormente, a chapa composta pelo senador gaúcho Pinheiro Machado, líder do Partido Republicano Conservador, e pelo mineiro Bueno Brandão, fora rejeitada por Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Bahia e Pará. Diante da oposição, Machado optou por retirar o seu nome da disputa, o que não significou a sua exclusão das negociações: ao perceber o crescimento da chapa de reação apresentada pelo Partido Liberal, composta por Rui Barbosa-Alfredo Ellis, o líder do PRC ofereceu seu apoio a Wenceslau Brás<sup>97</sup>. Urbano Santos, que seria “membro cativo do PRC”, foi indicado à vice-presidência pelo próprio Pinheiro Machado<sup>98</sup>.

O artigo “*As candidaturas*”, sem assinatura, veiculado pelo jornal *Correio da Manhã*, tornava pública a decisão de Pinheiro Machado, que “aceitara sem imposições a conciliação com o Sr. Wenceslau Brás, ficando deliberado que o seu companheiro de chapa fosse o Sr.

---

<sup>93</sup> CARNEIRO, Alan; LOPES, Raimundo Helio. Benedito Leite (verbete biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEITE,%20Benedito.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

<sup>94</sup> Urbano Santos formou-se bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, em 1882 e atuou no Maranhão como promotor público, juiz municipal, juiz de casamentos e do comércio, além de juiz de direito de Campos Novos, em Santa Catarina. Na política foi deputado federal (1897-1905), senador (1906-1914), vice-presidente da República (1914-1918), ministro da Justiça e Negócios Interiores (1918-1919), e governador do Maranhão (1898, 1913 e 1918) e novamente vice-presidente da República (1922), vindo a falecer em 7 de maio do mesmo ano. Cf. CARNEIRO, Alan. Urbano Santos (verbete biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SANTOS,%20Urbano.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

<sup>95</sup> COELHO NETTO, Paulo. *Coelho Netto*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942, p. 397.

<sup>96</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 220-221.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 210-220.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 221.

Urbano Santos”<sup>99</sup>. Dois dias depois, no mesmo jornal, foi reproduzida uma nota antes veiculada pelo jornal *A Gazeta*, de São Paulo, sobre Urbano Santos, que fora descrito como um “figurão no diretório do PRC, prestigioso membro do estado-maior do Sr. Pinheiro Machado”<sup>100</sup>. O crescimento do apoio à chapa Wenceslau Brás-Urbano Santos fez com que Rui Barbosa, “percebendo a inviabilidade de seu nome”, se retirasse da disputa<sup>101</sup>. Desse modo, podemos concluir que a candidatura de Wenceslau Brás representou uma “conciliação” entre os estados que participavam da disputa, ao invés de uma derrota de Pinheiro Machado, visto que tanto Wenceslau Brás, quanto Urbano Santos eram seus aliados políticos<sup>102</sup>.

Além dos vínculos na política maranhense, Coelho Netto também possuía uma relação de proximidade com o próprio Pinheiro Machado. O líder gaúcho foi referenciado na biografia do escritor como “um grande amigo a quem visitava amiúde para um dedo de prosa e um café”<sup>103</sup>.

Nas eleições de 1915, o nome de Coelho Netto foi novamente incluído na chapa do partido maranhense, o que garantiu a sua eleição como deputado federal pela terceira vez consecutiva<sup>104</sup>.

No entanto, nas eleições federais seguintes, em 1918, Coelho Netto teve o seu nome excluído da chapa do partido situacionista maranhense. A exclusão teria sido motivada devido à constatação de que o escritor não possuía “habilidade” para carreira política, na mesma proporção da de literato<sup>105</sup>. Nesse caso, a sua atuação na Câmara dos Deputados teria se revestido “de uma feição nitidamente patriótica”, distanciada das “questões político-partidárias”<sup>106</sup>. Embora Coelho Netto estivesse inserido, por um período, na dinâmica de representação política do seu estado, onde comumente os mandatos eram renovados, seu caso

<sup>99</sup> AS CANDIDATURAS. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, n. 5289, p. 1, 24 jul. 1913.

<sup>100</sup> CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, n. 5289, p. 1, 26 jul. 1913.

<sup>101</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 221.

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 221.

<sup>103</sup> COELHO NETTO, Paulo. *Coelho Netto*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942, p. 119.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 397.

<sup>105</sup> CARVALHO, Claunísio Amorim. *O insigne pavilhão: nação e nacionalismo na obra do escritor Coelho Netto*. 2012. 217 f. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

<sup>106</sup> COELHO NETTO, op. cit., nota 103, p. 215.

representou uma exceção a essa tendência, caracterizado pela falta de sustentação política que pudesse assegurar a sua permanência no grupo político dominante<sup>107</sup>.

Após a confirmação da sua exclusão do partido maranhense, Coelho Netto recebeu a manifestação de solidariedade de Rui Barbosa. Em carta, datada de 16 de janeiro de 1918, o político baiano se dirigiu a Coelho Netto como “caro amigo e colega”, sinalizando uma relação de proximidade entre os dois. Na correspondência, Rui Barbosa lamentou a exclusão do escritor, afirmando que seria “arreatado” da Câmara dos Deputados “um dos mais consagrados representantes da nossa cultura”<sup>108</sup>.

Mesmo excluído do partido, Coelho Netto concorreu às eleições em 1918, porém, não obteve o reconhecimento como deputado federal. Sua exclusão provocou uma ruptura entre ele e Urbano Santos, que desencadeou uma intensa campanha liderada pelo escritor, sobretudo, na imprensa, contra o líder maranhense, que se tornara seu principal algoz. Nesse contexto, Coelho Netto criou, no mesmo ano, o periódico *A Política: Revista Combativa Ilustrada*, voltado para a veiculação de textos contrários à legitimidade das eleições e principalmente de ataque a Urbano Santos, que serão analisados no próximo capítulo deste trabalho.

No ano seguinte, Coelho Netto tornou-se secretário-geral da Liga de Defesa Nacional, sociedade fundada em 7 de setembro de 1916, na cidade do Rio de Janeiro, por um grupo de escritores, médicos, juristas, militares e empresários, dentre eles o próprio escritor e nomes como os de Pedro Lessa, Miguel Calmon, Miguel Couto e Félix Pacheco<sup>109</sup>.

A criação da LDN está relacionada às repercussões em torno da Primeira Guerra Mundial, que proporcionou uma intensa campanha a favor da implantação do serviço militar obrigatório, liderada no ano anterior pelo literato Olavo Bilac, que proferiu conferências em defesa dessa causa percorrendo várias regiões do país<sup>110</sup>. Nesse sentido, a LDN defendia o apoio brasileiro aos Aliados e a ideia do “cidadão-soldado”, ideais esses que eram divulgados por meio de diversas publicações (panfletos e livros, por exemplo) e discursos proferidos em todo o país<sup>111</sup>. Ao defender medidas que incluíam, por exemplo, a instrução militar em

<sup>107</sup> REIS, Flávio. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*. São Luís: UNIGRAF, 2007, p. 94.

<sup>108</sup> COELHO NETTO, Paulo. *Coelho Netto*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942, p. 138-139.

<sup>109</sup> ENGEL, Magali Gouveia. Os intelectuais e a liga de defesa nacional: entre a eugenia e o sanitarismo? (RJ, 1916-1933). *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. XI, p. 1, 2012. Disponível em: <[http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano11n1/artigo\\_Magali.pdf](http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano11n1/artigo_Magali.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2014.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>111</sup> *Ibidem*, p. 1.



escolas, faculdades, internatos e externatos, essa sociedade visava alcançar, sobretudo, as crianças e os jovens brasileiros, que seriam disciplinados de acordo com os padrões militares, possibilitando a formação dos “cidadãos-soldados”, que comporiam a base da identidade nacional do país<sup>112</sup>. A LDN defendia ainda a consolidação do nacionalismo e do patriotismo entre todas as classes, com a intenção de criar, além de corpos disciplinados militarmente, mentes comprometidas com esses ideais, por meio da educação cívica<sup>113</sup>.

Coelho Netto esteve presente na 1ª sessão da Liga, que ocorreu em 7 de setembro de 1916, de acordo com a primeira ata registrada pela instituição<sup>114</sup>. O escritor veio a assumir o cargo de secretário-geral da organização no lugar de Olavo Bilac, que falecera em 1918, e nele permaneceu até 1922<sup>115</sup>. Nesse mesmo ano, Coelho Netto teria se envolvido em uma polêmica relacionada à revolta tenentista de julho, conhecida como os “18 do Forte”, quando o forte de Copacabana foi tomado por cerca de trezentos militares revoltosos que, inconformados com a derrota de Nilo Peçanha na eleição presidencial, reivindicavam a derrubada do regime. Sobre esse levante, rapidamente sufocado pelo governo, Coelho Netto teria sido um dos poucos a se pronunciar, por meio da crônica “*Arrancada radiante*”, que deveria ter sido publicada na edição do *Jornal do Brasil* de 9 de julho de 1922, mas foi censurada pelo governo<sup>116</sup>. De fato, a edição do dia 8 de julho chegou a anunciar a publicação da crônica para o dia seguinte, porém, no dia 9, a crônica publicada foi “*Impressões*”, de Luiz Murat<sup>117</sup>.

Essa crônica, que foi publicada no ano seguinte na obra *Fréchas*<sup>118</sup>, também de autoria de Coelho Netto, referia-se aos revoltosos como “heróis”, revestidos de “honra que os levou à rebeldia e, da rebeldia, através do ferro e fogo, à morte”<sup>119</sup>. A crônica levou à associação do

<sup>112</sup> ENGEL, Magali Gouveia. Os intelectuais e a liga de defesa nacional: entre a eugenia e o sanitarismo? (RJ, 1916-1933). *Intellectus*, Rio de Janeiro, v. XI, p. 1, 2012. Disponível em: <[http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano11n1/artigo\\_Magali.pdf](http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano11n1/artigo_Magali.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2014.

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>114</sup> CARVALHO, Claunísio Amorim. *O insigne pavilhão: nação e nacionalismo na obra do escritor Coelho Netto*. 2012. 217 f. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>116</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>117</sup> JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n. 0162, p. 1, 08 jul. 1922.

<sup>118</sup> NETTO, Coelho. *Fréchas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923, p. 215-217.

<sup>119</sup> *Ibidem*, p. 215-217.



nome de Coelho Netto aos tenentistas revoltosos, levando o escritor a pedir exoneração do cargo de secretário-geral da LDN, em julho de 1922. Em carta endereçada a Affonso Vizeu<sup>120</sup>, o escritor, além de formalizar a sua renúncia, afirmou que “o que eu neles queria louvar [...] não era a rebeldia, mas a fé, a coragem levada até a abnegação, a exaltação da dignidade, a beleza do gesto de heroísmo antigo”<sup>121</sup>.

Na Academia Brasileira de Letras, Coelho Netto também ocupou uma posição de destaque. A instituição foi fundada em 20 de julho de 1897, após uma série de reuniões preparatórias. Na sessão inaugural, Machado de Assis foi nomeado o primeiro presidente da Academia e Joaquim Nabuco, secretário-geral. Ainda nessa sessão, foram escolhidos os 40 membros fundadores e os patronos de suas respectivas cadeiras<sup>122</sup>. Coelho Netto foi o fundador da cadeira número dois, que tinha como patrono Álvares de Azevedo<sup>123</sup>. Em 1921, Coelho Netto foi indicado pela ABL para inaugurar a cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade de Lisboa, mas declinou do convite por motivo não especificado<sup>124</sup>.

Na ABL, Coelho Netto foi um ferrenho defensor da unidade linguística e das tradições, posicionamento que o levou ao confronto com Graça Aranha, na sessão de 19 de junho de 1924, quando esse último, ao discursar em defesa do movimento modernista, teria se referido aos acadêmicos presentes como “múmias”; como réplica, Coelho Netto teria dito que “não se cospe no prato em que se come”<sup>125</sup>. Na ABL, o escritor também recepcionou os novos acadêmicos Mário de Alencar (1906), Paulo Barreto, conhecido na imprensa como João do Rio (1910) e Osório Duque-Estrada (1916)<sup>126</sup>. Em 1926, foi presidente da instituição, nela

<sup>120</sup> Não foram localizadas informações sobre Affonso Vizeu.

<sup>121</sup> COELHO NETTO, Paulo. *Coelho Netto*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942, p. 215-217.

<sup>122</sup> JUNQUEIRA, Eduardo. Academia Brasileira de Letras (verbete-biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ACADEMIA%20BRASILEIRA%20DE%20LETRAS.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2015.

<sup>123</sup> ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=5>>. Acesso em: 16 out. 2015.

<sup>124</sup> COELHO NETTO, op. cit., nota 121, p. 398.

<sup>125</sup> MACHADO, Ubiratan. *Coelho Netto*. Cadeira 2 / Ocupante 1 (fundador). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 201. p. 13. (Série Essencial).

<sup>126</sup> ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, op. cit., nota 123.

ficando à frente até 1927, quando Rodrigo Octavio de Langgard Meneses, assumiu a posição<sup>127</sup>.

Em 1933, um último fato ligaria Coelho Netto ainda em vida a ABL: o lançamento da sua candidatura ao Prêmio Nobel de Literatura<sup>128</sup>. Entretanto, o vencedor do prêmio foi escritor russo Ivan Bunin<sup>129</sup>. Coelho Netto veio a falecer no ano seguinte<sup>130</sup>.

## 1.2 Coelho Netto na Câmara dos Deputados

Nesta seção, nos dedicaremos a analisar a atuação de Coelho Netto como deputado federal, durante os mandatos por ele assumidos em 1909, 1912 e 1915. Nesse período, cada legislatura tinha a duração de três anos<sup>131</sup>, sendo a Câmara dos Deputados composta por duzentos e doze deputados; desse quantitativo, cabiam ao Maranhão sete vagas na representação nacional<sup>132</sup>.

Nos trabalhos sobre Coelho Netto, é comum nos depararmos com abordagens que se referem a sua atuação como deputado federal apenas como se ela fosse uma extensão de sua carreira como literato. Paulo Coelho Netto, como já foi mencionado, afirmou que a sua incursão na Câmara dos Deputados, “sempre se revestiu de uma feição nitidamente patriótica” e que a ele “nunca interessaram as questões político-partidárias”, enquanto Claunísio Amorim Carvalho destacou a sua autonomia em relação à facção que permitiu o seu acesso à representação maranhense, baseando-se na ausência de “registros de sua atuação de forma mais específica”<sup>133</sup>.

<sup>127</sup> ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=5>>. Acesso em: 16 out. 2015.

<sup>128</sup> CARVALHO, Claunísio Amorim. *O insigne pavilhão: nação e nacionalismo na obra do escritor Coelho Netto*. 2012. 217 f. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

<sup>129</sup> *Ibidem*, p. 78.

<sup>130</sup> COELHO NETTO, Paulo. *Coelho Netto*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942, p. 399.

<sup>131</sup> BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Senado, 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em: 01 jul. 2015.

<sup>132</sup> CARVALHO, *op. cit.*, nota 128, p. 86.

<sup>133</sup> CARVALHO, *op. cit.*, nota 128, p. 87-88.

Aqui, nos dedicaremos ao questionamento dessa suposta neutralidade de Coelho Netto na Câmara dos Deputados, como um político que teria se mantido alheio nas sessões e que teria preservado a sua autonomia em relação à facção política que o elegeu. Ao analisarmos os anais da Câmara dos Deputados entre 1909 e 1917, identificamos, em alguns momentos, a intervenção de Coelho Netto nas pautas discutidas na Câmara e a afirmação do seu posicionamento político, que se manteve aliado aos interesses da bancada maranhense no decorrer da sua atuação.

Coelho Netto tomou posse do seu primeiro mandato como deputado federal em 3 de maio de 1909<sup>134</sup>. Os mandatos seguintes foram assumidos em 2 de maio de 1912<sup>135</sup> e em 3 de maio de 1915<sup>136</sup>. Nesse período, a presença de Coelho Netto na Câmara dos Deputados ocorreu de forma inconstante. A tabela abaixo nos mostra o índice de frequência do escritor nas sessões parlamentares realizadas<sup>137</sup>:

---

<sup>134</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 7ª Legislatura: 1909 -1911. Brasília: [s.n.]. Folhas datilografadas.

<sup>135</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 8ª Legislatura: 1912 -1914. Brasília: [s.n.]. Folhas datilografadas.

<sup>136</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 9ª Legislatura: 1915 -1917. Brasília: [s.n.]. Folhas datilografadas.

<sup>137</sup> Os índices de frequência e de ausência de Coelho Netto nas sessões parlamentares foram calculados com base nos registros das atas de comparecimento dos Anais da Câmara dos Deputados. BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15), 1910 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6), 1911 (v. 1, 2, 3, 4), 1912 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16), 1913 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13), 1914 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13), 1915 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20), 1916 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15), 1917 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13). Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/pesquisa\\_diario\\_basica.asp](http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp)>. Acesso em: 03 nov. 1915.

Tabela 1 – Índice de frequência de Coelho Netto na Câmara dos Deputados

	<b>Número de sessões realizadas</b>	<b>Índice de frequência (%)</b>	<b>Índice de ausência (%)</b>
<b>7ª legislatura da Câmara dos Deputados - Primeiro mandato assumido por Coelho Netto (1909-1911)</b>	511	290 sessões (56,7%)	221 sessões (47,5%)
<b>8ª legislatura da Câmara dos Deputados - Segundo mandato assumido por Coelho Netto (1912-1914)</b>	535	114 sessões (21,3%)	421 sessões (78,6%)
<b>9ª legislatura da Câmara dos Deputados - Terceiro mandato assumido por Coelho Netto (1915-1917)</b>	518	202 sessões (38,9%)	416 sessões (80,3%)

Fonte: Anais da Câmara dos Deputados (1909-1914)

Como podemos observar na tabela acima, o maior índice de frequência de Coelho Netto foi no período do seu primeiro mandato; ainda assim, ultrapassou apenas um pouco mais da metade da totalidade das sessões. Comparando com os mandatos assumidos por ele posteriormente, identificamos também uma considerável retração da sua frequência, pois o índice de ausência chegou a ultrapassar 80%, na última legislatura na qual ele atuou. É importante ressaltar que, em 21 de maio de 1913, em seu segundo mandato, Coelho Netto solicitou à Comissão de Petições e Poderes da Câmara dos Deputados uma licença de quatro

meses, “por achar-se gravemente enfermo” e para “tratar-se fora desta capital”<sup>138</sup>. O afastamento foi concedido em 4 de agosto do mesmo ano<sup>139</sup>.

Mesmo com um índice de ausência considerável nas sessões, a atuação de Coelho Netto como deputado federal não passou completamente despercebida. Durante as três legislaturas, o escritor discursou dezoito vezes, propôs uma emenda e solicitou sete requerimentos<sup>140</sup>. Coelho Netto também integrou a Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara entre 1911 e 1913, para a qual foi nomeado novamente em 1916, tendo renunciado a posição em maio do ano seguinte<sup>141</sup>.

Dentre os discursos proferidos por Coelho Netto, podemos destacar pautas relacionadas ao patriotismo, à arte, à educação cívica e ao serviço militar obrigatório, assuntos esses vinculados à produção literária do escritor e à militância na Liga de Defesa Nacional. No entanto, mesmo com a predominância dessas questões, não podemos desconsiderar a existência de outras manifestações que, embora em caráter minoritário, também fizeram parte da sua atuação na Câmara dos Deputados.

O discurso proferido por Coelho Netto em 20 de agosto de 1909, sobre o Teatro Municipal, nos indica que o deputado não se ateve apenas à questão artística. Nele, o deputado, além de entoar duras críticas relacionadas à qualidade dos espetáculos encenados, também assumiu um posicionamento crítico em relação ao poder municipal<sup>142</sup>.

<sup>138</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1913, v. 5, 4 ago. 1913, p. 22. Disponível em: [Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=4/8/1913>](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=4/8/1913). Acesso em: 03 nov. 2013.

<sup>139</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1913, v. 5, 4 ago. 1913, p. 22. Disponível em: [Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=4/8/1913>](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=4/8/1913). Acesso em: 03 nov. 2013.

<sup>140</sup> BRASIL. Congresso. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15), 1910 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6), 1911 (v. 1, 2, 3, 4), 1912 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16), 1913 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13), 1914 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13), 1915 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20), 1916 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15), 1917 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13). Disponível em: [Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa\\_diario\\_basica.asp>](http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp). Acesso em: 03 nov. 2015.

<sup>141</sup> *Ibidem*, (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15), 1910 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6), 1911 (v. 1, 2, 3, 4), 1912 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16), 1913 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13), 1914 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13), 1915 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20), 1916 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15), 1917 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13). Não há registro sobre os motivos que teriam levado à renúncia de Coelho Netto ao posto.

<sup>142</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1909, v. 6, 20 ago. 1909, p. 591-596. Disponível em: [Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=20/8/1909>](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=20/8/1909). Acesso em: 03 nov. 2015.

Em 1909, a administração municipal no Rio de Janeiro esteve a cargo do paraense Serzedelo Correia, nomeado prefeito pelo então presidente Nilo Peçanha. Serzedelo ficou à frente da prefeitura pelo período de quinze meses, entre 24 de julho de 1909 e 15 de novembro de 1910. Durante esse período, o prefeito reestruturou vários órgãos municipais, construiu a praça Floriano Peixoto, reformou os jardins da Quinta da Boa Vista e idealizou o teleférico do Pão de Açúcar, além de concluir as obras do Teatro Municipal e criar a Escola de Arte Dramática<sup>143</sup>.

Coelho Netto opôs-se ao arrendamento do Teatro realizado pela prefeitura, que o teria entregue “não a um brasileiro, de acordo com o dizer da lei, mas a um empresário, o mesmo que enriqueceu à custa da dissolução dos costumes, da bastardia da Arte e da miséria apertada dos que ainda pensam em fazer carreira no teatro”<sup>144</sup>. A identidade do empresário não foi revelada no discurso, porém Coelho Netto mencionou o nome de Francisco de Mesquita como representante do verdadeiro administrador<sup>145</sup>. Segundo o jornal *Correio da Manhã*, Francisco Mesquita seria o representante de uma empresa teatral, detentora de “grande capital” e dos “melhores contratos de companhias europeias”<sup>146</sup>. Para Coelho Netto, a iniciativa aprovada pela Prefeitura representou um “o culto do torpe”, que teria “transformando a maravilhosa construção em um café concerto reles, com exhibições e talvez cubículos discretos”<sup>147</sup>.

Já em 18 de outubro de 1909, o discurso proferido por Coelho Netto abordou as condições do edifício da Câmara dos Deputados<sup>148</sup> que, segundo ele, correspondia a uma

<sup>143</sup> VITÓRIA, Tereza. Serzedelo Correia (verbete biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República* (1889 - 1930). Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 6. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Serzedelo.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

<sup>144</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1909, v. 6, 20 ago. 1909, p. 592. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=20/8/1909](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=20/8/1909)>. Acesso em: 03 nov. 2015.

<sup>145</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1909, v. 6, 20 ago. 1909, p. 591-596. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=20/8/1909](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=20/8/1909)>. Acesso em: 03 nov. 2015.

<sup>146</sup> O TEATRO MUNICIPAL. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, n. 2.783, p. 1, 27 fev. 1909.

<sup>147</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1909, v. 6, 20 de agosto de 1909, p. 596. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=20/8/1909](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=20/8/1909)>. Acesso em: 03 nov. 2015.

<sup>148</sup> O edifício era denominado Casa de Câmara e Cadeia, popularmente conhecido como Cadeia Velha, localizado na Praça XV de Novembro, onde atualmente se concentra o Palácio Tiradentes. Fonte: <<http://www2.congressonacional.leg.br/visite/sedes-historicas>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

“casa arcaica, que tresanda a mofo e já estalida ameaçando ruir”<sup>149</sup>. Coelho Netto afirmou ainda que o seu descontentamento era comum ao dos demais colegas e até mesmo à imprensa e exortava os deputados a reconhecerem o seu papel na política brasileira: “Saíamos, quanto antes, do emparedamento ignominioso. Para o esplendor! Para a decência! Basta de chafurda! [...] Nós aqui representamos o povo brasileiro – somos os mandatários da Pátria”<sup>150</sup>.

Nesse mesmo discurso, Coelho Netto também manifestou que a situação do edifício da Câmara serviria como um elemento que justificaria a ausência dos deputados nas sessões:

Se acontecesse comparecerem a uma sessão todos os senhores Deputados seria impossível o trabalho por... excesso de número [...] A imprensa acusa os deputados de desleixo, por não comparecerem às sessões [...] Não tem razão a imprensa. Um deputado, ao entrar, pela primeira vez, nesta casa, cheio de ilusões e com grande, decidida vontade para o trabalho, logo ao chegar ao recinto alija as ilusões correndo um olhar de espanto por tudo isto. [...] Não é por desídia que os Deputados deixam de comparecer às sessões, é por asseio e medo (NETTO, 1909, p. 168).

Nota-se que, ao defender essa pauta, Coelho Netto assumiu o papel de porta voz de uma suposta causa comum ao restante dos deputados, através de uma postura que reconhecia a falta de infraestrutura da Câmara como argumento legítimo à paralisação de suas atividades, mesmo que tal situação prejudicasse a discussão de assuntos pertinentes ao país. Indiretamente, porém, criticava a liderança da Casa.

Em 11 de maio de 1911, Coelho Netto dirigiu-se ao governo federal, em um discurso de agradecimento por uma concessão de crédito, que seria destinada ao estudo de viabilidade de construção de uma estrada que penetraria a Estrada de Ferro de São Luiz a Caxias, no Maranhão<sup>151</sup>. Nele, Coelho Netto desempenhou o papel de porta voz dos seus “companheiros de bancada”<sup>152</sup>, dedicando-se à exposição dos aspectos físicos, geográficos e sociais da região

<sup>149</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1909, v. 9, 18 out. 1909, p. 164-170. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=18/10/1909](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=18/10/1909)>. Acesso em: 18 jun. 2015.

<sup>150</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1909, v. 9, 18 out. 1909, p. 166. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=18/10/1909](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=18/10/1909)>. Acesso em: 03 jul. 2015.

<sup>151</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1911, v. 1, 11 maio 1911, p. 141. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=11/5/1911](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=11/5/1911)>. Acesso em: 03 jul. 2015.

<sup>152</sup> *Ibidem*, p. 141.



Norte<sup>153</sup>. O aspecto crítico do discurso concentrou-se no reconhecimento da diferença de tratamento entre os estados do Norte e do Sul do país, no qual Coelho Netto afirmou que “ao Sul [...] não tem faltado favores”<sup>154</sup>, mas a região Norte se destacava “pelo menosprezo nos tempos passados e no presente”<sup>155</sup>. Ao finalizar o discurso, o deputado reiterou a gratidão ao “primeiro gesto carinhoso”<sup>156</sup> do governo federal ao Maranhão e por ele “haver incorporado à realidade um sonho antigo dos nossos conterrâneos”<sup>157</sup>. Nesse caso, podemos identificar uma postura amistosa da bancada maranhense em relação ao governo federal e a participação direta de Coelho Netto nas questões representadas pelo partido.

Em 27 de dezembro de 1913, Coelho Netto também representou o partido na sessão dedicada à votação das emendas referentes ao projeto de n. 94 B, que fixaria a despesa do Ministério da Viação e Obras Públicas para o ano de 1914<sup>158</sup>. O parecer que fora emitido pela comissão do Ministério destinava recursos federais a Inspeção de Portos, Rios e Canais, que desenvolveria estudos referentes à construção do porto de São Luiz do Maranhão. Durante a votação, Coelho Netto manifestou-se, solicitando aos deputados presentes a aprovação da emenda n. 36, que fora elaborada pela bancada maranhense, em defesa do custeamento dos estudos pela própria Inspeção, o que, conforme explicava, não ocasionaria mais “ônus para a União”, pois os recursos federais já teriam “os seus fins destinados”<sup>159</sup>. Segundo Coelho Netto, a emenda viria a “aproveitar diretamente” o estado do Maranhão; no entanto, a mesma foi rejeitada pela maioria dos deputados da Câmara<sup>160</sup>.

Coelho Netto também interveio na sessão de 11 de outubro de 1911, que discutiu o projeto n. 58 C, de 1909, sobre a isenção do exame de madureza a ser prestado por todos os

---

<sup>153</sup> Ibidem, p. 141.

<sup>154</sup> Ibidem, p. 141.

<sup>155</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1911, v. 1, 11 maio 1911, p. 144. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=11/5/1911](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=11/5/1911)>. Acesso em: 03 jul. 2015.

<sup>156</sup> Ibidem, p. 144.

<sup>157</sup> Ibidem, p. 144.

<sup>158</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1913, v. 13, 27 dez. 1913, p. 162. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=27/12/1913](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=27/12/1913)>. Acesso em: 03 jul. 2015.

<sup>159</sup> Ibidem, p. 162.

<sup>160</sup> Ibidem, p. 162.



estudantes ao fim do curso ginásial<sup>161</sup>. Na ocasião do anúncio da 3ª discussão relacionada ao projeto, Coelho Netto manifestou-se “como lente de um dos ginásios da República”, a favor da isenção do exame para todos os alunos que tivessem sido aprovados em todos os anos do curso ginásial<sup>162</sup>. Segundo o deputado, era inaceitável que os alunos, mesmo após anos de estudo ininterruptos, fossem conduzidos a um exame que exigiria “de memória todas as regras e definições” dos conteúdos referentes ao currículo escolar<sup>163</sup>.

Nos anais da sessão realizada em 10 de julho de 1912, identificamos uma declaração de voto de Coelho Netto, que foi registrada no documento a pedido do próprio deputado<sup>164</sup>. Essa declaração consistiu em uma manifestação do escritor a respeito de um requerimento apresentado pelo deputado mineiro Irineu Machado, no dia anterior, que propunha o envio de uma comissão representando a Câmara a uma visita ao então senador Rui Barbosa, em cumprimento pelo restabelecimento da sua saúde<sup>165</sup>. O requerimento, que foi posto em votação nominal e rejeitado pela maioria, foi alvo de explanações acaloradas e de vários pedidos de registro de voto nos anais, como o de Coelho Netto, que votou a favor do mesmo. Nessa declaração de voto, o deputado maranhense afirmou que votou “sem ânimo político, mas com todo o coração, como votaria por uma homenagem à bandeira de minha pátria”<sup>166</sup>. Vale ressaltar que, nessa votação nominal, seus colegas de bancada Costa Rodrigues, Christino Cruz e Cunha Machado, que estavam presentes na sessão, foram contrários ao requerimento<sup>167</sup>. Embora esse posicionamento de Coelho Netto possa indicar uma certa autonomia do deputado em relação aos seus colegas de bancada, é necessário relativizar os

<sup>161</sup> O madureza consistia em um exame prestado pelos alunos ao final do curso ginásial, que permitia o acesso dos mesmos a universidade. BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1911, v. 4, 11 out. 1911, p. 98. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=11/10/1911](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=11/10/1911)>. Acesso em: 03 jul. 2015.

<sup>162</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1911, v. 4, 11 out. 1911, p. 98. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=11/10/1911](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=11/10/1911)>. Acesso em: 03 jul. 2015.

<sup>163</sup> *Ibidem*, p. 98.

<sup>164</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1912, v. 5, 10 jul 1912, p. 470. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=10/7/1912](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=10/7/1912)>. Acesso em: 03 nov. 2015.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p. 391, 461, 464.

<sup>166</sup> *Ibidem*, p. 470.

<sup>167</sup> *Ibidem*, p. 465.

efeitos desse episódio, visto que, ao que parece, o mesmo não foi capaz de provocar um racha na bancada maranhense, já que nas votações nominais posteriores, Coelho Netto alinhou-se novamente ao partido<sup>168</sup>.

Como deputado federal, Coelho Netto também representou a Câmara nas questões diplomáticas, tendo sido eleito membro da Comissão de Tratados e Diplomacia entre os anos de 1911 a 1913, e eleito novamente em 1916, como já foi dito anteriormente. Oficialmente, atuou como representante da Comissão na sessão de 13 de junho de 1913, ocasião em que proferiu um discurso em homenagem a Lauro Muller e solicitou um requerimento para o envio de um telegrama ao Congresso Norte-Americano, em agradecimento à hospitalidade oferecida ao então embaixador brasileiro, em missão de amizade naquele país<sup>169</sup>. Nesse aspecto, a maior parte dos requerimentos solicitados por Coelho Netto estiveram relacionados a assuntos diplomáticos, dentre os quais podemos destacar, em 19 de junho de 1911, o envio de uma moção congratulatória a Portugal, em face da instauração do regime republicano<sup>170</sup>, e o envio de um telegrama ao Uruguai, em 25 de agosto de 1917, de felicitação pela data comemorativa da independência do país<sup>171</sup>.

No entanto, o envolvimento de Coelho Netto com a Comissão de Diplomacia também lhe renderia contestações. A principal delas esteve relacionada à expectativa de chegada de uma esquadra norte americana ao porto do Rio de Janeiro. Em 4 de junho de 1917, Coelho Netto solicitou um requerimento à Câmara, para que fosse nomeada uma comissão de vinte e um membros representantes dos estados da União, para que recepcionasse a esquadra e

---

<sup>168</sup> Como exemplo, podemos citar a votação nominal seguinte, referente ao projeto n. 109 A, de 1912, em 21 de dezembro do mesmo ano, que propunha a revogação do decreto do Governo Provisório da República, de banimento da ex-família imperial do Brasil, na qual a bancada maranhense votou a favor, mas que foi rejeitado pela maioria dos deputados. BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1912, v. 16, 21 dez. 1912, p. 701. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=21/12/1912](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=21/12/1912)>. Acesso em: 03 nov. 2015.

<sup>169</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1910, v. 1, 30 abr. 1910, p. 360-363. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=30/4/1910](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=30/4/1910)>. Acesso em: 03 nov. 2015.

<sup>170</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1911, v. 2, 19 jun. 1911, p. 471. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=19/6/1911](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=19/6/1911)>. Acesso em: 03 de nov. 2015.

<sup>171</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1917, v. 4, 25 ago. 1917, p. 837. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=25/8/1917](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=25/8/1917)>. Acesso em: 03 nov. 2015.

prestasse homenagens à nação norte-americana<sup>172</sup>. Esse requerimento foi duramente criticado, primeiramente pelo deputado Souza e Silva, que considerou a chegada da esquadra um acontecimento de ordem militar e de pouca relação com o campo político, fato esse que não justificaria a criação de tal comissão. Então, o deputado apresentou outro requerimento, que sugeria que a esquadra norte-americana fosse recebida pela comissão de Marinha e de Guerra<sup>173</sup>. O deputado Maurício Lacerda também solicitou a retirada do requerimento de Coelho Netto, apelando para o aspecto hierárquico da questão, no qual representantes do Poder Legislativo deveriam cumprimentar figuras políticas de igual posição, destacando que os marinheiros americanos eram “simples soldados” dos Estados Unidos<sup>174</sup>. Ao se referir a Coelho Netto, Lacerda ainda afirmou que o escritor era um dos “espíritos mais generosamente impulsivos” da Casa e classificou como “uma efusão [...] pouco refletida” o pedido de comparecimento de membros do Poder Legislativo “a bordo dos vasos de guerra do Estado Americano”<sup>175</sup>. Em seguida, Lacerda também questionou o requerimento “mais comedido e melhor refletido”, solicitado por Souza e Silva, e apresentou em substituição o pedido para a Câmara “telegrafar ao Congresso Americano, congratulando-se pela feliz chegada às nossas águas da esquadra americana”<sup>176</sup>. Após os questionamentos, Coelho Netto e Souza e Silva solicitaram a retirada de ambos os requerimentos, ao passo que o requerimento apresentado por Maurício de Lacerda obteve a aprovação<sup>177</sup>.

Outras pautas sugeridas por Coelho Netto já teriam sido alvo de críticas na Câmara desde o seu primeiro mandato. Por exemplo, na sessão de 29 de julho de 1909, por conta da discussão em torno do parecer n. 13, de 1908, sobre o arquivamento da representação

---

<sup>172</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1917, v. 2, 4 jun. 1917, p. 837. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=4/6/1917](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=4/6/1917)>. Acesso em: 03 jul. 2015.

<sup>173</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1917, v. 2, 4 jun. 1917, p. 59-60. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=4/6/1917](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=4/6/1917)>. Acesso em: 03 jul. 2015.

<sup>174</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1917, v. 2, 4 jun., p. 61. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=4/6/1917](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=4/6/1917)>. Acesso em: 03 jul. 2015.

<sup>175</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>176</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>177</sup> *Ibidem*, p. 64.

encaminhada pelo Instituto Nacional de Música, a respeito da substituição da letra do Hino Nacional. Nessa ocasião, Coelho Netto proferiu um discurso no qual questionava o parecer emitido pelo deputado gaúcho Germano Hasslocher, que concluía que não se deveria “perder tempo” com a elaboração de uma letra para o Hino Nacional, pois a mesma viria espontaneamente, “quando um sentimento forte a fizer brotar da alma do povo”<sup>178</sup>. No mesmo discurso, Coelho Netto afirmava que a letra do Hino Nacional, além de ser “detestável como poesia”, representava “uma incongruência ridícula no regime político em que vivemos”<sup>179</sup>. Após o discurso, Coelho Netto também propôs uma emenda ao parecer, que sugeria que a nova letra do Hino devesse ser escolhida por meio de um concurso, no qual uma comissão julgaria a letra vencedora, que então seria considerada oficial<sup>180</sup>. Como resposta, após o discurso do deputado maranhense, Hasslocher criticou a emenda e reafirmou que a letra do hino deveria “nascer do sentimento nacional” e não da “colaboração artificial de um concurso”<sup>181</sup>. Nesse caso, podemos identificar um posicionamento polêmico assumido por Coelho Netto já em seu primeiro mandato e que se manifestaria eventualmente durante a sua atuação como deputada federal.

Neste capítulo, optamos por analisar a atuação de Coelho Netto no campo político, por considerarmos essa faceta ainda pouco aprofundada nos trabalhos a ele dedicados, que tendem a privilegiar, acima de tudo, a sua incursão na literatura.

Ficou evidenciado o engajamento de Coelho Netto nessa esfera, de forma simultânea à progressão da sua carreira como literato, seja na militância, ainda na juventude, no movimento abolicionista e republicano, seja na maturidade, já reconhecido como um dos principais escritores do país, assumindo posições na administração pública e na representação federal. Assim, observamos que Coelho Netto, em sua trajetória, percorreu um caminho que era comum aos literatos na Primeira República, que envolvia a passagem pelas faculdades de Direito e a iniciação profissional na imprensa. Uma vez nesse campo, o prestígio e o nível das

---

<sup>178</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, ano 1909, v. [?], 29 jul. 1909, p. 814-821. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=29/7/1909](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=29/7/1909)>. Acesso em: 03 nov. 2015.

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 818.

<sup>180</sup> *Ibidem*, p. 821.

<sup>181</sup> *Ibidem*, p. 823.

relações sociais poderiam conferir a esses literatos o ingresso em cargos públicos; aos mais renomados, o acesso à política<sup>182</sup>.

Coelho Netto, como já foi referido, foi deputado federal por três legislaturas. Seu renome no campo literário e, sobretudo, as redes de amizades e influência, que já lhe haviam garantido o ingresso em cargos públicos, no Distrito Federal, possibilitaram, em 1909, o seu acesso ao partido maranhense, por intermédio de Benedito Leite, líder político no estado. Sua vinculação ao situacionismo seguiu a dinâmica do sistema político da Primeira República, de composição das bancadas segundo os critérios estabelecidos pelos chefes políticos dos estados. Como sabemos, a atuação dessas bancadas era peça chave na “política dos estados”<sup>183</sup> e suas lideranças eram chamadas a compor as alianças que definiriam as sucessões presidenciais. Por vezes, tais arranjos davam lugar a coligações alternativas de poder, nas disputas mais acirradas, que colocam em xeque a liderança dos estados de “primeira grandeza”, como assinalado por Cláudia Viscardi<sup>184</sup>.

A atuação de Coelho Netto na Câmara dos Deputados se caracterizou por sua relação com o situacionismo estadual que o elegeu. Na análise que empreendemos na segunda sessão desse capítulo, identificamos o alinhamento do político com o restante da bancada maranhense e, em alguns momentos, sua atuação como porta voz nas pautas cívicas, mas também relacionadas ao seu estado.

Após a morte de Benedito Leite, Urbano Santos assumiu a liderança política do Maranhão. Político de projeção nacional, compôs a chapa presidencial por duas eleições – 1914 e 1922 – como candidato à vice-presidência. Coelho Netto se manteve ligado a ele até 1918, quando teve seu nome excluído da chapa que iria disputar as eleições federais desse ano. Desse modo, a exclusão de Coelho Netto do partido maranhense revelava o caráter instável dos acordos realizados no interior das engrenagens políticas dos estados e o controle dessas por parte dos chefes políticos, que determinavam a entrada e a saída dos seus integrantes.

---

<sup>182</sup> BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. 1996. Tese (Doutorado em História)—Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

<sup>183</sup> DIAS, Carlos Alberto Ungaretti. Política dos Governadores (verbetes biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POL%C3%8DTICA%20DOS%20GOVERNADORES.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

<sup>184</sup> VISCARDI, Cláudia. *O federalismo oligárquico brasileiro: uma revisão da política do café com leite*. *Anuário IEHS*, Buenos Aires, v. 16, 2001, p. 2.

Em 1918, após sua exclusão, Coelho Netto empreendeu uma intensa campanha contra Urbano Santos, que se tornou o seu principal algoz. Nesse mesmo ano, o escritor criou o periódico *A Política: Revista Combativa Ilustrada*, no qual veiculou artigos questionando os resultados das eleições desse ano e, principalmente, de ataque ao líder político maranhense, que serão analisados no próximo capítulo deste trabalho.

## 2 ECOS DA DERROTA: *A POLÍTICA*: REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA COMO INSTRUMENTO DE COMBATE

Neste capítulo nos dedicaremos à análise do periódico *A Política*: Revista Combativa Ilustrada, como ponto de partida para uma abordagem da dinâmica política da Primeira República.

Iniciaremos com a reflexão acerca do projeto político que envolveu a criação da revista e da sua relação com o escritor Coelho Netto que, nas eleições federais de 1918, não foi reconhecido deputado federal.

Em seguida, faremos a apresentação de *A Política*, situando-a no panorama das primeiras revistas ilustradas semanais brasileiras, editadas entre o final do século XIX e o início do XX. Destacaremos as principais transformações no campo da imprensa que contribuíram para o surgimento desse gênero, as características diferenciais de formato e linguagem, bem como o papel que exerceram no período da Primeira República. Além disso, nos voltaremos para uma análise específica desse periódico, a partir de informações referentes à sua criação, estrutura gráfica, circulação e colaboradores envolvidos.

Posteriormente, analisaremos em *A Política* o conteúdo relacionado à derrota de Coelho Netto nas eleições federais, que foi amplamente abordada pelo próprio escritor e pelos demais colaboradores da revista. Nossa atenção se voltará, sobretudo, à análise das denúncias de fraudes e corrupção nesse pleito, com destaque para seu posicionamento no decorrer do processo de apuração e reconhecimento do mandato dos deputados eleitos.

Finalmente, nos dedicaremos à apreensão da concepção crítica de *A Política* acerca da organização do sistema político republicano, com o objetivo de identificarmos os sinais de descontentamento que, mais à frente, com maior intensidade, culminariam na crise política de inícios da década de 1920.

### 2.1 A “causa” de Coelho Netto

A análise de *A Política* que apresentamos neste trabalho está fundamentada a partir da relação entre o conteúdo produzido por seus editores e colaboradores e a disposição da revista como um instrumento de propagação de ideias e informações, que se organiza como um

espaço composto de variadas representações. Neste caso, identificamos uma dupla disposição que, de acordo com Roger Chartier<sup>185</sup>, considera as relações intencionais contidas no discurso e os processos organizacionais que envolveram a criação e circulação do periódico, possibilitando a veiculação de ideias e representações e influenciando sua receptividade junto ao público a que era destinada.

Como já foi mencionado, *A Política* foi uma revista voltada para os acontecimentos políticos da capital federal e dos estados, tendo destaque, em suas páginas, o comentário e as informações relacionadas às eleições de 1918, 1919 e 1922. O primeiro número de *A Política* foi publicado em 24 de abril de 1918 e o último número localizado data de 18 de fevereiro de 1922. A revista circulou nesse período na cidade do Rio de Janeiro, sede da sua redação<sup>186</sup>. Informava-se, porém, a existência de representantes em vários estados do Brasil e também no exterior.

*A Política* teve dois editores à sua frente: João Rodrigues e Coelho Netto. O primeiro número da revista apresentou o primeiro como o seu diretor, informação essa disposta logo na capa da edição, abaixo do título<sup>187</sup>. Uma das únicas informações localizadas sobre João Rodrigues, que seria maranhense, consta na quinta edição do próprio periódico, em uma transcrição de notícias veiculada pelo *Jornal de Ilhéus*, da Bahia: “A Política – é este o nome de mais uma interessante revista ilustrada, que surgiu no Rio de Janeiro, sob a competente direção do ilustre maranhense Dr. João Rodrigues”<sup>188</sup>.

Um comunicado veiculado na sétima edição de *A Política*, em 7 de junho de 1918, referiu-se a João Rodrigues como o seu fundador<sup>189</sup>. Esse mesmo comunicado também informou que Coelho Netto assumiria a sua direção:

Já os jornais noticiaram, e nós temos a honra de agradecer e confirmar que, desde o presente número, se acha a frente desta folha, como seu diretor intelectual, o eminente homem de letras Sr. Coelho Netto. O nosso fundador, Sr. João Rodrigues,

<sup>185</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: \_\_\_\_\_. *À beira da falésia: a história entre certezas e incertezas*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 71.

<sup>186</sup> A redação da revista localizava-se na Avenida Rio Branco, números 110 e 112, 3º andar, Rio de Janeiro (Edifício do Jornal do Brasil). A partir do exemplar número 3, de 9 de maio de 1918, a revista informou a mudança de endereço para Avenida Rio Branco, nº 127, 1º andar, Rio de Janeiro.

<sup>187</sup> A POLÍTICA: REVISTA COMBATIVA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, n. 1, p. 1, 24 abr. 1918.

<sup>188</sup> SOBRE o aparecimento d'a política. *A Política Revista Combativa Ilustrada*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9, 24 maio 1918.

<sup>189</sup> A POLÍTICA: REVISTA COMBATIVA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, n. 7, p. 8, 07 jun. 1918.



tomou a seu cargo a direção administrativa da revista sem, entretanto, declinar do posto que sempre se reservou nesta redação (*A POLÍTICA...*, 1918, p. 8)

De fato, na imprensa, essa informação fora veiculada pelos jornais *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias*. O primeiro, além de noticiar a mudança, ainda reproduziu na íntegra o mesmo comunicado veiculado em *A Política*<sup>190</sup>. Já a *Gazeta de Notícias* referiu-se à revista enquanto estava sob “a competente direção de João Rodrigues”<sup>191</sup> e posteriormente quando essa passou a ser “dirigida pelo romancista brasileiro Coelho Netto”<sup>192</sup>.

Uma correspondência remetida por João Rodrigues a Coelho Netto, em 15 de novembro de 1918, nos indica uma relação de proximidade entre os dois. Nela, Rodrigues se referiu a Coelho Netto como “bom amigo” e à *Política* como “nossa revista”<sup>193</sup>.

João Rodrigues, nessa mesma carta, também revelou os motivos que estavam por trás da criação da revista, neste seguinte trecho: “criada foi *A Política* para o serviço da sua causa, até hoje – e o será sempre...”<sup>194</sup>. A “causa” de Coelho Netto, nesse caso, era a obtenção do seu reconhecimento como deputado federal, pela Comissão Verificadora de Poderes da Câmara dos Deputados, referente ao pleito de março de 1918 em que ele havia concorrido e em que, como se sabe, ele não conseguiu ser eleito.

João Rodrigues trabalhou em parceria junto a Coelho Netto no processo de criação de *A Política*. Na carta, afirmou que “dela [da revista] ainda não vivemos, senão para ela temos nós vivido” e reiterou o seu apoio a causa de Coelho Netto, procurando servi-lo “dignamente” e “lealmente”, até a sua “prometedora vitória”<sup>195</sup>. O nível de comprometimento entre os dois também foi exposto na carta, escrita na ocasião de um desentendimento, quando Rodrigues cogitou o fim da revista e a apresentação de “toda a escrituração e papéis concernentes aos recursos materiais com que conseguimos fazê-la circular durante 29 semanas”<sup>196</sup>.

Esse desentendimento entre João Rodrigues e Coelho Netto teria sido motivado pela veiculação do artigo “A presidência Wenceslau”, na mesma data em que foi escrita a carta, sem assinatura, contendo severas críticas ao governo do presidente, que se findaria naquele

<sup>190</sup> *A POLÍTICA. Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, n. 7.041, p. 4, 7 jun. 1918.

<sup>191</sup> *A POLÍTICA. Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 123, p. 6, 4 maio 1918.

<sup>192</sup> *A POLÍTICA. Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n.º 164, p. 4, 18 jun. 1918.

<sup>193</sup> RODRIGUES, João. *Carta para: Coelho Netto*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1918. 4 f. p. 1.

<sup>194</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>195</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>196</sup> *Ibidem*, p. 1.

dia. Ocupando quase uma página inteira, o texto criticava primeiramente a postura de Wenceslau Brás, que “como presidente [...] não quis, não pôde ou não ousou ser uma vontade forte ao serviço retilíneo de uma orientação mantida com firmeza convicta”<sup>197</sup>. O artigo também dirigiu ataques à composição ministerial do governo:

Na escolha do seu ministério, foi uma criança indecisa entre contraditórias vontades de mentores adversos [...] o antagonismo dos elementos constitutivos do seu ministério nunca deixou de manifestar o seu inconveniente, traduzindo-se numa latente e contínua desarmonia perturbadora da vida administrativa do país (A POLÍTICA..., 1918, p. 4)

Na carta, João Rodrigues também tentou justificar o que teria sido a sua falha, alegando que “na leitura do artigo [que] o autor me fez, não lhe apanhei, na dispersão de sentido, todas as agudas asperezas e destarte, mandei-o à composição”<sup>198</sup>. Rodrigues também revelou porque a publicação do artigo teria desagradado a Coelho Netto:

Alguma coisa, porém, me impressionou, tanto que, em atenção ao motivo da sua gratidão ao Wenceslau (motivo a que [ilegível] e sinceramente me associei), disse-lhe do caso o que me parecera bastante. Mas agora leio com atenção o tal artigo e sofro duplamente: pelo não ter páginas, como cheguei a pensar, e por reconhecer que, [...] ele não podia, nos termos em que está, deixar de causar-lhe a mais justa e respeitável indignação (RODRIGUES, 1918, p. 2).

Neste trecho da carta, podemos perceber que Coelho Netto fora de algum modo favorecido por Wenceslau Brás – motivo da referida gratidão, sentimento esse também compartilhado por João Rodrigues; todavia, a razão para tal não foi especificada. Nota-se também que, além do conteúdo crítico do artigo, o motivo que teria desagradado a Coelho Netto relacionava-se, do mesmo modo, a algo que João Rodrigues havia participado ao autor do artigo e que fora exposto na revista. A reação de João Rodrigues junto a Coelho Netto, manifestada no documento, nos indica a gravidade do episódio, ao ponto de o primeiro cogitar a sua saída da direção ou até mesmo o fim do periódico<sup>199</sup>.

No entanto, a revista não fechou e foi Coelho Netto quem deixou oficialmente a sua direção. Na edição número 38, de 17 de janeiro de 1919, *A Política* veiculou um comunicado,

<sup>197</sup> A PRESIDÊNCIA WENCESLAU. *A Política*: Revista Combativa Ilustrada. Rio de Janeiro, n. 29, p. 4, 15 nov. 1918.

<sup>198</sup> RODRIGUES, João. *Carta para: Coelho Netto*. 15 de novembro de 1918. 4 folhas. Localizado em: Divisão de Manuscritos, Biblioteca Nacional, p. 2.

<sup>199</sup> *Ibidem*, p.2.

sem assinatura, no qual informava a saída do escritor, sem explicitar suas razões:

O presente número d'A Política ressen-te-se [...] da falta de concurso do eminente homem de letras que é Coelho Netto. [...] Demonstrando assim, com palavras de coração, o nosso reconhecimento ao chefe intelectual que resolveu, por motivos que lhe são respeitáveis, deixar-nos ao desamparo das suas luzes, - cumpre-nos, entretanto, não vacilar na remissão das responsabilidades a que nos afizéramos. Continuaremos como começamos a viver. [...] Coelho Netto continuará a ter nesta revista dedicados amigos e admiradores às suas ordens (A POLÍTICA..., 1919, p. 3).

Dias antes, o jornal *Correio da Manhã*, já noticiara, por meio de uma nota, a saída de Coelho Netto da direção de *A Política*, a qual atribuiu aos seus “seus muitos afazeres” e a escrita de “alguns livros que deverão ser brevemente editados”<sup>200</sup>.

O mesmo comunicado em *A Política* informou também a mudança na periodicidade da revista, que passaria ser quinzenal, sendo a justificativa atribuída ao período de “férias parlamentares”<sup>201</sup>. Essa mudança, no entanto, nos indica uma eventual perda de subsídios para a revista, ocasionada pela saída de Coelho Netto de sua direção. O comunicado mencionava ainda a perspectiva de o periódico tornar-se um jornal diário, aguardando-se apenas a “modificação do atual momento histórico” para aquisição do aparato gráfico necessário; todavia, *A Política* permaneceu como uma revista quinzenal, com João Rodrigues novamente à frente da sua redação<sup>202</sup>.

Embora Coelho Netto estivesse oficialmente afastado da direção de *A Política*, observamos que esse vínculo com o escritor não foi bruscamente rompido. Por vezes, seu nome era mencionado em pautas relacionadas, sobretudo, à literatura e ao esporte. Em “*As grandes obras do Fluminense Futebol Clube*”, por exemplo, a revista reproduziu, na íntegra, o discurso proferido por ele na inauguração da piscina do clube, em 29 de janeiro de 1919<sup>203</sup>. Já a nota “*Atlética*”, sem assinatura, referiu-se ao nome da revista que seria lançada no ano seguinte e que também contaria com a “direção intelectual” do escritor<sup>204</sup>.

<sup>200</sup> CORREIO DA MANHÃ, n. 7.262, p. 2, 14 jan. 1919.

<sup>201</sup> A POLÍTICA. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 38, p. 3, 17 jan. 1919.

<sup>202</sup> Ibidem, p.3.

<sup>203</sup> NETTO, Coelho. *As grandes obras do Fluminense Futebol Clube*. *A Política*: Revista Combativa Ilustrada. Rio de Janeiro, n. 39, p. 8, 31 jan. 1919.

<sup>204</sup> ATLÉTICA. *A Política*: Revista Combativa Ilustrada. Rio de Janeiro, n. 66, p. 4, 16 jan.1920.

Nesse caso, a saída de Coelho Netto da direção de *A Política* não significou que ele tenha efetivamente a deixado. Veremos, no decorrer desse trabalho, que a questão do seu reconhecimento como deputado federal representou apenas uma das causas defendidas pela revista e que ela assumiu outros posicionamentos no decorrer da sua existência.

## 2.2 *A Política* em revista

*A Política* possuía uma característica comum aos periódicos que circulavam na Primeira República, na qual as representações veiculadas estavam relacionadas, sobretudo, aos fatos políticos, construídas a partir de uma perspectiva que privilegiava a opinião e os embates pessoais<sup>205</sup>.

Com uma média de 14 a 18 páginas desde o primeiro número, *A Política* era composta pelo editorial, além de notícias, crônicas, artigos, acompanhados por imagens, como fotografias e ilustrações. A disposição desses recursos gráficos seguiu a tendência dos avanços tecnológicos que, no início do século XX, ocasionaram grandes transformações na imprensa brasileira.

Marialva Barbosa analisa esse contexto de modernização por meio da correlação entre imprensa e poder, apontando mudanças significativas no processo de criação dos jornais e no novo papel exercido por esses veículos na sociedade. Barbosa considera que, nesse período, a imprensa já se constituía como um elemento presente na disputa pelo poder e pelo prestígio, na qual as mudanças na configuração editorial contribuíram para a conquista de novos leitores e para a ampliação da sua intervenção no mundo da política<sup>206</sup>. Nesse caso, os veículos passaram a recorrer a novos métodos editoriais, em busca da ampliação do público leitor e da sua influência sobre ele, o que seria o indicativo da “capacidade de barganha com a sociedade política” e dos favorecimentos que daí poderia advir<sup>207</sup>.

Já Mônica Pimenta Velloso considera o período da Primeira República como o início do processo, mesmo em bases precárias, da “moderna comunicação de massa”, no qual as

---

<sup>205</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 277.

<sup>206</sup> BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. 1996. Tese (Doutorado em História)—Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 220-221.

primeiras revistas ilustradas semanais desempenharam um “papel estratégico e de grande impacto social”<sup>208</sup>. Com um novo formato gráfico e uma linguagem diferenciada, que possibilitaram uma maior aproximação com o público leitor e a formação de opinião, as revistas constituíram-se como um espaço estratégico de configuração político-intelectual e de veiculação de ideias<sup>209</sup>. Monica Velloso destacou também o papel dos literatos nessa nova configuração, atentando para o fato de muitos deles ocuparem cargos influentes nas editorias das revistas ou serem seus proprietários, como foi o caso de *A Política*, que tinha a frente o escritor Coelho Netto. Além disso, a partir do recurso a novas formas de expressão – como, por exemplo, a caricatura – os intelectuais mostravam-se sensibilizados com a construção de vínculos mais estreitos com o público leitor<sup>210</sup>.

As chamadas revistas semanais ou ilustradas aos poucos foram se destacando em meio à variedade de gêneros impressos existentes, a partir do estabelecimento de um formato diferenciado de comunicação. Dotadas de uma apresentação atraente, com um texto mais simples do que o dos jornais e dividindo seu espaço com imagens, como fotografias e ilustrações, as revistas se popularizaram entre o público leitor no início do século XX. A *Revista da Semana* (Rio de Janeiro, 1900), *O Malho* (Rio de Janeiro, 1902), *A Avenida* (Rio de Janeiro, 1903), *Kosmos* (Rio de Janeiro, 1904), *Fon-Fon* (Rio de Janeiro, 1907), *Careta* (Rio de Janeiro, 1908), *O Pirralho* (São Paulo, 1911), *A Cigarra* (São Paulo, 1914) e *Dom Quixote* (Rio de Janeiro, 1917) foram exemplos de revistas de grande circulação que se mantiveram ativas por alguns anos, em convivência com outras publicações menores e de natureza efêmera<sup>211</sup>.

Em relação à tiragem e ao reconhecimento do público, as revistas mais importantes, em geral, eram as voltadas para os gêneros literário e cultural, como *A Avenida*, *Para todos*, *Renascença* e *Kosmos*, ou de variedades, como *Fon-Fon* e *Selecta*. Havia ainda as institucionais, como a *Revista da Academia Brasileira de Letras* e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; revistas voltadas para a faixa etária escolar, como a *Tico-Tico*; publicações humorísticas, como *O Malho*, *Careta* e *Dom Quixote*; e publicações

---

<sup>208</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. Percepções do moderno: As revistas do Rio de Janeiro. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Neves; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p. 313.

<sup>209</sup> Ibidem, p. 313-314.

<sup>210</sup> Ibidem, p. 314-315.

<sup>211</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 121.

voltadas para públicos específicos como mulheres, operários e imigrantes, além de um grande número de almanaques, com títulos variados<sup>212</sup>.

As revistas literárias e de variedades, que eram os gêneros mais comuns na época, apresentavam diferenças entre si que iam desde a linha editorial, até as próprias estratégias empresariais voltadas à manutenção do periódico. As revistas literárias veiculavam artigos dedicados à exposição de ideias e ao debate político, com o objetivo de formar opinião, enquanto as revistas de variedades possuíam uma temática mais “leve”, com textos e imagens voltados para o entretenimento do leitor. Diante disso, as revistas literárias tornaram-se menos comerciais e populares e, por vezes, padeceram com a ausência de estrutura comercial e de leitores suficientes que garantissem a sua sobrevivência, ao contrário das revistas de variedades, que se mantiveram por mais tempo no segmento no decorrer do século XX<sup>213</sup>.

Podemos visualizar esse panorama através da tabela abaixo, que compara o valor de *A Política: Revista Combativa Ilustrada*<sup>214</sup> com as revistas de variedades *Fon-fon*, *Careta* e *o Malho*, que circulavam no mesmo período:

---

<sup>212</sup> MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: FAPESP, 2008. p. 271-406.

<sup>213</sup> COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 111.

<sup>214</sup> A revista não trazia informações a respeito da tiragem. No espaço reservado ao expediente, informava-se ao leitor apenas o valor pelo qual era comercializada.

Tabela 2 – Comparação entre os preços das revistas *A Política: Revista Combativa Ilustrada*, *Fon-fon*, *Careta* e *O Malho*

	<i>A Política: revista combativa ilustrada</i>	<i>Fon-fon</i>	<i>Careta</i>	<i>O Malho</i> **
<b>Número avulso</b>	1\$ \$500*	\$400	\$300	\$400
<b>Assinatura semestral</b>	22\$	11\$	8\$	
<b>Assinatura anual</b>	40\$	20\$	15\$	

Legenda: \*A partir do número sete, de 7 de junho de 1918, o valor do número avulso foi reduzido para 500 réis<sup>215</sup>.

\*\* Não foram localizadas informações sobre assinaturas.

Fonte: *A Política: revista combativa ilustrada*, 1 de abril a 7 de junho de 1918; *Fon-Fon*, 6 a 27 de abril de 1918; *Careta*, 6 a 27 de abril de 1918; *O Malho*, 3 a 31 de agosto de 1918.

A tabela acima nos aponta que *A Política* apresentava um valor mais elevado em relação às revistas *Fon-Fon*, *Careta* e *O Malho*, mesmo após a redução para \$500 do seu número avulso. Podemos atribuir o custo mais elevado de *A Política* devido ao fato dela ter sido criada em favor de uma causa de caráter político, nesse caso, a obtenção do reconhecimento de Coelho Netto como deputado federal, podendo-se supor que se esperasse contar com o apoio de pessoas próximas ao escritor. Dessa forma, *A Política* contava com uma estrutura mais modesta em relação às outras revistas, que dispunham de mais recursos e de uma organização empresarial, que as possibilitavam serem vendidas por um valor mais baixo.

Em relação aos anunciantes, identificamos em *A Política* os sinais das mudanças que afetaram a propaganda, relacionadas ao contexto de modernização experimentado pela imprensa desde as últimas décadas do século XIX. Nesse caso, podemos destacar uma maior elaboração dos anúncios e a “qualidade literária emprestada por alguns escritores”<sup>216</sup> que, em algumas situações, chegavam a propagar a eficiência dos produtos anunciados. Abaixo, temos um exemplo desse tipo de anúncio veiculado em *A Política*:

<sup>215</sup> A POLÍTICA. *A Política: revista combativa ilustrada*. Rio de Janeiro, n. 7, p. 8, 07 jun. 1918.

<sup>216</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 281.



Figura 1 – Anúncio do produto Bromil com Olavo Bilac



Legenda: Olavo Billac curou-se com Bromil.

Fonte: *A Política*: revista combativa ilustrada, 2 de agosto de 1918, p. 15.

Dentre os anunciantes mais importantes em *A Política*, destacamos a instituição financeira *Mutualidade Católica Brasileira*, a companhia de navegação *Lloyd Brasileiro* e a loja *Parc Royal*. Para essa análise, nos baseamos nos critérios de regularidade e disposição privilegiada dos anúncios, que chegavam a ocupar uma página inteira.

A *Mutualidade Católica Brasileira* era uma instituição voltada ao oferecimento de pensões vitalícias e seguros de vida, como nos mostra a reprodução do anúncio abaixo:



Figura 2– Anúncio da Mutualidade Católica Brasileira

**Mutualidade Catholica  
Brazileira**

Sociedade de Pensões Vitalicias e  
Seguros de Vida

----- FUNDADA EM 1917 -----

**Capital empregado até 31 de Dezembro de 1917**

**4.181:254\$965**

---

**Seguros desde 1.000\$ ate' 30.000\$**

Peçam prospectos contendo os seus  
variados e convidativos planos

Séde Social :

**Rua Theophilo Ottoni, 21**

**RIO DE JANEIRO**

Telephone Norte 1612

Endereço Teleg. CATHOLBRAZIL

Legenda: Exemplo de anúncio da *Mutualidade Católica Brasileira* veiculado em *A Política*.

Fonte: *A Política*: revista combativa ilustrada, 24 de abril de 1918, p. 2.

Antiga *Mutualidade Vitalicia dos Estados Unidos do Brasil*, autorizada funcionar no país em 27 de agosto de 1913 e “fundada por católicos nacionais e estrangeiros”<sup>217</sup>, a instituição era presidida M. Augusto de Carvalho, “alto funcionário público, velho jornalista e reputado advogado”<sup>218</sup>. Fora os anúncios, a *Mutualidade Católica Brasileira* era regularmente

<sup>217</sup> BRASIL. Decreto n. 10.410, de 27 de agosto de 1913. Concede autorização para funcionar na República a Mutualidade Vitalicia dos Estados Unidos do Brasil e aprova os seus estatutos. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 3 set. 1913. Seção 1, p. 12861. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-10410-27-agosto-1913-576444-publicacaooriginal-99626-pe.html>>. Acesso em: 30 jul. 2015

<sup>218</sup> MUTUALIDADE católica brasileira. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 4, p. 13, 17 maio 1918.

mencionada em *A Política*, por meio de artigos que destacavam a sua bem-sucedida administração<sup>219</sup> e a cobertura de acontecimentos sociais a ela relacionados, como, por exemplo, a visita de D. Sebastião Leme, arcebispo de Olinda<sup>220</sup> e a celebração do 10º aniversário da instituição<sup>221</sup>. Além disso, a revista divulgava também os balanços financeiros da empresa<sup>222</sup>, que geralmente eram veiculados em suas últimas páginas.

Identificamos também que M. Augusto de Carvalho colaborou em *A Política*, em 14 de maio de 1918, assinando o artigo “O presidente eleito”, no qual se posicionou a favor da eleição do presidente da República Rodrigues Alves<sup>223</sup>. Nesse caso, podemos perceber uma relação de proximidade entre o presidente da instituição e os diretores da revista.

Esse vínculo também reforça o argumento de que em *A Política* não havia uma estrutura empresarial organizada, pelo fato dos próprios colaboradores contribuírem com o sustento da revista. Nesse caso, a sua criação teria partido de um grupo pertencente à mesma rede de sociabilidade, que se reuniram em favor de uma causa comum. Como outro exemplo dessa tendência, podemos citar também o colaborador maranhense Ignacio Raposo. Poeta, jornalista, professor e artista plástico<sup>224</sup>, Raposo atuou em *A Política* como redator e secretário<sup>225</sup>, além de anunciar suas atividades como professor:

---

<sup>219</sup> MUTUALIDADE católica brasileira. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 29, p. 10, 15 nov. 1918.

<sup>220</sup> MUTUALIDADE católica brasileira. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 6, p. 12, 31 maio 1918.

<sup>221</sup> MUTUALIDADE católica brasileira. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 7, p. 12, 7 jun. 1918.

<sup>222</sup> MUTUALIDADE católica brasileira. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 4, p. 13-14, 17 maio de 1918.

<sup>223</sup> CARVALHO, Augusto de. O presidente eleito. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 4, p. 5, 17 maio 1918.

<sup>224</sup> COUTINHO, Afrânio; SOUZA, J. Galante de. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. São Paulo: Global, 2001, vol. II.

<sup>225</sup> A POLÍTICA. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 7, p.8, 7 jun. 1918.

Figura 3 – Anúncio do colaborador Ignacio Raposo



Legenda: Anúncio de Ignacio Raposo veiculado em *A Política*.

Fonte: *A Política*: revista combativa ilustrada, 1 novembro de 1918, p. 8.

A Companhia de Navegação *Lloyd Brasileiro* foi fundada em 1890 e sua criação se deu a partir da fusão das empresas Companhia Transatlântica de Navegação, Companhia Progresso Marítimo, Companhia Espírito Santo e Caravelas, Companhia Nacional de Navegação a Vapor e Companhia Brasileira de Navegação a Vapor<sup>226</sup>. Inicialmente, o *Lloyd* possuía uma gestão privada, liderada pelo Barão de Jaceguay, por Antonio Paulo de Mello Barreto e Manuel José da Fonseca. Esse grupo, em 1890, amparado pela Companhia Nacional de Navegação, encaminhou ao Ministério da Agricultura um pedido de autorização para a fundação do *Lloyd Brasileiro*<sup>227</sup>. Essa autorização acompanhou a principal mudança com o advento da República, no setor da navegação de cabotagem, que previa o monopólio desse segmento para as companhias nacionais<sup>228</sup>. No entanto, apesar dos avanços produtivos e financeiros, o *Lloyd* acumulava uma dívida que vinha aumentando progressivamente, o que desencadeou, em 1913, a sua incorporação ao patrimônio nacional, sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda<sup>229</sup>. A companhia permaneceu sob a tutela do Estado até o ano de 1966, quando se iniciou o processo de privatização<sup>230</sup>.

Abaixo, temos um exemplo de anúncio da companhia em *A Política*:

<sup>226</sup> FILHO, Alcides Goularti. Companhia de navegação Lloyd: uma trajetória de déficit financeiro e desenvolvimento econômico. *Revista História Econômica & História de Empresas*, v. 12, n. 2, p. 8-9, 2009.

<sup>227</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>228</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>229</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>230</sup> Ibidem, p. 5.

Figura 4 – Anúncio do Lloyd Brasileiro

A POLITICA

# Lloyd Brasileiro

Serviço geral de navegação brasileira  
Praça Servulo Dourado-TELEPHONE 24014 Norte

**Vapores esperados**

**Do Norte**

**Do Sul**

**Linhas Postas**

**PARA O NORTE**

**PARA O SUL**

**RYB BARBOSA**

**OLINDA**

**BRASIL**

**BAHIA**

**Minas Geraes**

**S. PAULO**

**Linha DE LAGUNA**

**Mayrink**

**Linha de cargueiros**

**Linha D'AMARRAÇÃO**

**Pyreneus**

**Oyapock**

**Linha DE SERGIPE**

**AYMORE'**

**Linha de Cuyaba'**

AVISO. — As cartas para os passageiros de passageiros de terceira classe, por não se ter terra, até à noite seguinte ao dia da partida e os valores até à véspera, (bilhetes de embarque, alimentação, cabotagem, frete, passagem e etc.) informados no cartão de PRACA SERVULO DOURADO contra o qual se cobra o frete. — A bagagem do porto, do Rio, passageiros, deverá ser embarcada pelo armador da linha de Porto indicado no momento do vapor e se não for embarcada até ao dia 12 horas do tempo da partida. — O Lloyd Brasileiro não se responsabiliza pelos embarques que entrarem nos seus armazéns sem as respectivas ordens de embarque, mas apenas será debruçada o vapor e armazém respectivos. — AVISO. — Qualquer informação sobre vapores para os Estados Unidos, Índia, Europa, África, Ásia ou Austrália, será dada no cartão de PRACA SERVULO DOURADO.

Legenda: Anúncio do Lloyd Brasileiro veiculado em *A Política*.

Fonte: *A Política*: revista combativa ilustrada, 17 de maio de 1918, p. 15.

A loja *Parc Royal* existiu no Rio de Janeiro, de 1873 a 1943, e tinha à frente o empresário português José Vasco Ramalho Ortigão. Localizava-se no Largo de São Francisco e na Avenida Central, no Rio de Janeiro, além de possuir filiais em Belo Horizonte e Juiz de Fora, e um escritório em Paris, na Rue de Trevisé, nº 41. A loja comercializava roupa feminina, masculina e infantil, além de acessórios e artigos para casa, destacando-se como

um local onde se poderia encontrar o que havia de melhor à disposição daqueles que ambicionavam produtos impregnados de novidade, beleza, requinte e modernidade [...] acompanhando a evolução da moda e dos hábitos da elite, tornando-se um dos atores notáveis da *belle époque* carioca<sup>231</sup>.

Abaixo temos a reprodução de um anúncio da loja em *A Política*:

<sup>231</sup> GORBERG, Marissa. *Parc Royal: um magazine na modernidade carioca*. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais)—Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.



Figura 5 – Anúncio da loja Parc Royal



Legenda: Anúncio da loja *Parc Royal* veiculado em *A Política*.  
 Fonte: *A Política*: revista combativa ilustrada, 24 de abril de 1918, p. 18.

*A Política* trazia ainda anúncios de outros estabelecimentos comerciais, menores, como lojas de materiais de construção, acessórios e remédios. A revista anunciava também serviços oferecidos por profissionais liberais, como advogados, professores particulares e dentistas. Os anúncios seguiam uma ordem regular de disposição, organizados na segunda e na penúltima página, sendo poucos os anúncios dispostos em seu interior. A regularidade dos anunciantes também foi uma característica marcante, sendo observado um baixo índice de rotatividade entre os mesmos. *A Política* também cedia espaço para a publicação de editais, relatórios e balanços de empresas e instituições públicas e privadas.

*A Política* apresentava uma organização gráfica que permaneceu regular, até o número 66, de 16 de janeiro de 1920. A partir daí, notamos uma sensível mudança em sua apresentação, que passou a ter um tamanho menor, distanciando-se do formato convencional de um jornal. Essa modificação, “de ordem exclusivamente técnica”, foi justificada pelos editores devido à “crise de papel”, ocasionada pela falta do produto no mercado, o que teria

gerado também o aumento do seu preço. No entanto, segundo os editores, o que a revista “perderia em tamanho, seria compensado pelo aumento do número de páginas”<sup>232</sup>.

Internamente, havia o editorial, seguido de artigos referentes a fatos de ordem política. Em âmbito nacional, temos a predominância de artigos relacionados à movimentação em torno das eleições de 1918, 1919 e 1922. No entanto, encontramos também em *A Política* pautas sobre o cotidiano da política nacional, como, por exemplo, a eleição das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados, em 17 de maio de 1918<sup>233</sup>. Em 12 de julho do mesmo ano, o artigo “A mudança do Senado”, sem assinatura, abordou a questão da transferência da instituição para um edifício que ainda seria construído no interior do Campo de Sant’ana. Sobre isso a revista assumiu um posicionamento crítico, no qual afirmou que a construção do edifício no local transformaria um jardim “tradicional” e “histórico” em uma “chácara pública”<sup>234</sup>.

Outra pauta que ganhou destaque em *A Política* estava relacionada à delegação que iria representar o Brasil na Conferência da Paz, em Versalhes, que aconteceria em janeiro de 1919. O editorial, de 27 de dezembro de 1918, sem assinatura, anunciava os nomes escolhidos por Domício da Gama, então ministro das Relações Exteriores. A delegação seria chefiada pelo paraibano Eptácio Pessoa, jurista e ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, e contaria ainda com Raul Fernandes, deputado federal pelo Rio de Janeiro, e Pandiá Calógeras, deputado federal pelo estado de Minas Gerais<sup>235</sup>.

Porém, dias antes, foi o nome de Rui Barbosa quem ganhou destaque nessa questão. O senador baiano teria sido escolhido primeiramente para chefiar a delegação, mas teria recusado, com a alegação de que o convite teria chegado “tarde em demasia”<sup>236</sup>. Em carta enviada a Rodrigues Alves, reproduzida na íntegra em *A Política*, Rui Barbosa se justificou com o presidente, afirmando ainda que esse tipo de missão lhe exigisse “certa bagagem de elementos de estudo, livros, relatórios, estatísticas e atos oficiais” e na ocasião da Conferência

---

<sup>232</sup> COMUNICADO. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 38, p. 4, 16 jan. 1920.

<sup>233</sup> CÂMARA. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 4, p. 5, 17 maio 1918.

<sup>234</sup> A MUDANÇA do Senado. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 12, p. 4, 12 jul. 1918.

<sup>235</sup> A EMBAIXADA da paz. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 35, p. 3, 27 dez. 1918.

<sup>236</sup> BARBOSA, Rui. A carta do Sr. Conselheiro Rui Barbosa ao Sr. Rodrigues Alves. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 33, p. 4, 13 dez. 1918.

da Paz de Haia, em 1907, a missão teria lhe sido oferecida “cerca de três meses antes”<sup>237</sup>. Esse evento antecedeu o quadro político da eleição presidencial do ano seguinte, que teria exatamente Rui Barbosa e Epiácio Pessoa na disputa pela presidência.

Havia ainda em *A Política* artigos voltados para as questões políticas regionais, nos quais temos a predominância das críticas em relação ao partido situacionista maranhense, sob a liderança de Urbano Santos, que analisaremos mais detalhadamente no decorrer desse capítulo. Podemos destacar também artigos voltados para a esfera internacional, nos quais eram abordados temas políticos e econômicos, como por exemplo, o noticiário da Grande Guerra, recorrente em notícias, artigos e editoriais no período de circulação da revista.

O editorial consistia, com exceção dos anunciantes, no único espaço fixo existente em *A Política*. A revista possuía apenas três sessões regulares: *Notas Esportivas*, assinada por Coelho Netto, voltada para os acontecimentos do universo esportivo; *A Semana Social*<sup>238</sup>, que veiculava notícias como a realização de eventos, a chegada ao Rio de Janeiro de personalidades de destaque no cenário político, intelectual e artístico e a divulgação de nascimentos e bodas, configurando-se como uma espécie de “coluna social”; e *Teatro Regional*, voltada à crítica de espetáculos apresentados nos palcos da cidade e ao panorama deste segmento artístico no período.

A literatura também se fez presente nas páginas da revista. No número dezesseis, de 9 de agosto de 1918, *A Política* anunciou a inauguração de uma seção voltada para temas literários, que contaria com a publicação integral de textos, peças e poesias de autores brasileiros<sup>239</sup>. No entanto, essa seção não se tornou regular na revista, tendo sido, em grande parte, utilizada para veiculação da produção literária do próprio Coelho Netto<sup>240</sup>. Por vezes, a revista veiculava também matérias relacionadas à literatura, anunciava o lançamento de livros e publicava textos de crítica literária; porém, essas pautas não obtiveram espaço fixo nas edições.

A coluna *Correio d'A Política* apresentava-se como um canal de diálogo entre a revista e seus leitores, ocupando um espaço restrito e variável na publicação. Não fazia transcrição das cartas recebidas; os editores publicavam somente as respostas à

<sup>237</sup> BARBOSA, Rui. A carta do Sr. Conselheiro Rui Barbosa ao Sr. Rodrigues Alves. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 33, p. 4, 13 dez. 1918.

<sup>238</sup> Por vezes a seção era denominada como “*Sociais*”.

<sup>239</sup> A POLÍTICA. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 16, p. 5, 9 ago. 1918.

<sup>240</sup> *Ibidem*, p. 16.

correspondência enviada pelos leitores, esclarecendo dúvidas relacionadas a questões como preço, recebimento e periodicidade. Informava-se ainda que as cartas deveriam ser enviadas aos cuidados de João Rodrigues, diretor-gerente da publicação. A seção não era voltada, portanto, a comentários dos leitores sobre o conteúdo veiculado na publicação.

Além do recebimento de correspondência, *A Política* informava aceitar colaborações na forma de artigos, reservando-se, porém, ao direito de recusar a publicação, caso esses não atendessem aos padrões exigidos pela revista, não sendo os originais devolvidos aos seus autores.

Os números localizados de *A Política* não informam a composição integral de seu corpo editorial; esses trazem apenas a identificação do diretor geral e, por vezes, a dos autores dos artigos. Nesse caso, o exercício de identificação dos seus colaboradores pôde ser realizado apenas por meio de alguns dos artigos assinados e pelos comunicados oficiais emitidos, com o objetivo de informar os leitores a respeito de mudanças em sua organização. Dito isso, as contribuições mais regulares ficaram a cargo de Mozart Monteiro, Humberto de Campos, Barbosa de Godois e Mucio Teixeira.

O colaborador Francisco Mozart do Rego Monteiro nasceu em 5 de agosto de 1896, na cidade de Fortaleza, no Ceará. É descrito como novelista, cronista, memorialista, jornalista e professor, além de membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Academia Cearense de Letras<sup>241</sup>. Em 1917, Monteiro atuou também como delegado da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo pelo seu estado, tendo seguido em campanha por essa região com o objetivo de propagar a causa da instituição<sup>242</sup>. Nesse período, Coelho Netto também fazia parte da Liga, como membro do diretório central<sup>243</sup>. A proximidade entre os dois escritores ficaria ainda mais evidenciada em virtude do destaque dado em *A Política* à campanha de Monteiro pelo Ceará, por meio do artigo “Pela educação nacional”, de 21 de junho de 1918, que trazia também a reprodução de um ofício enviado pela Liga, com a seguinte mensagem:

Ilmo. Sr. Dr. Mozart Monteiro. Tenho a súbita honra de comunicar a V. Ex. que a Diretoria da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo resolveu, por unanimidade

<sup>241</sup> COUTINHO, Afrânio; SOUZA, J. Galante de. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. São Paulo: Global, 2001, v. II.

<sup>242</sup> NOFUENTES, Vanessa Carvalho. *Um desafio do tamanho da nação: a campanha da liga brasileira contra o analfabetismo (1915-1922)*. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em História)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

<sup>243</sup> *Ibidem*, p. 31



enviar-lhe este ofício, exprimindo seus maiores agradecimentos pela campanha patriótica que por V. Ex. foi levada a efeito com grande sucesso no Ceará e pelo artigo recentemente publicado na “A Política” sobre o palpitante assunto (A POLÍTICA..., 1918, p.11).

O artigo referido no ofício é “*A educação nacional*”, no qual Mozart Monteiro relembrou a campanha por ele realizada no Ceará e iniciativas como a fundação da Liga Cearense Contra o Analfabetismo e de escolas em Fortaleza e no interior<sup>244</sup>. O mesmo artigo também destacou a atuação do deputado federal rio-grandense-do-norte José Augusto de Medeiros, também membro da Liga, que teria defendido, na Câmara dos Deputados, a regulamentação do ensino primário na região<sup>245</sup>. Monteiro atuou na capital federal por *A Política* até janeiro de 1919, quando informava-se ter sido transferido pela revista para o sul do país, para “promover enquetes jornalísticas, fundar agências e nomear correspondentes epistolares e telegráficos”<sup>246</sup>.

Outro colaborador em *A Política* foi o maranhense Humberto de Campos Veras, nascido na cidade de Miritiba, em 25 de outubro de 1886<sup>247</sup>. Campos chegara ao Rio de Janeiro em 1912, onde conviveu com literatos renomados como Rui Barbosa, José Veríssimo e Júlia Lopes de Almeida, tendo atuado também como colaborador em diversos jornais, como *Correio da Manhã* e o *Imparcial*<sup>248</sup>. Podemos identificar a integração de Campos junto à rede de sociabilidade de Coelho Netto através da sua atuação como escritor e também como membro da Academia Brasileira de Letras, na qual ingressou em 1919<sup>249</sup>. No ano anterior, Coelho Netto, que integrava essa instituição desde a sua fundação, em 1897, apoiou, em *A Política*, a candidatura de Humberto Campos:

A Academia precisa desse nome para seu brilho [...] Humberto de Campos não é só um dos nossos maiores poetas porque, também na prosa, a sua pena abre sulcos eternos, grava períodos que hão de ficar entre os mais perfeitos da língua portuguesa e rutilando com o fulgor do sol da nossa Pátria, da qual é ele um dos artistas mais enamorados (A POLÍTICA..., 1918, p. 5).

<sup>244</sup> MONTEIRO, Mozart. A Educação Nacional. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 6, p.8, 31 maio 1918.

<sup>245</sup> Ibidem, p.8.

<sup>246</sup> A POLÍTICA. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 37, p. 7, 10 jan. 1919.

<sup>247</sup> COUTINHO, Afrânio; SOUZA, J. Galante de. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. São Paulo: Global, 2001, v. II, p. 262.

<sup>248</sup> Ibidem, p. 262.

<sup>249</sup> Ibidem, p. 262.

Assim como Coelho Netto, Humberto Campos também atuou na política, tendo sido eleito deputado federal pelo Maranhão em 1927 e reeleito em 1929<sup>250</sup>.

Antonio Baptista Barbosa de Godois foi outro maranhense que colaborou em *A Política*. Poeta, escritor e educador, atuou no magistério e na Escola Normal do Estado do Maranhão. Fundou a Academia Maranhense de Letras e, como poeta, compôs a letra do Hino do Maranhão. Foi ainda deputado federal e vice-presidente do seu estado natal<sup>251</sup>.

*A Política* recebeu ainda a contribuição de Mucio Teixeira. Natural de Porto Alegre, Mucio Scervola Lopes Teixeira era poeta e jornalista, tendo atuado como colaborador em diversos órgãos da imprensa, como *Jornal do Commercio* (1880-1882), *O Cruzeiro* (1882-1883) e *Revista Literária* (1884)<sup>252</sup>. Em *A Política*, ficou evidenciada a sua proximidade com João Rodrigues, por meio da nota “*Mucio Teixeira e A Política*”, na qual se dirigiu ao editor como “amigo e colega”<sup>253</sup>. A nota trazia a sua resposta ao convite de João Rodrigues, para integrar o corpo editorial da revista, o qual ele teria aceitado, sobretudo, em consideração ao vínculo existente entre os dois:

Amigo e colega João Rodrigues. Compromissos já tomados com duas folhas diárias [...] absorvem-me quase todo tempo [...] Por isso, a outro qualquer eu me negaria em absoluto; mas ao amigo [...] não me sinto com forças para resistir a qualquer pedido. Assim, aceito o convite para colaborar efetivamente na sua interessante revista *A Política* (*A POLÍTICA...*, 1918, p. 6).

A partir da análise sobre o corpo editorial de *A Política*, podemos identificar em sua composição a existência de características comuns aos seus integrantes. De uma maneira geral, eram escritores que atuavam na literatura, na imprensa e na política, e que integravam uma rede de sociabilidade comum. No entanto, esses mesmos escritores ainda buscavam espaços de consagração e não possuíam o renome dos grandes literatos e políticos do período. A reunião desses em *A Política* representou a formação de um grupo sob a liderança de um

<sup>250</sup> LOPES, Raimundo Helio. Humberto de Campos (verbete biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República* (1889 - 1930). Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPOS,%20Humberto%20de.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2014.

<sup>251</sup> ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. Acadêmicos fundadores: Antônio Batista de Barbosa de Godois. Disponível em: <[http://www.academiamaranhense.org.br/?page\\_id=42](http://www.academiamaranhense.org.br/?page_id=42)>. Acesso em: 30 ago. 2014.

<sup>252</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883-1902. p. 300-302.

<sup>253</sup> MUCIO TEIXEIRA e a política. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 19, p. 6, 30 ago. 1918.

escritor já renomado na capital federal, em defesa da “causa Coelho Netto”, que poderia vir a fortalecer os seus vínculos nos meios literário e político.

### 2.3 A derrota de Coelho Netto nas eleições federais

Nesta seção analisaremos a repercussão em *A Política* em torno da “causa de Coelho Netto”<sup>254</sup>, termo utilizado na capa do segundo número da revista, que denominou a campanha liderada pelo escritor pelo seu reconhecimento como deputado federal. Desde o anúncio da derrota de Coelho Netto nas eleições de março de 1918, a militância em torno dessa causa “que tão justamente tem interessado a todo Brasil”<sup>255</sup> ocupou as páginas do periódico, que se dedicou a publicar artigos que criticaram a legitimidade das eleições e denunciou fraudes e corrupção em diversos estados, principalmente no Maranhão.

Em seu primeiro número, de 24 de abril de 1918, *A Política* publicou o artigo “Política maranhense. A circular dos Governadores”, sem assinatura, que atacava o situacionismo maranhense e a liderança de Urbano Santos, que teria preterido Coelho Netto na lista do partido. Segundo o redator, o escritor “foi vítima [...] não só de incomparáveis abusos políticos, como ainda de uma revoltante torpeza pelo governo insinuada contra a sua honra”<sup>256</sup>. As irregularidades denunciadas nesse artigo vão desde suborno, abuso de autoridade, pressões e ameaças aos funcionários públicos – “Ai do funcionário público que não votasse incondicionalmente nos candidatos governistas”<sup>257</sup> – à contestação da diplomação de Marcelino Machado, que teria ocupado a vaga de Coelho Netto no partido. Segundo o escritor, Marcelino Machado “não só exercia cargo administrativo federal até a véspera das eleições, como ainda [era] pensionista do Tesouro do Maranhão”<sup>258</sup>, casos esses que invalidariam o seu reconhecimento. Abaixo, temos a ilustração que acompanhou o artigo:

---

<sup>254</sup> A POLÍTICA: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, n. 2, p. 1, 01 maio 1918.

<sup>255</sup> Ibidem, p. 1.

<sup>256</sup> POLÍTICA maranhense. A circular dos governadores. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 1, p. 4, 24 abr. 1918.

<sup>257</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>258</sup> Ibidem, p. 5.

Figura 6 – Coelho Netto “nas mãos da opinião pública”



Legenda: Ilustração que acompanha o artigo “Política maranhense. A circular dos Governadores”.

Fonte: *A Política*: revista combativa ilustrada, 24 abr. 1918, p. 4.

Na ilustração, Coelho Netto é retratado “nas mãos da opinião pública”<sup>259</sup>, com uma pena em uma das suas mãos, representando a sua principal arma de defesa contra as supostas irregularidades denunciadas no artigo.

A contestação apresentada por Coelho Netto na Câmara dos Deputados, em 1 de maio de 1918, foi reproduzida na íntegra no segundo número de *A Política*<sup>260</sup>, no qual a imagem de Coelho Netto discursando veio logo na capa da edição:

<sup>259</sup> POLÍTICA maranhense. A circular dos governadores. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 1, p. 4, 24 abr. 1918.

<sup>260</sup> NETTO, Coelho. A contestação do Sr. Coelho Netto ao diploma do Sr. Marcelino Machado. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 2, p. 3, 01 maio 1918.



Figura 7 – Coelho Netto discursando na Câmara dos Deputados



Legenda: Coelho Netto apresentando a sua contestação na Câmara dos Deputados.  
 Fonte: *A Política*: revista combativa ilustrada, 01 maio 1918, p. 1.

No discurso de contestação, publicado no mesmo número, Coelho Netto manteve as acusações de inelegibilidade de Marcelino Machado, reafirmando que esse exercia “até as vésperas do pleito o cargo de fiscal do governo junto ao Liceu Maranhense”, além de receber uma “pensão concedida pelo Estado”<sup>261</sup>. Em seguida, o escritor descreveu detalhadamente a suposta “traição” sob a qual teria sido vítima, quando, desta vez, dirigira-se diretamente a Urbano Santos:

<sup>261</sup>NETTO, Coelho. A contestação do Sr. Coelho Netto ao diploma do Sr. Marcelino Machado. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 2, p. 4, 01 maio 1918.

Às primeiras atoardas que sussurraram nesta Casa anunciando a minha exclusão da chapa maranhense [...] logo procurei [Urbano Santos] pedindo-lhe que me dissesse a verdade sobre o que se urdia no seio do partido [...] O homem deu de ombros com indiferença [...] e, com palavras seguras, tranquilizou-me afirmando que nada havia e que eu não desse ouvidos a falas e rumores de imprensa, sempre falsos e tendenciosos. Disse-lhe então, insistindo: ‘Se tal peço é porque muito me doeria a afronta de ser expulso da representação maranhense como quem houvesse incorrido em falta que dela o tornasse digno (NETTO, 1918, p. 4).

No entanto, segundo Coelho Netto, esse posicionamento assumido por Urbano Santos não durou muito tempo, aparecendo ele um dia “inteiramente transformado, outro em tudo”<sup>262</sup>. Embora no Maranhão a notícia de sua exclusão estivesse correndo, Urbano Santos afirmava “que nada havia”, atribuindo a existência dos boatos à imprensa. O líder político ainda teria afirmado que

Que dois dos nossos companheiros, esses sim, estavam irremissivelmente condenados – um, por preferência que o incompatibilizara com a Nação em guerra; outro, porque tinha de ceder a cadeira a quem, tendo deixado o governo do Maranhão, não podia ficar sem assento, acompanhando incomodamente, de pé, a marcha da Política (NETTO, 1918, p. 5).

Podemos identificar na fala descrita por Coelho Netto e atribuída a Urbano Santos uma das características primordiais ao funcionamento da dinâmica política na Primeira República, materializada, nesse caso, na existência de acordos no interior do grupo partidário, sob a liderança de uma figura política que controlava a inclusão ou a exclusão dos nomes que adentrariam a cena política após o período eleitoral. A postura de Coelho Netto em relação a essa dinâmica também merece ser destacada, pois o mesmo não parecia demonstrar indignação ao ser informado que dois dos seus colegas de bancada seriam excluídos. Porém, a sua reação mudou ao saber que ele próprio fora preterido pelo partido situacionista. Neste caso, as denúncias de “traição” ou “conspiração” revelaram o descontentamento do escritor em relação a sua própria situação e não necessariamente um posicionamento crítico à dinâmica de inclusão ou exclusão do grupo político.

Posteriormente, segundo Coelho Netto, sua exclusão foi confessada por Urbano Santos com a justificativa de que “não conseguira apurar o golpe dos políticos maranhenses”<sup>263</sup>. Essa mesma explicação, segundo o escritor, teria sido dada pelo vice-presidente da república em uma entrevista concedida ao periódico maranhense *O Jornal*, na qual teria afirmado que “que

<sup>262</sup> NETTO, Coelho. A contestação do Sr. Coelho Netto ao diploma do Sr. Marcelino Machado. *A Política*: revista combativa illustrada. Rio de Janeiro, n. 2, p. 4, 01 maio 1918.

<sup>263</sup> *Ibidem*, p. 4.

na legislatura anterior fora difícil manter-me contra a má vontade dos políticos locais”<sup>264</sup> e que “desta vez a impugnação foi mais decidida”<sup>265</sup>. Sobre isso, no discurso, Coelho Netto acusou Urbano Santos de “descarregar sempre em outrem a responsabilidade dos seus atos”<sup>266</sup>.

De fato, a entrevista de Urbano Santos citada no discurso foi veiculada pelo periódico *O Jornal*, em 26 de janeiro de 1918. No entanto, Coelho Netto não fez menção à crítica a ele proferida pelo vice-presidente da república nessa mesma entrevista:

O Sr. Coelho Netto declarou [...] que ia atacar-me tanto nos jornais cariocas, como nos do Rio Grande do Sul, de São Paulo e Minas, nos quais exerce influência. Vê-se, e eu tenho sabido em viagem, que tem realizado o que disse. Há quatro anos precisamente, aqui mesmo em Maranhão [...] o Sr. Coelho Netto me elevava a glória desta terra e me intitulava de amigo dos mais caros. Passado esse período, agride-me. Eu, então; não me envaideci com o elogio; hoje saberei ter indulgência para a agressão. Deixo ao tempo demonstrar ao Sr. Coelho Netto que não tem razão (SANTOS, 1918, p. 1).

Por sua vez, a contestação apresentada por Coelho Netto na Câmara dos Deputados foi respondida no mesmo periódico maranhense. No artigo “Eleição no Maranhão”, afirma-se que

O Sr. Coelho Netto [...] leu a sua extensa contestação, para o que preparou a necessária encenação, como diretor da Escola Dramática que é. A forma literária, de que foi revestida essa peça, não conseguiu afastar a péssima impressão produzida nos espíritos sensatos, que da mesma tiveram conhecimento, pela desorientação e o despeito que a inspiraram, levando uma e outra, a injuriar e a atacar a política maranhense, que até as vésperas do pleito era por ele endeusada e estimada (O JORNAL, 1918, p. 2).

Para sustentar a denúncia de inelegibilidade de Marcelino Machado, Coelho Netto referia-se a considerações a respeito daquela situação de Clovis Bevilacqua e de José Pires Brandão, a quem denominava “mestres do Direito”<sup>267</sup>. Bevilacqua teria emitido o seguinte parecer:

Foi-me perguntado se o inspetor de um estabelecimento de ensino secundário era funcionário administrativo federal, e, por isso mesmo, inelegível para o Congresso Federal, pelo Estado onde exercesse as suas funções. Respondo afirmativamente: é funcionário administrativo e, como tal, inelegível para o Congresso Federal, em virtude do que dispõe a lei n. 3.208, de 27 de dezembro de 1916, art. 37, alínea f (NETTO, 1918, p. 9)

<sup>264</sup> NETTO, Coelho. A contestação do Sr. Coelho Netto ao diploma do Sr. Marcelino Machado. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 2, p. 5, 01 maio 1918.

<sup>265</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>266</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>267</sup> *Ibidem*, p. 9.

Segundo o parecer de José Pires Brandão,

O Dr. Marcelino Rodrigues Machado foi inspetor junto ao Liceu Maranhense, terminando o exercício do seu cargo a 20 de fevereiro de 1918 [...] Não podia, portanto, ser votado para deputado ao Congresso Nacional (NETTO, 1918, p. 9).

Brandão também fazia referência à Lei nº 3.208, de regulação do processo eleitoral, segundo a qual eram “inelegíveis para o Congresso Nacional em todo território da República os funcionários administrativos federais, demissíveis independentemente de sentença judicial”<sup>268</sup>.

Em sua contestação, Coelho Netto mencionou também o recebimento de um telegrama, no qual denunciava ter sido proibida a entrada de cédulas com o seu nome nos colégios eleitorais<sup>269</sup>. Esse mesmo telegrama foi reproduzido pelo jornal diário maranhense *Pacotilha*<sup>270</sup>, que se manifestara em favor do escritor, dando destaque a sua votação naquelas eleições:

Não podemos deixar de enviar, destas colunas, a Coelho Netto, os nossos calorosos parabéns, pelo magnífico resultado, com que as urnas sagraram, nesta capital, o seu nome glorioso, num formal desmentido ao pretexto em que tentaram estribar o ato da sua exclusão da chapa oficial. [...] Pois bem: apesar de tudo isto, Coelho Netto obteve nesta cidade para mais de 1000 votos. É admirável (PACOTILHA, 1918, p. 1).

O desvirtuamento da lei nº 3.208, de regulação do processo eleitoral, também foi alvo de críticas em *A Política*. O artigo “*A nova Lei Eleitoral. Alguns casos típicos do seu desvirtuamento*”, em 24 de abril de 1918, destacava que “infelizmente, a nova lei não prestou os serviços que eram de esperar e que, tomadas as necessárias providências, poderá prestar ao país”<sup>271</sup>. Enumerando denúncias de casos de corrupção no Distrito Federal e nos estados do Piauí, Ceará e no Maranhão, recomendava-se “um trabalho de profilaxia enérgico e urgente na magistratura do país”<sup>272</sup>.

<sup>268</sup> NETTO, Coelho. A contestação do Sr. Coelho Netto ao diploma do Sr. Marcelino Machado. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n.2, p. 9, 01 mai0 1918.

<sup>269</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>270</sup> COELHO NETTO. *Pacotilha*. Maranhão, ano 38, n. 48, p. 1, 26 fev.1918.

<sup>271</sup> A NOVA lei eleitoral. Alguns casos típicos do seu desvirtuamento. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 1, p. 14, 24 abr. 1918.

<sup>272</sup> A NOVA lei eleitoral. Alguns casos típicos do seu desvirtuamento. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 1, p. 14, 24 abr. 1918.



Em “*A Peste Negra do Regime. A mensagem do Sr. Presidente da República*”, do dia 9 de maio de 1918, o alvo foi o discurso proferido por Wenceslau Brás no Congresso Nacional, no dia anterior, no qual o presidente destacara, dentre os feitos do seu governo a “reforma eleitoral, que deu excelentes resultados”<sup>273</sup>. Sobre isso, *A Política* afirmou que “a reforma favoreceu os piores resultados, como se ainda não verificaram em tantos anos de coação e de fraude”<sup>274</sup>. O articulista também dirigia duras críticas ao presidente:

S. ex. apregoa o “Combate ao personalismo político”. Quando? Em que tempo? Esse personalismo, [...] bem no sabe s. ex. [...] é a peste negra do regime. [...] Mais uma vez, rebuçou-se S. ex., encolheu-se, deixando o campo livre, aos “amigos politiqueros” (A POLÍTICA..., 1918, p. 3).

Já em “*A mensagem e a Lei Eleitoral. S. Ex. está satisfeito*”, da mesma data, contestava-se a declaração do presidente segundo a qual nas eleições não teriam sido registradas “nem violências, nem fraudes”<sup>275</sup>. Para o articulista,

A lei, não há dúvida nenhuma, é boa: é a mais perfeita de quantas tem tido o Brasil. A sua execução, em grande parte, foi, porém, uma bomba, uma farsa, uma mentira. [...] Quisesse o Sr. Presidente da República usar de franqueza para com a Nação, e confessaria que a Lei Eleitoral não deu os resultados que todos esperavam para moralizar o regime, levantando o caráter nacional (A POLÍTICA..., 1918, p. 6).

Essa edição de *A Política*, de 9 de maio de 1918, nos chama atenção pelo fato de veicular dois artigos críticos a Wenceslau Brás, o que nos leva a identificar a ambiguidade do posicionamento de Coelho Netto em relação ao presidente da república. Nesse momento, ao que parece, a revista não apresentava receio em se dirigir criticamente ao presidente, diferentemente da postura assumida por Coelho Netto meses depois, na qual a veiculação de outro artigo crítico a Wenceslau Brás ocasionou o desentendimento entre o escritor e João Rodrigues, já referido.

A atuação da Comissão Verificadora de Poderes da Câmara dos Deputados também era alvo de críticas, denunciando-se o “desvirtuamento das suas funções”. Segundo o articulista, o papel da comissão seria o de “examinar e julgar as eleições”, mas ao invés disso, seus membros estariam se limitando a “ouvir ou ler o que produzem os candidatos” e a

<sup>273</sup>A PESTE negra do regime. A mensagem do Sr. Presidente da República. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 3, p. 3, 9 maio 1918.

<sup>274</sup>Ibidem, p. 3.

<sup>275</sup>A MENSAGEM e a lei eleitoral. S. Ex. está satisfeito. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 3, p. 6, 9 maio 1918.

votação ocorreria de acordo com “ocultos interesses políticos”<sup>276</sup>. O artigo “*O reconhecimento na Câmara*”, do dia 9 de maio de 1918, sem assinatura, também criticou o “processo estúpido e violento” no qual os contestantes seriam submetidos, destacando também a indiferença das Comissões Verificadoras “pela lei eleitoral, pela Constituição do país, pelo próprio regime”<sup>277</sup>.

Nessa mesma edição, *A Política* veiculou uma nota na qual se confirmava o não reconhecimento da eleição de Coelho Netto para deputado federal:

Coelho Netto não foi reconhecido deputado... O chefe do partido maranhense, a que pertencia o genial escritor e orador eloquentíssimo, é o [...] vice-presidente da República, governador do Maranhão, *ex-leader* do Senado [...] Urbano Santos (*A POLÍTICA...*, 1918, p. 6).

Com a confirmação da derrota de Coelho Netto, *A Política* destacou as manifestações de solidariedade recebidas pelo escritor. No artigo “*Coelho Netto e a opinião do país. A justiça ao lado do grande escritor que ama e honra a sua Pátria*”, do dia 24 de junho de 1918, declarava-se que “inestimáveis têm sido os testemunhos de solidariedade que há recebido, dia a dia, o admirável escritor e patriota maranhense”<sup>278</sup>. No mesmo número, foi transcrito, na íntegra, um artigo veiculado no jornal *A União*, da Paraíba, no qual se afirmou que “Coelho Netto foi eleito pelo prestígio popular [...]. Bem poucos, sem partido constituído, e na oposição do situacionismo, têm logrado triunfo igual”<sup>279</sup>.

Já o artigo “*A farsa*”, de 19 de julho de 1918, reproduzia o texto “*As eleições de 1º de Março*”, veiculado na sexta edição do jornal maranhense *Correio de Pindaré*, contendo denúncias de fraudes e coação aos eleitores. Segundo o articulista, “Coelho Netto [...] obteria aqui como obteve na capital até votos para senador, grande número de votos, se os votos fossem livres e o povo não temesse o tacape do chefe da aldeia e curaré (sic) imposto pelos caciques”<sup>280</sup>. Nessa mesma época, o jornal *Pacotilha* considerou a decisão da Comissão “um

<sup>276</sup> AS COMISSÕES verificadoras. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 2, p. 3, 01 maio 1918.

<sup>277</sup> O RECONHECIMENTO na Câmara. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 3, p. 4 e 5, 09 maio 1918.

<sup>278</sup> COELHO NETTO e a opinião do país. *A justiça ao lado do grande escritor que ama e honra a sua pátria. A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 5, p. 7, 24 jun. 1918.

<sup>279</sup> “A POLÍTICA” em toda a parte. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 5, p. 7, 24 jun. 1918.

<sup>280</sup> A FARSA. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 13, p. 7, 19 jul. 1918.

monstro que aberra de todas as normas jurídicas, pois manda considerar válidas eleições eivadas de vícios substanciais”<sup>281</sup>.

Coelho Netto não recebeu, entretanto, somente manifestações solidárias. O artigo “*O desespero do imortal*” veiculado em *O Jornal*, no dia 13 de agosto de 1918, acusava o escritor de ter vindo “a público achincalhar aqueles com os quais ontem, vivia na mais íntima cordialidade, na mais estreita comunhão de ideias”<sup>282</sup>, sendo “colocado como um adorno na representação maranhense”<sup>283</sup>. O mesmo jornal criticava a atuação de Coelho Netto na Câmara dos Deputados, nos mandatos anteriores, sugerindo que o escritor “jamais tomou parte nas agitações tumultuárias que de quando em vez sacodem a Câmara Federal”, “não discutiu nem apresentou projetos considerados de utilidade pública” e “não abordou problemas sociais”, tendo se conservado como um literato, representado as letras ao invés do povo, enveredando na política a “um simples chamado de chefe de partido”<sup>284</sup>. Ainda, segundo o articulista, a revolta de Coelho Netto era justificada porque ele “queria o mandato vitalício”, insurgindo-se “contra a facção a qual até então era filiado porque conveniências partidárias exigiram a retirada de sua candidatura”<sup>285</sup>.

### 2.3.1 Coelho Netto x Urbano Santos

*A Política* também se dedicou a veicular textos contrários à figura política que teria sido responsável pela exclusão de Coelho Netto do partido situacionista maranhense e, consequentemente, por sua derrota nas eleições federais: Urbano Santos.

Mesmo após a confirmação da sua derrota, Coelho Netto não se conformou com o resultado e iniciou uma série de ataques em *A Política* contra Urbano Santos. No artigo “*A Política*”, do dia 31 de maio de 1918, o escritor sustentou que o prestígio político de Urbano Santos estaria em declínio, na capital federal e no Maranhão, e que seu algoz “é hoje letra

<sup>281</sup>PACOTILHA. Maranhão, ano 38, n. 103, p. 1, 2 de maio de 1918.

<sup>282</sup> O DESESPERO do imortal. *O Jornal*. Maranhão, ano IV, n. 1138, p. 2, 13 ago. 1918.

<sup>283</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>284</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>285</sup> Ibidem, p. 2.

morta, que ninguém toma a sério e que, dentro em pouco, será apenas memória de um pesadelo tremendo, de uma era de vergonha, de miséria e de abastardamento”<sup>286</sup>.

No entanto, a fala de Coelho Netto mostrou-se não condizente com a realidade, visto que Urbano Santos, nesse mesmo ano foi indicado pelo então presidente eleito Rodrigues Alves para exercer o cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores, além de ter sido eleito governador do estado do Maranhão. Sobre a indicação de Urbano Santos à pasta da Justiça pelo presidente eleito Rodrigues Alves, de início Coelho Netto afirmou que a notícia não passava de um “boato”, espalhado pelo próprio, com a intenção de tentar restabelecer seu prestígio político<sup>287</sup>. Em outra ocasião, o escritor se posicionou de maneira cautelosa, com o intuito, provavelmente, de não manifestar uma clara oposição a respeito da escolha de Rodrigues Alves:

Portando-nos como bons patriotas, que nos prezamos ser, posto que nos sobrem razões, e de peso, para impugnar o gesto do Sr. Conselheiro Rodrigues Alves convidando o Sr. Urbano para a pasta da Justiça, não o faremos. A hora é de concórdia e todos os que amamos a República devemos sopitar melindres e até esquecer o interesse da nação para não contrariarmos o pensamento do seu supremo magistrado (NETTO, 1918, p. 6).

A partir da confirmação do nome de Urbano Santos para a pasta da Justiça e da confirmação de que fora mantido seu prestígio nos círculos políticos da capital federal, a estratégia de Coelho Netto contra o seu inimigo político se concentrou em veementes denúncias contra o seu grupo político no Maranhão. No artigo “*Misero Maranhão*”, do dia 24 de junho de 1918, por exemplo, o escritor remeteu-se ao período imperial, no qual o estado “era considerado no país e louvado no estrangeiro como um centro de cultura estreme” e que

com a República, começou a decadência da gloriosa província, mas a miséria e a degradação entraram no Estado com essa oligarquia reles que, como parasita em árvore frondosa, o vai sugando e envilecendo (NETTO, 1918, p. 5).

Em *A Horda*, em 13 de setembro de 1918, Coelho Netto denunciou uma onda de violência que teria atingido o sertão maranhense que, no entanto, o “vice-presidente da República afirma ser um seio de Abraão, onde a vida discorre tranquilamente e farta, ao abrigo da Lei e na medrança das terras bem regadas”<sup>288</sup>.

---

<sup>286</sup> NETTO, Coelho. A Política. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 6, p. 3, 31 maio 1918.

<sup>287</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>288</sup> NETTO, Coelho. A horda. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 21, p. 10, 13 set. 1918.

Já em *A gripe em São Luiz*, em 29 de novembro de 1918, denunciou a epidemia de influenza espanhola na região, sugerindo que “graças à falta de orientação governamental dos detentores do poder, na terra maranhense, a cidade de São Luís estava inteiramente desprotegida, no caso da invasão de qualquer epidemia”<sup>289</sup> e que “o último quadriênio governamental passou, com o serviço de higiene completamente desorganizado”<sup>290</sup>. Nesse caso, o ataque dirigido ao situacionismo maranhense, referido nesse mesmo artigo como “oligarquia reles”<sup>291</sup>, ignorou o fato de Coelho Netto ter integrado esse mesmo grupo político por três legislaturas consecutivas.

Mesmo após o anúncio da saída de Coelho Netto de *A Política*, os ataques a Urbano Santos continuaram recorrentes. O artigo “*Que faz o Sr. Urbano?*”, sem assinatura, denunciou a atuação violenta de bandos pelo interior do estado e, em contrapartida, a atuação do então Ministro da Justiça, que estaria “inteiramente alheio à sorte dos sertões de sua terra”<sup>292</sup>. Já “*A revolta do Maranhão*”, também sem assinatura, abordou um suposto movimento que teria sido motivado pela oposição ao situacionismo no estado, mas que, para a decepção do autor, logo fora abafado e enquadrado apenas como uma “escaramuça de quartel de polícia”<sup>293</sup>.

#### **2.4 *A Política*: Revista Combativa Ilustrada como instrumento de combate e debate**

Esta seção é dedicada à análise de como o tema da política, em seu aspecto geral, era representado em *A Política*.

Os fatos políticos comumente eram representados por meio de ilustrações, geralmente dispostas na primeira capa, com o objetivo de chamar a atenção do leitor para o assunto discutido no interior da revista. Abaixo, reproduzimos a capa do primeiro número de *A Política*, cuja ilustração retratou a configuração política do país após a sucessão presidencial de 1918.

---

<sup>289</sup>A GRIPE em São Luís. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 31, p. 6, 29 nov. 1918.

<sup>290</sup> Ibidem, p. 6.

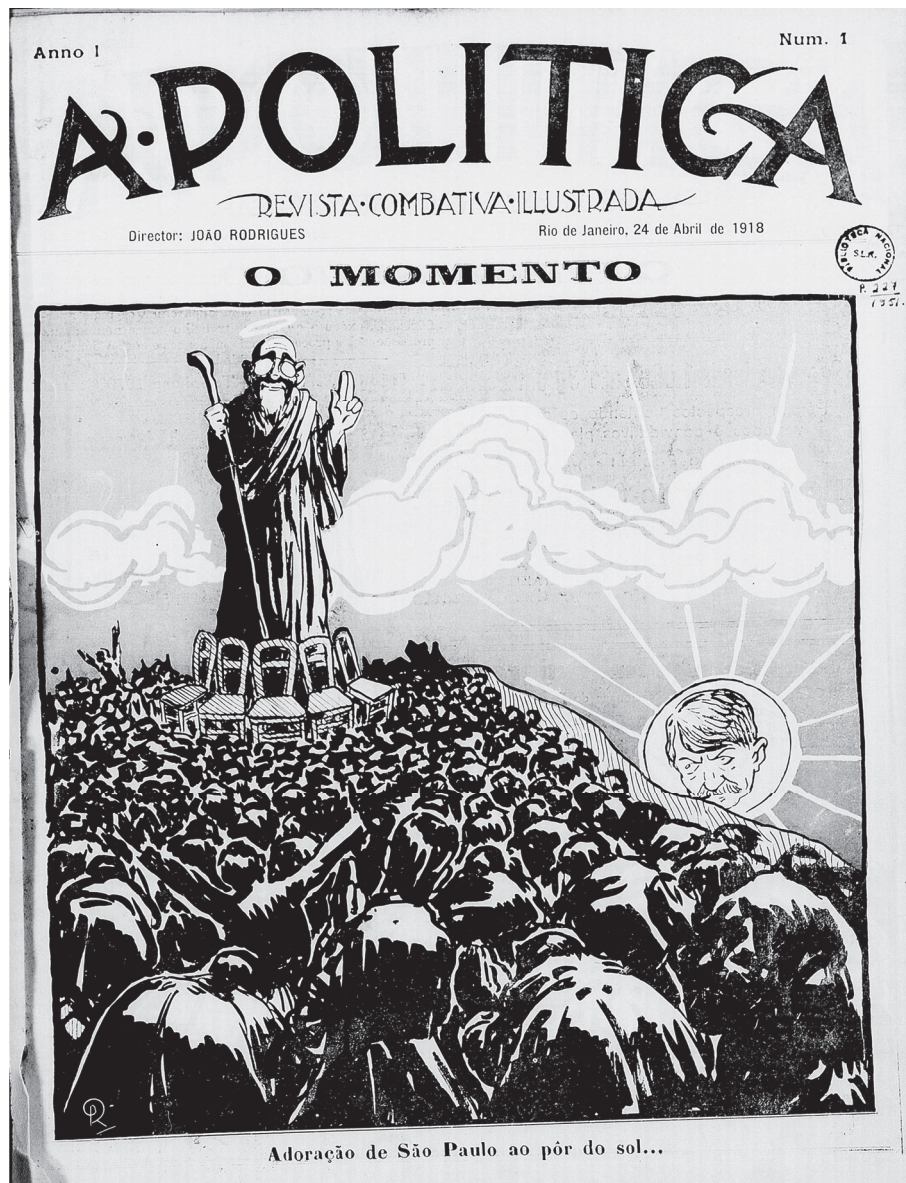
<sup>291</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>292</sup> QUE faz o Sr. Urbano? *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 40, p. 11, 14 fev. 1919.

<sup>293</sup> A REVOLTA no Maranhão. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 44, p. 5, 11 abr. 1919.



Figura 8 – Capa do primeiro número de *A Política: Revista Combativa Ilustrada*



Legenda: Capa do primeiro número de *A Política*.  
Fonte: *A Política: revista combativa ilustrada*, 24 abr. 1918, p. 1.

Na ilustração, o presidente Wenceslau Brás foi retratado como o pôr do sol, em alusão ao final do seu mandato, enquanto Rodrigues Alves figurava, com ironia, no alto de um monte, sendo reverenciado por um grande número de pessoas, em referência a sua eleição para a presidência da República. Já as cadeiras dispostas à sua frente nos sugerem a representação das primeiras indicações para a composição do seu ministério.

Os editoriais de *A Política* também eram dedicados ao comentário sobre os acontecimentos recentes, que seriam aprofundados na mesma edição da revista. Além desses fatos, esses mesmos editoriais nos indicam o estilo de comunicação utilizado pelo articulista

em seu texto. O próprio nome da revista nos sugere uma abordagem ativa, na qual os seus editores se dirigiriam ao público de maneira mais incisiva.

O editorial do primeiro número de *A Política*, de 24 de abril de 1918, apresentava a revista como inimiga da “politiquice amoral”, criada com o objetivo de “guiar as consciências”.

A hora pede a ação decisiva de todos. As consciências carecem de ser guiadas. [...] Tem de ser guiadas pelos que servem à Pátria como a um puro ideal, pelos que se formaram na cultura da moral [...] Guias capazes de iniciativas fecundas, moral e mentalmente competentes para realizar uma função vital e harmônica. [...] São estas as nossas razões (A POLÍTICA..., 1918, p. 1).

Embora a “causa de Coelho Netto” tenha ganhado destaque em artigos já nessa primeira edição, ela não foi mencionada como o objetivo da revista nesse editorial de apresentação. Podemos notar a intenção do articulista em apresentar a motivação da criação do periódico como uma causa de caráter mais nobre, que estaria relacionada, nesse caso, à questão da moralidade da política.

Em outro editorial, dessa vez assinado por Coelho Netto, no dia 24 de maio de 1918, o escritor evocou novamente essa “causa nobre”, que seria a de combater “não os males, que são resultados, mas os administradores incompetentes ou desonestos, que são as causas da situação bastarda e de miséria em que nos achamos”<sup>294</sup>. Coelho Netto convocava os brasileiros a fiscalizarem a atuação dos governantes, aos quais chamou de “pastores d’homens”<sup>295</sup>, quando “os virem no caminho do vício ou na viela da traição. Podemos destacar também a recorrência do tom moralizador na abordagem sobre a questão política:

Há certos males para os quais só se conhece o recurso do ferro em brasa e A Política vai aplicá-lo. O Brasil não pode continuar a mercê de tal gente: é preciso extirpar os cancos da República (A POLÍTICA..., 1918, p.3).

A organização do sistema político republicano também foi alvo de duras críticas em *A Política*. O editorial “Mal congênito”, de 12 de julho de 1918, sem assinatura, destacou que a proclamação da República trouxera “certos costumes políticos”, referindo-se à atuação das oligarquias nos estados, sobre as quais repousava a sustentação do novo regime, e à

---

<sup>294</sup>A POLÍTICA. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 5, p. 3, 24 maio 1918.

<sup>295</sup> Ibidem, p. 3.

representação dessas no Congresso Nacional<sup>296</sup>. A extinção das oligarquias, nesse caso, representaria, um “dever” político, social e moral<sup>297</sup>. O articulista também criticou a promulgação da Constituição de 1891, que seria uma mera “tradução da Constituição norte-americana”, e o presidencialismo adotado no Brasil, que interferiria nos estados e no Congresso, “reconhecendo os amigos” e “rasgando os diplomas dos verdadeiramente eleitos”<sup>298</sup>.

Nessa mesma edição de *A Política*, outro artigo, sem título e sem assinatura, viria corroborar as críticas expostas acima. Nele, afirmava-se que o surgimento das oligarquias não teria sido uma “criação” de Campos Sales e da sua “Política dos Governadores”, mas sim a resultante do sistema político adotado com a proclamação da República, cujo objetivo fora o de “descentralizar a nossa organização político-administrativa”<sup>299</sup>. Prosseguindo nas críticas contra o sistema político adotado no regime, destacava-se ainda a transição de um governo que era centralizador e no qual “os chefes [...] das províncias eram apenas delegados administrativos do poder central” para um em que “o povo elege o seu chefe”, o que teria resultado na “perpetuação” desse “chefe” na liderança dos estados<sup>300</sup>. Abaixo, transcrevemos como essa dinâmica política nos estados foi detalhada no artigo:

Dispondo de um eleitorado bisonho e inculto, dando-lhe as melhores posições regionais, ameaçando-o, pela compressão, tentando-o pelo suborno, eis como qualquer presidente estadual construiu a respectiva máquina eleitoral, da qual saía a perpetuação política da sua dinastia (A POLÍTICA..., 1918, p. 4).

No editorial *Misérias*, em 19 de julho de 1918, Coelho Netto destacou o que seria um dos vícios comuns à política do período: a falta de comprometimento dos governantes com os “interesses vitais”, devido a atenção dada às “mesquinhas da politicagem avassaladora”<sup>301</sup>. Esses “interesses” seriam, segundo o escritor, os problemas relacionados ao desmatamento, a fome e a seca, que estariam em segundo plano, em virtude de os líderes políticos, com “as

---

<sup>296</sup> MAL congênito. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n.12, p. 1, 12 jul. 1918.

<sup>297</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>298</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>299</sup> A POLÍTICA: REVISTA COMBATIVA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro, n. 12, p. 4, 12 jul. 1918.

<sup>300</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>301</sup> NETTO, Coelho. *Misérias*. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 13, p. 3, 19 jul. 1918.



suas máquinas eleitorais bem lubrificadas com favores largos”, pouco se importarem com o destino do país<sup>302</sup>.

Outro “vício” arraigado na política republicana, segundo *A Política*, era o sistema eleitoral brasileiro. O editorial “As Comissões Verificadoras”, de 1 de maio de 1918, sem assinatura, abordou a questão do voto, que teria de ser “a base desse regime”. No entanto, sua funcionalidade era contestada, pois a posse do candidato eleito esbarrava no processo de reconhecimento na Câmara dos Deputados. Sobre isso, o articulista se manifestou: “Então acabe-se de vez com as eleições, ou se confesse publicamente que elas de nada valem e são apenas uma farsa, uma dispendiosa e ridícula farsa política”<sup>303</sup>. Nesse caso, observamos uma crítica manifestada no editorial mais próxima das reais intenções perseguidas com a criação da revista.

Nesse capítulo, contextualizamos *A Política* no panorama das principais transformações que ocorreram na imprensa brasileira entre o final do século XIX e início do XX, destacando também as primeiras revistas ilustradas semanais. Em relação aos colaboradores da revista, observamos que integravam uma rede de sociabilidade comum, que envolvia os campos da literatura e da política, de forma indissociável.

Podemos considerar que a polêmica em torno do reconhecimento de Coelho Netto como deputado federal nas eleições de 1918 foi o que motivou de forma imediata a criação de *A Política*, que se constituiu como um espaço de manifestação de ideias favoráveis à sua “causa”. Embora, nos primeiros números, o nome do escritor não constasse oficialmente em seu expediente, podemos identificar sua presença nas pautas abordadas, bem como em artigos assinados.

A partir da análise de *A Política*, podemos identificar as tensões que envolveram as relações entre Coelho Netto e o partido situacionista maranhense, sob a liderança do vice-presidente da República, Urbano Santos. A exclusão do escritor da chapa oficial do partido e a indicação de Marcelino Machado em seu lugar, manifestava uma ruptura que não se processou de maneira amigável.

Ao acompanharmos os textos inflamados de Coelho Netto em *A Política* contra o situacionismo maranhense, e também a sua repercussão em outros veículos, evidenciamos a

---

<sup>302</sup> NETTO, Coelho. Misérias. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 13, p. 3, 19 jul. 1918.

<sup>303</sup> AS COMISSÕES verificadoras. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 2, p. 1, 01 maio 1918.

instabilidade dos acordos firmados no interior do partido estadual, visto que a integração no mesmo não representava necessariamente a garantia de permanência na política republicana.

Diante do pretexto da derrota eleitoral do escritor, a revista serve para vocalizar descontentamentos relacionados, sobretudo, à organização do sistema político republicano e, em especial, às regras eleitorais. Desse modo, emergem as críticas ao poder das oligarquias, à atuação da Comissão de Verificação de Poderes e à “política dos governadores”, o que representava o prenúncio das insatisfações que ressurgiriam na crise dos anos 1920. Analisaremos esse contexto no próximo capítulo.

### **3 AS ELEIÇÕES DE 1919 E 1922 EM *A POLÍTICA*: REVISTA COMBATIVA ILUSTRADA**

Neste último capítulo da dissertação, nos dedicaremos à análise da cobertura, veiculada em *A Política: Revista Combativa Ilustrada*, das eleições presidenciais dos anos de 1919 e 1922.

Vale ressaltar que os números de *A Política* aqui destacados correspondem à fase na qual João Rodrigues reassumiu a direção da revista, após o anúncio da saída de Coelho Netto, em janeiro de 1919. Embora tivesse sido criada em favor da “causa” do escritor, *A Política*, como vimos, continuou a circular até 1922 e permaneceu como um veículo voltado de debate das questões políticas do país.

Sobre o pleito de 1919, analisaremos a repercussão em torno da morte de Rodrigues Alves, que fora eleito presidente em 1918, mas veio a falecer no ano seguinte, o que levou à antecipação do processo sucessório. Nesse período, *A Política* publicou artigos e notícias que abordavam a situação política do país, configurando-se como um espaço de veiculação de uma posição favorável ao candidato baiano Rui Barbosa, em detrimento do seu adversário, o paraibano Epiácio Pessoa.

Em seguida, analisaremos a mobilização em torno das eleições presidenciais de 1922, disputada pelo mineiro Artur Bernardes e pelo fluminense Nilo Peçanha, tendo esse último protagonizado o episódio conhecido como Reação Republicana, que consistiu na formação de um eixo oposicionista frente à articulação liderada pelos estados de Minas Gerais e São Paulo. Desse modo, acompanharemos ainda participação do Exército e dos setores urbanos nesse episódio, fato esse que contribuiu para o acirramento da disputa entre os dois candidatos.

#### **3.1. O governo interino de Delfim Moreira e o novo pleito presidencial**

Na virada do ano de 1918 para 1919 configurou-se um cenário político instável. O político paulista Rodrigues Alves fora eleito presidente da República em 1º de março de 1918, em substituição ao mineiro Wenceslau Brás, tendo o também mineiro Delfim Moreira como seu vice em sua chapa. Segundo Edgar Carone, a sucessão se processou de maneira tranquila e contou com o apoio da maioria dos estados, sofrendo apenas objeções iniciais por

parte da Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais<sup>304</sup>. Já Cláudia Viscardi atribuiu a aceitação do nome de Rodrigues Alves, principalmente, à falta de competitividade no cenário político desse período, causado pelo envelhecimento da primeira geração de políticos republicanos, aliado ainda ao surgimento de políticos ainda jovens, o que reduziu as opções de candidatos legitimados ao cargo<sup>305</sup>.

Rodrigues Alves apresentou sérios problemas de saúde que o impediram de tomar posse, sendo então a presidência assumida interinamente por Delfim Moreira. O presidente eleito veio a falecer em 17 de janeiro do ano seguinte, mantendo-se Moreira no posto até a realização de novas eleições, conforme estabelecido no texto constitucional<sup>306</sup>.

*A Política*, diante desse cenário, primeiramente, rendeu homenagens e louvores a Rodrigues Alves. O artigo “*Conselheiro Rodrigues Alves: O Brasil perde um de seus maiores estadistas*”, sem assinatura, publicado no dia da morte do presidente, afirmava que o político haveria “de passar à história como um dos nossos mais eminentes estadistas credor da estima e do respeito de seus concidadãos pelos serviços inestimáveis que soube prestar à Pátria”<sup>307</sup>. Nesse mesmo artigo, a revista reiterou o seu posicionamento favorável à eleição de Rodrigues Alves e externou a expectativa a respeito do novo governo que teria sido iniciado sob a liderança do presidente que falecera:

A indicação do seu nome para ocupar a mais alta magistratura do país foi aceita como um fato auspicioso para a República, que lhe deve o êxito magnífico nos seus cometimentos e realizando na sua capital melhoramentos materiais que a põem em pé de igualdade com as belas cidades do mundo. Pode-se dizer que para o seu governo estavam voltadas todas as atenções e todas as esperanças, principalmente neste momento em que a sua longa experiência de estadista e o seu patriotismo tão largamente provado, poderiam dar os melhores resultados em proveito do interesse nacional (A POLÍTICA..., 1919, p. 4).

A morte de Rodrigues Alves, no entanto, instaurou um período de incertezas em relação à condução política do país. O vice-presidente Delfim Moreira não possuía a mesma

---

<sup>304</sup> CARONE, Edgar. *A república velha* (evolução política). 2. ed. São Paulo: Difel, 1974, p. 314-315.

<sup>305</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 226.

<sup>306</sup> BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário do Congresso Nacional, 1891. p. 523. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

<sup>307</sup> CONSELHEIRO Rodrigues Alves: o Brasil perde um de seus maiores estadistas. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 38, p. 4, 17 jan. 1919.

sustentação política do presidente falecido, o que causou insegurança ao mundo político<sup>308</sup>. Esse cenário de instabilidade foi amplamente abordado em *A Política*, que veiculou textos relacionados à situação e às especulações em torno dos nomes dos possíveis candidatos à sucessão presidencial.

No artigo “*A vaga presidencial*”, João Rodrigues afirmava que, após a morte de Rodrigues Alves, o que restava naquele momento era “dar solução ao preenchimento do grande claro aberto na mais alta cadeira do país”<sup>309</sup>. Ainda no mesmo artigo, sobre a sucessão presidencial, o editor considerou que

O momento, portanto, é uma hora que pede conselhos às sãs aspirações dos homens em geral, sobretudo dos homens públicos. [...] Cumpre [...] que tenha lugar, sobre as ambições pessoais, o voto livre do povo, tanto no período que vai até o pleito eleitoral, como nele, e depois dele, no reconhecimento do candidato que reunir a maior soma de sufrágios (RODRIGUES, 1919, p. 6).

Barbosa de Godois, no artigo “*A questão do dia*”, afirmou que a questão da sucessão não era um “problema” de fácil resolução e que o cenário exigia “toda a circunspecção na escolha do sucessor do Conselheiro Rodrigues Alves”, que pudesse impedir a “disseminação de sufrágios” que dessem “ensejo a surpresas”<sup>310</sup>. Além do temor relacionado à eclosão de possíveis conflitos, Godois também se mostrou apreensivo em relação à capacidade de escolha dos eleitores, que segundo ele, deveriam ser “esclarecidos” a respeito dos feitos dos “prováveis” candidatos:

Confiar exclusivamente à espontaneidade do eleitorado o preenchimento da vaga, sem uma orientação segura que o esclareça, será favorecer a dispersão de votos e talvez mesmo algumas cabalas estreitas, movidas por indivíduos ou influências locais. Na falta de partidos organizados, com ideais definidos e programas perfeitamente acentuados, torna-se necessário procurar outro meio de se conhecer o sentir da maioria da nação sobre os candidatos prováveis, servindo de fundamento a essa apreciação a ação política por eles exercida, os seus serviços reais à nação, as suas qualidades pessoais e virtudes (GODOIS, 1919, p. 4).

Delfim Moreira, em sua gestão, manteve as escolhas de Rodrigues Alves, que tinha indicado o rio-grandense-do-norte Amaro Cavalcanti e o mineiro Melo Franco para as pastas

<sup>308</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 239.

<sup>309</sup> RODRIGUES, João. A vaga presidencial. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 38, p. 6, 17 jan. 1919.

<sup>310</sup> GODOIS, Barbosa. A questão do dia. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 39, p. 4, 31 jan. 1919.

da Fazenda e da Viação, respectivamente. No entanto, a relação entre os dois últimos não era muito amistosa; para piorar a situação, Delfim Moreira estava velho e adoentado, o que contribuiu para fomentar especulações acerca da sua atuação. Após a morte de Rodrigues Alves, o mineiro João Ribeiro assumiu o Ministério da Fazenda, mas foi Melo Franco quem exerceu maior influência frente ao governo do vice-presidente, no período de aproximadamente oito meses que ficou conhecido como “Regência Republicana”<sup>311</sup>.

Na administração de Delfim Moreira, *A Política* posicionou-se favoravelmente ao vice-presidente, reconhecendo as dificuldades do período e apoiando as suas deliberações. No dia da morte de Rodrigues Alves, a revista veiculou em sua contracapa a imagem do vice-presidente, acompanhada da seguinte legenda:

Ao Sr. Delfim Moreira, que vai presidir aos destinos da nação neste momento grave da sua existência política, cabe, entre as suas enormes responsabilidades, a de contribuir, dentro da sua esfera constitucional e do seu patriotismo, para que o novo chefe do executivo, a ser escolhido dentro em pouco, seja realmente um eleito da nação (A POLÍTICA..., 1919, p. 3).

O artigo “*Os atos do Sr. Delfim*”, sem assinatura, demonstrou apoio à escolha dos nomes de João Ribeiro, para o Ministério da Fazenda, em substituição a Amaro Cavalcanti, e de Paulo de Frontin, para o governo do Distrito Federal. Segundo o artigo, as nomeações representavam “um acerto com que se houve o Sr. Delfim Moreira, sem nenhum caráter político-partidário na escolha dos dois aludidos cidadãos, que hão de honrar os cargos em que, em boa hora, os pôs o governo da nação”<sup>312</sup>. Em “*Governo de Fisionomia*”, João Rodrigues destacou a atuação interina do vice-presidente, considerando-a satisfatória, em vista da situação política que o país atravessava:

Não cabe aqui [...] senão sobre ele [Delfim Moreira] dizer [...] que o vice-presidente da República [...] fez um governo que excedeu aos prenúncios da nação. Nas circunstâncias, realmente, em que assumiu a chefia da Nação, ninguém, melhor do que o Sr. Delfim, teria realizado um interinidade satisfatória, apreciada a sua conduta do ponto de vista da serenidade e do bom-senso: honra lhe seja feita (RODRIGUES, 1919, p. 3-4).

O editorial “*À margem da mensagem presidencial*”, sem assinatura, referiu-se à mensagem dirigida por Delfim Moreira ao Congresso Nacional, na qual o vice-presidente, além de prestar homenagens a Rodrigues Alves, manifestou-se acerca de questões como o fim

<sup>311</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 239-240.

<sup>312</sup> OS ATOS do Sr. Delfim. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 39, p. 3-4, 31 jan. 1919.

da Primeira Guerra Mundial e as finanças públicas que, segundo ele, justificariam “as angústias crescentes da vida brasileira”<sup>313</sup>. Dizia o editorialista:

O Dr. Delfim Moreira recebeu o governo à beira de um leito, manteve-o sobre a escuridão de um túmulo e vai passá-lo ao tumultuar das turbas ansiosas de liberdade. A sua ação, reprimida entre o leito do presidente que morreu e a cadeira do presidente que vem, não podia ter expansão que a prolongasse futuro adentro, poderia ter sido indiscreta e ruínosa, porém, foi sensata e útil na sua falta de espaço (A POLÍTICA..., 1919, p. 3).

Logo se iniciariam, em *A Política*, as especulações em torno dos prováveis nomes que ocupariam a cadeira da presidência. João Rodrigues, após lançar a interrogativa “quais os nomes apresentáveis e que de fato desde já se apresentam ou se indicam ao mais alto lugar da República?”<sup>314</sup>, arriscou-se a sugerir, dentre outros, os nomes de Rui Barbosa, Nilo Peçanha e Borges de Medeiros, afirmando a sua predileção pelo político baiano: “Entre todos, porém, qual escolher? [...] Nos bondes, nos cafés, nos clubes e nas ruas já se ensaiam os primeiros vivas a Rui Barbosa”<sup>315</sup>.

De fato, o nome de Rui Barbosa foi o primeiro a ser aventado para a sucessão. No entanto, contra ele, somavam-se a questão da idade e o temor da repetição do episódio ocorrido com Rodrigues Alves<sup>316</sup>. Nesse caso, a sugestão de seu nome também acompanhou o contexto de envelhecimento da primeira geração de políticos republicanos e a ausência de figuras representativas para assumir o cargo dentre a nova geração<sup>317</sup>. Esse cenário foi abordado em *A Política* por Barbosa de Godois, no artigo “*A questão do dia*”:

Da apreciação das diversas personalidades em foco dependerá a escolha ou indicação a ser feita ao eleitorado em todos os estados, assim como será de quem legitimamente as represente que partirá a designação de quem lhes mereça os sufrágios. Não haverá outro expediente a tomar-se, desde que presentemente não há um homem com o prestígio suficiente para poder suprir em parte essa formalidade [...] Quem tem atualmente autoridade bastante e indiscutível para convocar uma Convenção política, em que se façam representar as forças políticas dos estados? (GODOIS, 1919, p. 4).

<sup>313</sup> À MARGEM da mensagem presidencial. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 46, p.3, 9 maio 1919.

<sup>314</sup> RODRIGUES, João. A vaga presidencial. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 38, p. 6, 17 jan.1919.

<sup>315</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>316</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias*: uma revisão da Política do Café com Leite. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 241-242.

<sup>317</sup> *Ibidem*, p. 241-242.

No decorrer das articulações entre Minas Gerais e São Paulo que antecederam a realização das eleições, os demais estados organizaram-se frente à aliança que, no entendimento corrente, na prática, os excluía do processo eleitoral. Sob a liderança do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, foi empreendida a “concentração dos estados”, que contou com o apoio do vice-presidente Delfim Moreira, e acordou que a indicação seria realizada em convenção, com a participação igualitária dos estados<sup>318</sup>. Antes da realização da convenção, foi estabelecido um acordo entre Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Bahia, Maranhão e Pernambuco, que aprovou o nome do paraibano Eptácio Pessoa para a disputa, sob a sugestão do gaúcho Vitorino Monteiro, que recebeu o apoio do mineiro Raul Soares. A postura mineira não agradou aos paulistas, que contavam com o seu apoio ao nome de Altino Arantes<sup>319</sup>. Essa movimentação foi abordada em *A Política*, no artigo “*As candidaturas à presidência*”, sem assinatura:

Desde o falecimento do venerando Conselheiro Rodrigues Alves, a nação se interessa pela escolha do futuro Presidente da República; e como até agora os governos dos grandes Estados não se tenham manifestado positivamente sobre o assunto, e estejam a tecer combinações em torno de alguns nomes, sucede que as outras unidades da Federação, sem voto decisivo na solução do problema, esperam a devida iniciativa para então se declararem... Vários são os nomes em que se falam, sendo que o primeiro a ser apontado foi o do Sr. Rui Barbosa, com o apoio do Sr. Nilo Peçanha e portanto do Estado do Rio. [...] São Paulo, o “líder” da Federação, tentou [...] entrar em acordo com Minas e o Rio Grande do Sul. Dizem que era para assentar a candidatura do Sr. Altino Arantes, a qual, apoiada por São Paulo, Minas e Rio Grande, teria todas as probabilidades de suplantar a do Sr. Rui Barbosa. Houve neste sentido várias “demarches”, e todas, ao que parece, fracassaram, mesmo porque o Sr. Artur Bernardes sugeriu a ideia de uma convenção nacional, que serviu de pretexto para o retraimento dos Estados (A POLÍTICA..., 1919, p. 7).

Eptácio Lindolfo da Silva Pessoa nasceu na Paraíba, em 23 de maio de 1865. Aos sete anos de idade, ele, que era caçula de cinco irmãos, perdeu os pais, vitimados pela varíola, e foi entregue aos cuidados do tio materno, Henrique Pereira de Lucena, conhecido como Barão de Lucena, presidente da província de Pernambuco. Estudou como interno no Ginásio Pernambucano e ingressou, em 1882, na Faculdade de Direito do Recife, na qual recebeu o título de bacharel em 1886. Em Pernambuco, atuou como promotor público e em 1889 embarcou para o Rio de Janeiro. Foi eleito deputado federal em 1890 e ocupou uma cadeira na Assembleia Nacional Constituinte. Em 1898, no governo de Campos Sales, assumiu o Ministério da Justiça; em 1902 foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal e no mesmo ano

<sup>318</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 243-244.

<sup>319</sup> *Ibidem*, p. 248.



foi investido como procurador-geral da República. Em 1912, Epiácio Pessoa ocupou a cadeira de senador. Em 1918, foi convidado por Domício Gama, ministro das Relações Exteriores, a integrar a delegação brasileira à Conferência da Paz, em Versalhes, e passou a presidi-la após a desistência de Rui Barbosa, episódio esse já abordado no capítulo anterior. Foi nesse período que seu nome foi indicado para disputar a presidência da República<sup>320</sup>.

Na convenção, realizada no dia 25 de fevereiro de 1919, Epiácio Pessoa recebeu 139 votos, e Rui Barbosa 42. O político baiano seguiu em frente em uma candidatura de oposição, apoiada pelo Rio de Janeiro, por parte da Bahia e do Pará<sup>321</sup>. A escolha dos integrantes da convenção teria surpreendido o próprio candidato, que foi avisado por telegrama, pois se encontrava em Paris, na Conferência de Paz. Mais tarde, em 1925, Epiácio manifestou-se sobre essa escolha:

Nunca aspirei à Presidência da República [...] porque a máquina política do país estava montada de tal maneira que ao representante de um estado pequeno, como a Paraíba, não era lícito levar tão longe a sua ambição. De fato, só as circunstâncias as mais variadas e imprevistas – a oposição do Rio Grande do Sul a qualquer candidatura paulista ou mineira, as apreensões que infundia à política dominante dos estados, a candidatura Rui Barbosa, a minha ausência do país no desempenho de uma missão de alto relevo, a independência em que sempre me conservara entre os partidos políticos, o meu alheamento à luta que se travava em torno da sucessão do Conselheiro Rodrigues Alves, e etc. – tornaram possível a escolha de meu nome (PESSOA, 1925, apud VISCARDI, 2012).

Assim, a eleição presidencial de 1919 refletiu as dificuldades da aliança entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, o que resultou em uma alteração da forma pela qual era definida a sucessão. A aproximação de Minas com as demais unidades da federação, sobretudo com o Rio Grande do Sul, possibilitou a formação de uma aliança alternativa, que se fortaleceu, principalmente, quando o estado optou por negar seu apoio a Altino Arantes, o que resultou no isolamento paulista e culminou na indicação de Epiácio Pessoa<sup>322</sup>.

Nos números localizados de *A Política*, não foi possível identificar o seu posicionamento em relação aos bastidores das negociações que culminou na indicação de

<sup>320</sup> DIAS, Sônia. Epiácio Pessoa (verbetes biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PESSOA,%20Epi%C3%A1cio.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2015.

<sup>321</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 250.

<sup>322</sup> *Ibidem*, p. 251-254.

Epitácio Pessoa<sup>323</sup>. No entanto, tão logo se oficializaram as candidaturas desse e de Rui Barbosa, a revista logo se mobilizou em apoio ao primeiro candidato, tendo a campanha a seu favor ocupado grande espaço em suas páginas. Em fevereiro, veiculou o manifesto “*Duas verdades - sobre a reação (pacífica) da classe conservadora (comércio, indústria e lavoura) em face a situação política do país*”, sugerindo o alinhamento desses setores à candidatura de Rui Barbosa<sup>324</sup>. Já o artigo “*Consciência e dignidade*”, sem assinatura, publicado dois dias antes da realização das eleições, se dedicou a apresentar a disputa entre os dois candidatos de forma polarizada:

A Nação Brasileira é chamada depois de amanhã a escolher o seu supremo magistrado, em substituição ao que [...] faleceu, sem ser empossado de tão alta investidura. [...] Aspirando essa distinção política [...] dois nomes se apresentam, com significações diferentes, colocando-se assim em campos diametralmente opostos: - o Sr. Ruy Barbosa e o Sr. Epitácio Pessoa. [...] Os acontecimentos políticos que se vêm desenrolando já definiram tais candidaturas imprimindo à do Sr. Rui Barbosa o cunho genuíno e simpaticamente nacional e, a do Sr. Epitácio Pessoa, a feição exclusivamente política de elementos que se dizem ou supõem ser senhores da situação (A POLÍTICA..., 1919, p. 3).

Em seguida, o artigo enumerava as virtudes de Epitácio Pessoa, para posteriormente desmerecer a sua candidatura frente a Rui Barbosa:

O candidato político Sr. Epitácio Pessoa é um brasileiro sem dúvida nenhuma ilustre, que desde jovem vem dando do seu valor intelectual as mais brilhantes provas, desempenhando com inegável competência as mais honrosas posições, na representação nacional, no governo e na magistratura [...] Sua candidatura, porém, levantada por uma convenção de elementos desgraçadamente suspeitos à corrente da opinião pública, não pode oferecer competição séria a de Rui Barbosa, que surgiu como a expressão espontânea, legítima, soberana da vontade do país. O Gênio suplanta a inteligência do adversário (A POLÍTICA..., 1919, p. 3).

Por fim, o autor remetia o que apresentava como uma esperada vitória de Rui Barbosa na disputa a uma “dívida de gratidão” que o povo teria para com o político baiano:

Sem negar ao Sr. Epitácio Pessoa o direito de aspirar como brasileiro ilustre a suprema magistratura do país, é preciso não negar ao povo o direito de saldar a sua dívida de gratidão a Rui Barbosa, elevando-o a essa posição, a que deverá chegar por um caminho enfeitado de flores, com o aplauso e as bênçãos de todos os seus concidadãos e o testemunho do mundo inteiro que nos presta atenção neste momento para julgar da consciência e da nossa dignidade (A POLÍTICA..., 1919, p. 3).

<sup>323</sup> Essa impossibilidade se justifica devido aos poucos números de *A Política* localizados referentes a esse período.

<sup>324</sup> DUAS verdades: sobre a reação (pacífica) da classe conservadora (comércio, indústria e lavoura) em face a situação política do país. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 40, p. 5, 14 fev. 1919.

O artigo “*A questão das raças*”, sem assinatura, fazia duras críticas a Epiácio Pessoa, voltadas para o posicionamento do agora candidato à presidência, que teria votado contra a questão da igualdade de raças na Conferência de Paris:

O país que na Conferência de Haia levantou a bandeira da igualdade das soberanias e falou pelo verbo genial de Rui Barbosa, na Conferência de Paris, encarnando-se na invalidez aposentada do Sr. Epiácio Pessoa, votou contra a igualdade das raças. O voto vencedor no congresso universal de Paris significa que a raça branca é superior às outras e que os países em que ela não predomina [...] são nacionalidades inferiores. Votando por esse princípio, o Embaixador do Brasil traiu a sua pátria, reconheceu a inferioridade da sua nação, proclamou subalternidade dos seus concidadãos (A POLÍTICA..., 1919, p. 3).

Em “*A desigualdade das raças*”, também sem assinatura, foi destacado o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos na votação da Conferência de Paris:

Não podia deixar de causar tristezas, senão mesmo profunda decepção, a atitude que o Embaixador do Brasil na Conferência da Paz, Sr. Epiácio Pessoa assumiu, colocando-se ao lado dos Estados Unidos para votar contra a igualdade das raças [...]. Foi positivamente um desastre esse voto. As nossas relações de amizade com o grande e nobre povo norte-americano, não nos colocavam no papel de autômatos, fáceis de serem manejados à vontade de seu [...] Presidente (A POLÍTICA..., 1919, p. 9).

No artigo, também bastante rigoroso no julgamento político de Epiácio Pessoa, o autor ainda questionou sua escolha para representar o país naquela convenção:

O Brasil, realmente, foi muitíssimo infeliz com a escolha do Sr. Epiácio, que ficaria muito melhor em sua terra, entre os políticos que dominam, para a frente de seu governo, precipitar o desmoronamento do regime, obra sinistra que maus republicanos lhe querem entregar tão adiantada. Da sua atitude só se pode inferir que queira começar esse trabalho do estrangeiro para o seu país, em vez de iniciá-lo de seu país para o estrangeiro. Seja, porém, como for, o que se verifica é que o Sr. Epiácio está disposto a fazer obra completa (A POLÍTICA..., 1919, p. 9).

Já o artigo “*O candidato nacional*”, sem assinatura, dedicou-se à cobertura da campanha política de Rui de Barbosa pelos principais estados do Brasil. Apesar do otimismo em relação à vitória, o autor mencionou a existência de possíveis contratempos que poderiam comprometer a vitória do candidato baiano na disputa:

Não sabemos o que será o pleito de 13 de Abril. Se as máquinas eleitorais de alguns Estados subservientes ao mandonismo contemporâneo, forem abaladas por uma reação severa dos interessados pela moralização do regime, o Sr. Rui Barbosa candidato genuíno do pensamento brasileiro, alcançará uma vitória límpida e insofismável (A POLÍTICA..., 1919, p. 4).

Após a eleição presidencial, *A Política* ainda veiculou artigos que davam como certa a vitória de Rui Barbosa sobre Epitácio Pessoa. O artigo “*Um desenlace natural*”, sem assinatura, afirmou que

Seria um insulto pesado, injustíssimo e revoltante atirado à Nação Brasileira pôr-se em dúvida que ela [...] não houvesse no pleito de 13 de abril confirmado nas urnas a escolha [...] de Rui Barbosa [...] Rui Barbosa foi eleito! (A POLÍTICA..., 1919, p. 5).

*A Política* também se manifestou sobre a questão da participação dos estados na nova configuração política que se iniciaria. O artigo “*A ilusão do Nordeste*”, sem assinatura, mostrou-se pessimista em relação à distribuição equitativa dos cargos, mesmo com a disputa entre “dois candidatos nortistas”. O autor mencionou a existência de “palpites ministeriais” caso Epitácio Pessoa fosse eleito, com a predominância de políticos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que empregariam “todos os ardis, no sentido de dominarem mais uma vez a situação”<sup>325</sup>. O artigo afirmava que sem Rui Barbosa na presidência os políticos nordestinos não chegariam aos “altos postos, ficando nos bastidores [...] os interesses do Norte”<sup>326</sup>.

Com a iminência da divulgação do resultado das eleições, *A Política* passou a considerar “a plausível hipótese da ascensão do senador Epitácio Pessoa à presidência da República”<sup>327</sup>. Em pouco tempo, a sua vitória foi divulgada com destaque na revista:

O Congresso Nacional reconheceu a 10 do corrente, presidente da República no quadriênio que findará a 15 de novembro de 1922, o Sr. Epitácio Pessoa. Este fato é de muita significação na via política brasileira. Competidor do Sr. conselheiro Ruy Barbosa, num pleito memorável [...] o candidato da Convenção de Fevereiro obteve a maioria dos sufrágios que justifica o seu reconhecimento (A POLÍTICA..., 1919, p. 2).

Nessa mesma edição, o editorial “*O bom rumo*”, sem assinatura, abordou o posicionamento que seria tomado por Rui Barbosa frente à derrota sofrida na eleição:

Com a elevada retidão moral correspondente à gloriosa grandeza do seu gênio, nosso mestre [...] Rui Barbosa, querendo [...] criar uma salutar atmosfera de calma que facilite a ação do governo chefiado pelo seu antagonista na eleição de 13 de abril, vai publicar um manifesto, aconselhando aos seus dedicados amigos, aos seus adeptos e discípulos [...] uma atitude de expectativa simpática em face da situação administrativa criada com a posse presidencial do eminente Sr. Epitácio Pessoa (A

<sup>325</sup> A ILUSÃO do Nordeste. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 46, p. 4, 9 maio 1919.

<sup>326</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>327</sup> O MOMENTO político. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 46, p.5, 9 maio 1919.

POLÍTICA..., 1919, p.3).

O editorial “*Governo de Fisionomia*”, assinado por João Rodrigues, passava a demonstrar um posicionamento diferenciado de *A Política* em relação a Epitácio Pessoa. Nele, Rodrigues enumerou as virtudes do presidente eleito e de sua “longa carreira política”, constituída por uma “fé de ofício brilhante, que lhe granjeia a confiança da nação”<sup>328</sup>. Sobre a sua eleição, Rodrigues afirmou que a mesma seria uma espécie de “coroação” a uma “existência laboriosa, fadada ao serviço da pátria, em todas as esferas do nosso tríplice aparelho constitucional”<sup>329</sup>. Além disso, o diretor ressaltou a expectativa em torno do novo governo, que precisaria se constituir com “fisionomia própria, alheio aos corrilhos”<sup>330</sup>. Destaca-se, nesse caso, a ambiguidade do posicionamento da revista em relação a Epitácio Pessoa, uma vez que outrora se dedicara a atacar o político, mas, após a sua eleição, mostrava uma maior simpatia pelo presidente.

### 3.2 O cenário de instabilidade no governo de Epitácio Pessoa

Após a confirmação da vitória de Epitácio Pessoa, a expectativa passou a se concentrar em torno da escolha dos nomes que iriam compor o Executivo. O tema do programa de governo também gerou expectativas, por agregar projetos relacionados aos “antigos anseios nordestinos”, como o combate à seca, o saneamento urbano e a construção de ferrovias na região, além do investimento na diversificação agrícola, principalmente na produção de algodão<sup>331</sup>.

O governo que se formava, aos poucos, parecia demonstrar o caráter de independência que Epitácio Pessoa pretendia imprimir à sua administração, que vinha a ser composto por políticos “desligados do sistema dominante dos grandes estados”<sup>332</sup>. No entanto, é necessário

---

<sup>328</sup> RODRIGUES, João. *Governo de Fisionomia. A Política: revista combativa ilustrada*. Rio de Janeiro, n. 53, p. 3-4, 01 ago.1919.

<sup>329</sup> *Ibidem*, p. 3-4.

<sup>330</sup> *Ibidem*, p. 3-4.

<sup>331</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 257.

<sup>332</sup> CARONE, Edgar. *A república velha: evolução política*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974, p. 322-323.

relativizar essa suposta autonomia, pois, apesar da diversificação dos nomes, a distribuição das pastas ficou concentrada entre Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, os principais estados que articularam a sua eleição<sup>333</sup>. Nesse caso, a eleição de Epiácio Pessoa, embora tenha sinalizado uma exceção em relação ao controle político exercido pelos grandes estados, na prática, representou a sua efetivação, pois o presidente, forçosamente, necessitaria de seu apoio político para governar<sup>334</sup>. A maior inovação ficou por conta da escolha de civis para os cargos militares: Pandiá Calógeras para a pasta da Guerra e Raul Soares para Marinha. A escolha, que provocou descontentamento no seio militar, teria sido justificada pelo próprio presidente, que alegou que os cargos eram de “caráter político e não técnico”<sup>335</sup>.

Apesar de seus esforços, portanto, Epiácio Pessoa não se manteve independente em seu governo, como se esperava. A Câmara dos Deputados, mesmo antes da sua posse, encontrava-se dividida entre dois blocos principais, o primeiro formado pelas bancadas de Minas Gerais e São Paulo e o segundo, pelas do Rio Grande do Sul e Bahia. Na disputa pela presidência da Câmara, o presidente posicionou-se a favor do segundo grupo, em uma eleição onde os apoios foram duramente disputados. Mesmo diante de seus opositores, Minas Gerais obteve a maioria dos votos, tendo apresentado Astolfo Dutra para a presidência<sup>336</sup>. Já para a liderança do governo na Câmara, Epiácio Pessoa apresentou os nomes do mineiro Antônio Carlos e do baiano Torquato Moreira; entretanto, mais uma vez foi obrigado a recuar, em virtude da indicação do paulista Carlos de Campos. Após a segunda derrota consecutiva, coube ao presidente aceitar Minas Gerais como o pilar de sustentação do seu governo<sup>337</sup>.

O anseio de Epiácio Pessoa por uma administração independente acabou por gerar um clima de animosidade com os grandes estados e com os militares, o que obrigou o presidente a voltar atrás em diversos momentos do seu governo. Segundo Edgar Carone, embora não houvesse uma união anunciada entre as classes civis e militares, o clima de insatisfação em ambos os grupos era notório e essa situação desencadearia graves conflitos no decorrer do seu

---

<sup>333</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 259.

<sup>334</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. O processo Político Partidário na República Velha. In: MORA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1968. p. 213.

<sup>335</sup> VISCARDI, op. cit., nota 333, p. 260.

<sup>336</sup> VISCARDI, op. cit., nota 333, p. 259.

<sup>337</sup> VISCARDI, op. cit., nota 333, p. 260.

mandato<sup>338</sup>.

Epitácio Pessoa ainda teria que lidar com as greves operárias, recorrentes em várias cidades brasileiras desde o início do século XX, em mobilizações nos anos de 1902-1903, 1906-1907e 1917-1919<sup>339</sup>.

A classe operária da Primeira República possuía uma formação heterogênea, tendo sido composta por imigrantes e trabalhadores nacionais, negros, mulatos e mulheres<sup>340</sup>. Aliás, em relação aos primeiros, Claudio Batalha questiona as abordagens que os consideram como presença predominante, sem levar em consideração o “peso do operariado nacional”<sup>341</sup>. O “mito do imigrante militante”, que teria sido o maior difusor de ideologias de caráter político e sindical à causa operária brasileira, também é criticado por Batalha, que destaca, nesse aspecto, a questão da origem camponesa da maioria desses imigrantes e a falta de experiência política em seus países de origem<sup>342</sup>.

Os trabalhadores qualificados, ou seja, aqueles que possuíam um ofício – tipógrafos, alfaiates, sapateiros, por exemplo, – apresentaram maior facilidade de organização em comparação aos trabalhadores fabris, devido ao fato de serem mais bem remunerados e de possuírem melhores condições de negociação com seus patrões<sup>343</sup>. Essa característica contribuiu para que esses, mesmo em menor número, assumissem a liderança do movimento operário<sup>344</sup>. Doutrinas como o socialismo e o anarquismo influenciaram as mobilizações dessa classe, que reivindicava, sobretudo, a aquisição de direitos sociais e trabalhistas, embora também propusessem a ampliação dos direitos políticos – nesse caso, os socialistas em particular<sup>345</sup>.

---

<sup>338</sup> CARONE, Edgar. *A república velha: evolução política*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974, p. 324.

<sup>339</sup> BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 172.

<sup>340</sup> *Ibidem*, p. 164.

<sup>341</sup> *Ibidem*, p. 164.

<sup>342</sup> *Ibidem*, p. 166.

<sup>343</sup> *Ibidem*, p. 170.

<sup>344</sup> *Ibidem*, p. 171.

<sup>345</sup> BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 180.



Em 1919, as agitações se intensificaram, com a realização de greves que se estenderam até o ano seguinte, apesar das medidas de repressão adotadas pelo governo<sup>346</sup>. Como exemplo dessas medidas, podemos destacar a realização de prisões arbitrárias, o fechamento de associações e a deportação de estrangeiros, que se tornaram correntes nesse período e que atingiriam seu ápice no governo posterior, assumido por Artur Bernardes (1922-1926)<sup>347</sup>.

O editorial “*Invasores vermelhos. Aos operários*”, assinado por Coelho Netto, veiculado em *A Política* em 29 de novembro de 1918, manifestou o posicionamento crítico da revista em relação ao movimento operário. Nele, o escritor dirigiu-se aos trabalhadores que se encontravam em greve, conclamando-os para que retornassem ao trabalho e para que não seguissem supostas “doutrinas subversivas”, trazidas por “empreiteiros de revoluções” – referindo-se, nesse caso, aos imigrantes – que, “repelidos pela própria pátria”, viviam de “explorações criminosas”<sup>348</sup>. A principal doutrina subversiva, para o escritor, seria o “pestífero ciclone do anarquismo”, que teria se disseminado na Rússia, “aproveitando-se da tumultuosa desordem, do dismantelo em que ficou a nação”<sup>349</sup>. Já o artigo “*Ave Rússia*”, assinado por José do Patrocínio em 27 de dezembro, comparou a greve operária a uma “tuberculose”, que envolve “a derrota dos que nela tomam parte”<sup>350</sup>.

Em 1919, o Brasil também enfrentava uma grave crise econômica e social, que atingiu seu ápice em 1920<sup>351</sup>. Conforme assinalado por Winston Fritsch, Epitácio Pessoa assumiu a presidência em uma situação de sérias dificuldades financeiras, tendo herdado um déficit

<sup>346</sup> DIAS, SÔNIA. Epitácio Pessoa (verbetes biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PESSOA,%20Epit%C3%A1cio.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2015.

<sup>347</sup> BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 185.

<sup>348</sup> NETTO, Coelho. Invasores vermelhos. Aos operários. *A Política: revista combativa ilustrada*. Rio de Janeiro, n. 31, p. 1, 29 nov. 1919.

<sup>349</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>350</sup> PATROCÍNIO, José. “Ave Rússia”. *A Política: revista combativa ilustrada*. Rio de Janeiro, n. 35, p.5, 27 dez. 1919.

<sup>351</sup> FRITSCH, Winston. 1922: a crise econômica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 4, 1993.



elevado das administrações anteriores<sup>352</sup>. Nesse período, o país também sofria com os efeitos da recessão mundial advinda do pós-guerra, que implicou a reorganização do cenário econômico mundial, levando as grandes economias europeias a liderarem uma reação de natureza conservadora, diminuindo seus investimentos e empreendendo uma política econômica voltada para a estabilização das suas moedas, através da contenção fiscal a juros altos<sup>353</sup>. Tal política atingiu em cheio as negociações que envolviam o café, principal produto brasileiro de exportação, ocasionando a diminuição da procura e a queda dos preços<sup>354</sup>.

Com essa crise do café, aumentava também a pressão das oligarquias cafeicultoras em relação às decisões a serem tomadas para contorná-la. Nesse caso, Epiácio Pessoa decidiu empreender uma política econômica conservadora, que priorizou a defesa do produto, mesmo que isso custasse a disposição de mais recursos para a compra dos seus estoques<sup>355</sup>.

O cenário de crise financeira também foi abordado em *A Política*. O artigo “*O Brasil equiparado aos Estados falidos e sem governo*”, sem assinatura, em 30 de junho de 1921 criticou Epiácio Pessoa, que teria aceitado um empréstimo de 25 milhões de dólares oferecido pelos Estados Unidos, cujas condições teriam sido “as mais vergonhosas”, equiparando o país “a essas republiquetas centro-americanas sem crédito nem governo, que para levantar alguns milhares de dólares se vêm na contingência de hipotecar tudo quanto têm”<sup>356</sup>. O artigo ainda acusou o governo de omitir a divulgação dos detalhes da operação, somente para “arranjar dinheiro fácil, necessário à continuação das obras suntuosas e [para] adquirir armamentos velhos”<sup>357</sup>.

Em 1919, a sucessão do governo da Bahia também representou um episódio crítico no governo de Epiácio Pessoa. O conflito entre os grupos que apoiavam J. J. Seabra, candidato situacionista, e Paulo Fontes, candidato de oposição, apoiado por Rui Barbosa, levaram o estado à luta armada<sup>358</sup>.

Na Primeira República, a relação entre os baianos Rui Barbosa e José Joaquim Seabra

<sup>352</sup> FRITSCH, Winston. 1922: a crise econômica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 4, 1993.

<sup>353</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>354</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>355</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>356</sup> O BRASIL equiparado aos estados falidos e sem governo. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 90, p. 3, 30 jun. 1921.

<sup>357</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>358</sup> CARONE, Edgar. *A república velha*: evolução política. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974, p. 329-331.

foi marcada pela rivalidade e pela disputa de poder no campo político<sup>359</sup>. O primeiro sinal de animosidade ocorrera em 1902, quando o então deputado federal J. J. Seabra, responsável pela tramitação do projeto do primeiro Código Civil republicano, entregou o texto ao professor Ernesto Carneiro Ribeiro para a revisão gramatical, antes que este passasse pelo Senado e pela supervisão de Rui Barbosa. Desapontado, o senador teria se dedicado a apontar os defeitos dessa revisão<sup>360</sup>. Já em 1906, Rui Barbosa foi considerado o responsável pelo não reconhecimento de J. J. Seabra como senador pelo estado do Alagoas, na eleição em que o baiano disputou com o apoio de Euclides Malta, chefe político da região<sup>361</sup>. A resposta de J. J. Seabra viria nas eleições presidenciais de 1910, disputada por Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, quando na ocasião, Seabra apoiou o marechal<sup>362</sup>. Em contrapartida, em 1912, Rui Barbosa opôs-se a eleição de J. J. Seabra ao governo da Bahia, tendo pronunciado quatro discursos no Senado e publicado artigos no jornal fluminense *Diário de Notícias*, contra o governador, que fora eleito<sup>363</sup>.

Em 1918, ainda no governo do seabrista Antônio Muniz, o estado da Bahia atravessava um período crítico, marcado pelos graves problemas financeiros, pelo aumento do custo de vida e pelo desemprego, além das greves e mobilizações populares, fomentando o clima de instabilidade que se intensificaria com as movimentações em torno das eleições para o governo estaduais<sup>364</sup>.

Em 1919, após o situacionismo baiano ter recusado o apoio à candidatura presidencial de Rui Barbosa, esse último intensificou os ataques a J. J. Seabra<sup>365</sup>. Em campanha eleitoral na Bahia, em uma conferência realizada em 12 de abril no Teatro Politeama, Rui Barbosa não perdeu a oportunidade de criticar seu adversário político<sup>366</sup>. Essa campanha de Rui Barbosa no estado ganhou destaque em *A Política*, que a anunciou como “a grande causa baiana” que

---

<sup>359</sup> SARMENTO, Sílvia Noronha. *A raposa e a águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado em História)—Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

<sup>360</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>361</sup> *Ibidem*, p. 74.

<sup>362</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>363</sup> *Ibidem*, p. 99.

<sup>364</sup> *Ibidem*, p. 113.

<sup>365</sup> *Ibidem*, p. 114.

<sup>366</sup> *Ibidem*, p. 114.

tinha o político baiano como o líder de uma missão pela “redenção da Bahia” e pela libertação “das cadeias rudes com que a agrilhoaram”<sup>367</sup>.

Contudo, essa “missão redentora” de Rui Barbosa tinha como objetivo a retirada de J. J. Seabra da disputa pelo governo. Em conferências pelo interior, Rui Barbosa recorreu aos coronéis sertanejos para que aderissem à “campanha libertadora” da Bahia. Na verdade, segundo Silvia Noronha Sarmiento, esse apelo fazia parte da estratégia do político baiano de criar uma atmosfera de conflito que pudesse justificar a intervenção federal no estado e a deposição do seabrismo do poder<sup>368</sup>.

De fato, o clima de instabilidade se agravou na Bahia, provocando o acirramento dos conflitos entre as forças policiais do estado e os bandos sob o comando dos coronéis<sup>369</sup>. *A Política* repercutiu essa situação, posicionando-se a favor de Rui Barbosa e da eclosão dos embates. O artigo “*A Bahia em armas*”, de 16 de janeiro de 1920, sem assinatura, defendia que a população pegasse em armas, afirmando que “o único recurso do povo é rebelar-se, mas rebelar-se como agora está fazendo, cômescio do seu poder”<sup>370</sup>. Já a “*A reivindicação da Bahia*”, de 13 de fevereiro do mesmo ano, também sem assinatura, afirmava que a Bahia era “um vasto cenário de uma guerra civil em começo”, onde “de um lado, o povo reclamando o acatamento assegurado pela Constituição nacional à sua livre soberania. Do outro, a tirania e a corrupção, querendo prolongar o domínio de quem a instituiu...”<sup>371</sup>.

Diante dessa situação, o governador Antônio Muniz não teve outra saída, a não ser solicitar a intervenção federal<sup>372</sup>. No entanto, o desfecho não ocorreu conforme fora planejado por Rui Barbosa. O presidente Epitácio Pessoa manteve os seabristas no poder e seus emissários negociaram com os coronéis, que “baixaram as armas” após a garantia do controle de amplas regiões da Bahia<sup>373</sup>. O posicionamento do presidente provocou o descontentamento de Rui Barbosa, que empreendeu uma campanha nos jornais contra a intervenção no estado. *A*

<sup>367</sup> A GRANDE causa baiana. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 62, p. 4, 21 nov. 1919.

<sup>368</sup> SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia*: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado em História)—Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

<sup>369</sup> Ibidem, p. 118-120.

<sup>370</sup> A BAHIA em armas. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 66, p. 6, 16 jan. 1920.

<sup>371</sup> A REIVINDICAÇÃO da Bahia. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 68, p. 3, 13 fev. 1920.

<sup>372</sup> SARMENTO, op. cit., nota 368, p. 120.

<sup>373</sup> SARMENTO, op. cit., nota 368, p. 120.

*Política* acusou Eptácio Pessoa de apoiar “os coveiros de uma terra hoje dizimada pela varíola, pelo calote ao funcionalismo público e pelo chanfalho policial”<sup>374</sup>. Já o editorial “O caso da Bahia”, afirmava que

O Sr. Eptácio mandou informar aquela gente por intermédio de 5.800 soldados que a insurreição é um crime e que a Constituição só lhe dá poderes para forçar o povo a obedecer a seus tiranos! Depois disto, ficamos com o que dantes tínhamos: o poder indestrutível das oligarquias! (A POLÍTICA..., 1920, p. 3).

Mesmo após a confirmação da vitória de J. J. Seabra, *A Política* sustentou a oposição à situação política na Bahia. A revista condenou o processo eleitoral realizado no estado, afirmando que “o povo acorreu às urnas”, mas “a máquina oficial estava montada para impedir a vontade do povo” e que os eleitores teriam afirmado nas urnas “o eloquente [...] repúdio da Bahia ao seabrismo”<sup>375</sup>.

Diante desse contexto político desfavorável, o adiamento do calendário eleitoral representou mais um indicativo da insatisfação dos principais estados em relação ao governo de Eptácio Pessoa. O início das negociações, que geralmente se dava no terceiro ano de cada governo, dessa vez iniciou-se seis meses antes, por volta de janeiro e fevereiro de 1921<sup>376</sup>. A crescente oposição dos estados, o descontentamento por parte dos militares e da população e a grave crise econômica formavam o cenário instável que marcaria a próxima sucessão presidencial.

### 3.3 A conturbada sucessão de 1922

Desde 1919, Minas Gerais havia escolhido Artur Bernardes para disputar o pleito de sucessão de Eptácio Pessoa. O estado iniciou, primeiramente, as negociações com São Paulo, mas buscou apoio também junto ao Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia. Minas também esperava o apoio do Catete, por ter sido um dos articuladores na escolha do paraibano na eleição anterior e por ter lhe garantido as condições de governabilidade durante o seu

<sup>374</sup> A GRANDE causa baiana. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 62, p. 4, 21 nov. 1919.

<sup>375</sup> BAHIA. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 66, p. 4, 16 jan. 1920.

<sup>376</sup> CARONE, Edgar. *A república velha*: evolução política. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974. p. 332-333.

mandato<sup>377</sup>.

Embora a indicação de Artur Bernardes ganhasse ares de candidatura oficial, o andamento das negociações envolveu sérias dissensões. Na convenção, realizada em 8 de junho de 1921, os estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro não enviaram seus representantes, o que sinalizou uma clara oposição a Minas Gerais. O Rio Grande do Sul já demonstrara descontentamento com a indicação do nome de Bernardes; Bahia e Pernambuco demonstravam insatisfação com a escolha de Urbano Santos para a vice-presidência; o Rio de Janeiro adotou o posicionamento assumido por Nilo Peçanha, que também se mostrou descontente com a escolha do vice-presidente, ao passo que o seu próprio nome crescia cada vez mais em direção a indicação de uma alternativa ao candidato mineiro<sup>378</sup>. Nota-se aí que, diferentemente das sucessões anteriores, os estados dissonantes consolidaram a sua contestação ao candidato situacionista e à própria dinâmica que definira a sua escolha.

A oposição desses estados e a movimentação em torno de Nilo Peçanha foram registradas também em *A Política*, no artigo “*A atitude do Sr. Nilo*”, sem assinatura, que afirmava que “Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio divergem das bases da convenção que escolheu o Sr. Artur Bernardes” e que “o nome do senador fluminense está em foco”<sup>379</sup>.

Diante desse cenário, o Rio de Janeiro terminou por assumir a liderança dos estados descontentes e lançou o nome de Nilo Peçanha em oposição a Artur Bernardes. J. J. Seabra foi o escolhido para a vice-presidência, garantindo a permanência da Bahia na oposição, juntamente com o Rio Grande do Sul e Pernambuco<sup>380</sup>. No dia 24 de junho de 1921, a liderança desses dissidentes lançou um manifesto, no qual oficializava a chapa Nilo Peçanha-J.J Seabra. Estava formada a Reação Republicana<sup>381</sup>.

Segundo Marieta Ferreira, o elemento diferencial da sucessão presidencial de 1922 residiu na clara manifestação do conflito entre os “grandes estados” e os “estados

<sup>377</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 261-269.

<sup>378</sup> CARONE, Edgar. *A república velha: evolução política*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974. p. 336.

<sup>379</sup> A ATITUDE do Sr. Nilo Peçanha. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 90, 30 jun. 1921.

<sup>380</sup> VISCARDI, op. cit., nota 377, p. 274-275.

<sup>381</sup> FERREIRA, Marieta. A reação republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 15, 1993.

intermediários”<sup>382</sup>. Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro desempenhavam o papel de coadjuvantes na política; o Rio Grande do Sul, embora em situação um pouco mais favorável, também não via os seus interesses representados por Minas Gerais e São Paulo. Nesse caso, a Reação Republicana representou a contestação da organização do sistema político republicano, que garantia o controle dessa dinâmica nas mãos dos mineiros e paulistas, e a reivindicação de uma maior participação desses “estados intermediários”, por meio de uma distribuição de poder mais equitativa entre os diferentes grupos regionais<sup>383</sup>.

Após a oficialização das duas chapas que disputariam a sucessão presidencial, *A Política*, em 30 de junho de 1921, veiculou as plataformas situacionista e oposicionista, denominadas, respectivamente, como o Manifesto da Convenção e o Manifesto da Dissidência<sup>384</sup>.

O Manifesto da Convenção era encabeçado pelas lideranças políticas dos estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. Segundo o manifesto, a escolha por Artur Bernardes e Urbano Santos correspondia “às aspirações da consciência pública no seu desejo de uma política de ordem, de conservação republicana que não estorve nem limite os movimentos naturais do país para o progresso”<sup>385</sup>. O manifesto apresentou também o programa de governo, que previa “a garantia da liberdade, da justiça e da autonomia dos Estados e Municípios” e ainda “a solução da crise econômica e financeira que domina o momento e preocupa tão profundamente os espíritos conservadores do país”<sup>386</sup>. As inovações propostas na plataforma estavam relacionadas à revisão constitucional e às medidas econômico-financeiras referentes ao equilíbrio do orçamento, como a valorização da moeda nacional, políticas de proteção ao café e à indústria nacional, além da criação de um banco

---

<sup>382</sup> FERREIRA, Marieta. A reação republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 10, 1993.

<sup>383</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>384</sup> MANIFESTO da Convenção Artur Bernardes-Urbano Santos. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 90, p. 5, 30 jun. 1921. MANIFESTO da dissidência Nilo Peçanha-J. J. Seabra. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 90, p. 11, 30 jun. 1921.

<sup>385</sup> MANIFESTO da Convenção Artur Bernardes-Urbano Santos. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 90, p. 5, 30 jun. 1921.

<sup>386</sup> *Ibidem*, p. 5.

emissor autônomo em relação ao Estado<sup>387</sup>.

Já o Manifesto da Dissidência era encabeçado pelos estados de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e dissidentes dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Sergipe<sup>388</sup>. O manifesto, primeiramente, apontava falhas na realização das convenções, pois nas “deliberações nem mesmo todas as parcelas da opinião pública ali representada, exprimem livremente as suas preferências”, e “a consulta versa sobre determinados candidatos e é formulada em nome de partidos regionais, em número reduzido, mas constituindo um núcleo eleitoral de peso decisivo<sup>389</sup>. O manifesto afirmava ainda que não apresentaria um “programa pormenorizado de governo”, pois considerava que a “complexidade” e a “vastidão” da presidência “requereriam, não quatro, mas quarenta anos de continuidade administrativa”, resignando-se a abordar, inicialmente, a questão econômica, a partir da defesa do controle dos gastos e das despesas públicas<sup>390</sup>. Em relação à gestão pública, o manifesto defendia uma maior autonomia ao Legislativo, a ampliação da participação das forças armadas e das massas urbanas, além da distribuição equitativa de poder entre os estados da Federação<sup>391</sup>.

No entanto, o posicionamento de *A Política* em relação ao pleito presidencial ficaria evidenciado no editorial “*Crônica política*”, de 25 de outubro de 1921. Nele, a revista sugeria uma possível candidatura de “conciliação”, que teria como primeira opção a formação de uma chapa reunindo os dois nomes da campanha de 1910, Rui Barbosa e Hermes da Fonseca.

Ante a nação cindida [...] aparece a sugestão mediadora para uma nova candidatura - esta de conciliação. Os nomes? Surge, em primeiro lugar, o do egrégio Rui Barbosa, tendo como companheiro de chapa o Sr. Marechal Hermes da Fonseca: seria o amplexo definitivo e empolgante do elemento civil com as classes armadas; e fora, além disso, ou de par com isso, que é uma perspectiva de beleza, o resgate da nossa maior dívida nacional - a elevação de Rui Barbosa à suprema magistratura de sua e nossa pátria (*A POLÍTICA...*, 1921, p. 3).

O mesmo editorial referia-se a uma suposta visita do presidente Epitácio Pessoa a São Paulo, o que teria possibilitado a sugestão de outros nomes como o de Washington Luís e

<sup>387</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 276-277.

<sup>388</sup> MANIFESTO da dissidência Nilo Peçanha-J. J. Seabra. *A Política: revista combativa ilustrada*. Rio de Janeiro, n. 90, p. 11, 30 jun. 1921.

<sup>389</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>390</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>391</sup> VISCARDI, op. cit., nota 387, p. 276-277.



Albuquerque Lins. No entanto, segundo o editorialista, o obstáculo a essa empreitada estaria na aceitação dessa “fórmula conciliatória” por parte de Artur Bernardes e Nilo Peçanha:

Mas resta saber se estarão por essa fórmula conciliatória os dois candidatos em dissídio. Quem a proporá ao ilustre Sr. Arthur Bernardes? Quem a apresentará ao ilustre Sr. Nilo Peçanha? Nós que fazemos desta folha, não um órgão de partidos, mais um arquivo dos fenômenos políticos de nossa época, para que possa a posteridade encontrar a realidade deste minuto histórico, e assim nos parece que preenchemos uma lacuna na imprensa nacional - não temos autoridade para tomar iniciativas decisivas, mas podemos sugerir e o fazemos. Aí fica a necessária sugestão (A POLÍTICA..., 1921, p.3).

O trecho acima nos revela outra faceta relacionada ao que seria a “missão” de *A Política*. Se no momento da sua criação, a revista se apresentava como inimiga da “politiqueice amoral”<sup>392</sup>, criada com o objetivo de “guiar as consciências”<sup>393</sup>, nesse editorial ela também assumia claramente a intenção de atuar como agente das composições e disputas políticas correntes.

Por essa época, os militares também despontavam como outro grupo dissidente. A insatisfação militar que, como já foi dito, tinha sido manifestada com a gestão do civil Pandiá Calógeras, aumentava vertiginosamente, agravando-se com a tentativa de intervenção do ministro nas eleições para o Clube Militar, em 1921<sup>394</sup>. Outro motivo de insatisfação estava relacionado à atuação da Missão Militar Francesa. Contratada em 1919 pelo governo brasileiro para auxiliar na instrução e na modernização do Exército, a iniciativa contou com a oposição de alguns generais que, descontentes com a sua interferência na corporação, pediram a exoneração dos seus cargos<sup>395</sup>. No entanto, o ápice do descontentamento dos militares se deu com a não concretização da candidatura de Hermes da Fonseca à sucessão presidencial. Antes do anúncio do nome de Artur Bernardes, o marechal, que havia retornado da Europa em novembro de 1920 e no ano seguinte fora eleito presidente do Clube Militar, também teve o

<sup>392</sup> A POLÍTICA. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 1, p. 1, 24 abr. 1918.

<sup>393</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>394</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias*: uma revisão da Política do Café com Leite. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 273.

<sup>395</sup> *Ibidem*, p. 273. ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. Missão Militar Francesa (verbetes temático). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MISS%C3%83O%20MILITAR%20FRANCESA.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

seu nome cogitado nas articulações que definiriam quem seria o candidato situacionista<sup>396</sup>.

O episódio conhecido como das “cartas falsas” acirrou ainda mais os ânimos no seio militar. No segundo semestre de 1921, haviam sido ofertadas a Artur Bernardes a cópia de duas cartas de cunho ofensivo aos militares, tendo elas sido repelidas. Em 9 de outubro de 1921, o jornal *Correio da Manhã* publicou em *fac-símile* uma delas, datada de 3 junho, que teria sido escrita por Bernardes e seria endereçada ao senador mineiro Raul Soares<sup>397</sup>. Sob o título “*Injurioso e ultrajante. O Sr. Artur Bernardes lança peça de venalidade sobre os oficiais do Exército. Uma ameaça ao presidente da República*”, o artigo que acompanhava a reprodução da carta, sem assinatura, divulgava o motivo de uma suposta viagem realizada por Soares a Belo Horizonte: o senador “havia perdido duas cartas da maior inconveniência e gravidade, que o seu candidato à presidência da República lhe havia escrito”<sup>398</sup>. Segue abaixo a transcrição da carta:

Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargento sem compostura, aos seus apaniguados e tudo que nessa orgia se passou. Espero que use com toda energia, de acordo com as minhas instruções pois esse canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina. Veja se o Eptácio mostra agora a sua apregoadada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina e removendo para bem longe esses generais anarquizadores. Se o Eptácio com medo não atender, use de diplomacia que depois do meu reconhecimento ajustaremos as contas. A situação não admite temporização os que forem venais que é quase a totalidade, compre-os todos os seus bordados e galões (CORREIO DA MANHÃ, 1921, p. 2).

Artur Bernardes reagiu de forma surpresa à publicação da carta e negou veemente a sua veracidade. O candidato telegrafou a Eptácio Pessoa e Hermes da Fonseca, a esse último afirmando que “V. Exa., que foi também vítima de tantas indignidades terá por certo visto, fazendo assim justiça à minha inteligência e ao meu caráter, que se trata de uma audaciosa falsificação”<sup>399</sup>. No entanto, uma comissão especial criada pelo Clube Militar para o exame pericial das cartas, emitiu, no dia 28 de dezembro de 1921, um laudo confirmando a

<sup>396</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. p. 9.

<sup>397</sup> CARONE, Edgar. *A república velha: evolução política*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974. p. 338. MALIN, Mauro. Artur Bernardes (verbete biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BERNARDES,%20Artur.pdf>>. Acesso em: 5 de out. 2015.

<sup>398</sup> INJURIOSO e ultrajante. O Sr. Artur Bernardes lança peça de venalidade sobre os oficiais do Exército. Uma ameaça ao presidente da República. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, n. 8255, p. 2, 09 out. 1921.

<sup>399</sup> BERNARDES, 1921 apud CARONE, 1974.

autenticidade das cartas<sup>400</sup>.

Veiculando julgamento distinto, *A Política*, no artigo “*Momento político*”, sem assinatura, de 18 de fevereiro de 1922, transcreveu, na íntegra, um parecer de Rui Barbosa sobre o assunto, no qual se afirmava que “os diferentes trabalhos feitos sobre o célebre caso das cartas, submetidos ao meu conhecimento [...] apenas vieram confirmar a minha opinião de que as referidas cartas são falsas”<sup>401</sup>.

Após esse acontecimento, a insubordinação se instaurou nos quartéis, principalmente entre os tenentes, que passaram a defender o golpe, caso Artur Bernardes fosse eleito<sup>402</sup>. Os tenentes eram, em sua grande maioria, oficiais de baixa patente – nem todos verdadeiros tenentes - e representavam uma ala militar radical<sup>403</sup>. Como é conhecido, os desdobramentos desse episódio acabaram por aproximar os militares descontentes e a facção política dissidente<sup>404</sup>.

No contexto político da sucessão presidencial de 1922, Nilo Peçanha figurava entre os poucos nomes que poderiam disputar o pleito com Artur Bernardes. Segundo Ferreira, além do prestígio político, o líder fluminense possuía ainda o diferencial de ser um dos únicos representantes dos “primórdios” da República, juntamente com Rui Barbosa<sup>405</sup>. Fora deputado federal pelo Rio de Janeiro (1891-1902), presidente do estado (1903-1906 e em 1912), vice-presidente da República (1906-1909), tendo assumido a presidência de junho de 1909 a novembro de 1910, em virtude da morte de Afonso Pena, e senador (1912)<sup>406</sup>. Líder fluminense durante quase vinte anos, sua rede política era formada por nomes como os de

<sup>400</sup> MALIN, Mauro. Artur Bernardes (verbete biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BERNARDES,%20Artur.pdf>>. Acesso em: 5 de out. 2015.

<sup>401</sup> MOMENTO político. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 100, p. 15-16, 18 fev. 1922.

<sup>402</sup> MALIN, op. cit., nota 400, p. 3.

<sup>403</sup> FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo (verbete biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TENENTISMO.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 1915.

<sup>404</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. p. 9.

<sup>405</sup> *Ibidem*, p. 14-15.

<sup>406</sup> FERREIRA, Marieta. Nilo Peçanha (verbete biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PE%C3%87ANHA,%20Nilo.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 1915.

Paulo de Frontin, principal liderança do Distrito Federal, Edmundo Bittencourt e José Eduardo de Macedo Soares, proprietários dos jornais *Correio da Manhã* e o *Imparcial*, respectivamente. Aliás, a proximidade de Nilo Peçanha com esses dois últimos foi fundamental para a formação de uma opinião pública que lhe fosse favorável. Entretanto, a disputa de uma eleição como candidato oposicionista representava um desafio com poucas garantias de sucesso, quando a própria dinâmica política estava voltada para a manutenção do situacionismo no poder<sup>407</sup>.

A Reação Republicana também se voltou para a mobilização das camadas urbanas. Revestindo-se de um caráter popular, a campanha de Nilo Peçanha englobava pautas voltadas para questões sociais, como a extensão da instrução pública e o combate ao analfabetismo, como iniciativa voltada para a ampliação da participação dos “segmentos desprivilegiados” na política<sup>408</sup>. Embora adotasse esse discurso “progressista”, a campanha do candidato não apresentava, contudo, nenhuma proposta que pudesse pôr em prática essas pautas<sup>409</sup>.

Mesmo com propostas de governo limitadas, conforme assinalado por Surama Conde Pinto e Marieta Ferreira, Nilo Peçanha alcançou uma considerável penetração entre as camadas urbanas, em especial no Distrito Federal<sup>410</sup>. A hostilidade manifestada pela população com a chegada de Artur Bernardes na capital dava sinais da aproximação entre as camadas urbanas e o candidato da oposição. No dia 15 de outubro de 1921, o candidato situacionista chegava ao Rio de Janeiro para o início de sua campanha eleitoral, que incluía a leitura de sua plataforma política em um banquete no Clube dos Diários. Embora as autoridades tivessem tomado medidas preventivas de segurança, o candidato foi vaiado e hostilizado durante o seu trajeto no centro da cidade<sup>411</sup>. O jornal *Correio da Manhã*, que apoiava Nilo Peçanha, referiu-se a esse episódio como “mais uma prova irrefragável da impopularidade do candidato da convenção”, e que “eram todas as classes – funcionários, militares, estudantes, médicos, bacharéis, industriais, comerciantes – que afrontavam as patas de cavalo da polícia, para bem alto proclamarem o seu nojo pelo afilhado do Sr. Raul

---

<sup>407</sup> FERREIRA, Marieta. A reação republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 14-15, 1993.

<sup>408</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. p. 8.

<sup>409</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>410</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>411</sup> CARONE, Edgar. *A república velha: evolução política*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974. p. 339.

Soares”<sup>412</sup>.

Em *A Política*, um discurso proferido por J. J. Seabra, em 18 de outubro, no Maranhão, reforça a estratégia da Reação Republicana, de aproximação junto às camadas urbanas. Nele, o candidato à vice-presidência afirmava o compromisso da oposição de apresentar suas propostas de governo junto ao povo, enquanto o adversário Artur Bernardes divulgava seu programa em um banquete, referindo-se ao evento acima mencionado:

(...) enquanto os candidatos da Convenção recebiam ovações de limitado número de convivas no banquete de dezenove de outubro, diante de pratos de peru com farofa, os candidatos dissidentes vinham entrar em contato com o povo, assumindo compromissos diretos perante o eleitorado (*A POLÍTICA...*, 1921, p. 13).

*A Política* repercutiu outros eventos no Maranhão, relacionados à campanha da Reação Republicana. A revista assumiu, portanto, um posicionamento pró-Nilo Peçanha, reafirmando o seu antagonismo em relação a Urbano Santos. O artigo “A dissidência toma vulto”, de 25 de outubro, noticiava a criação de um “comitê reacionário” em São Luís e de um jornal, com o objetivo de “intensificar a campanha a favor dos Srs. Nilo Peçanha e J. J. Seabra”<sup>413</sup>.

Já o artigo “*Em torno da conferência presidencial*” noticiava a chegada à capital maranhense de Nilo Peçanha, que teria desembarcado na cidade “debaixo de delirantes ovações por parte da grande multidão que desde cedo estacionava na rampa”<sup>414</sup>. Ainda no mesmo artigo, o articulista afirmava que

Não há memória, no Maranhão de tão entusiásticas e espontâneas manifestações, senão quando defendendo idênticos princípios, aqui veio o grande maranhense Coelho Netto. Isto demonstra que o povo maranhense não é indiferente ao grande movimento cívico que empolga o resto do país (*A POLÍTICA...*, 1921, p. 27).

*A Política* também noticiou um caso de violência na cidade de Caxias, no qual um guarda da prefeitura teria sido espancado, o que teria dado início “a série de violências premeditadas contra os adversários do governo que aderiram à chapa reacionária”<sup>415</sup>.

Já em 1922, *A Política* registrou a movimentação política no Maranhão referente aos

<sup>412</sup> O BANQUETE de “rolinha” nos diários. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, n. 8266, p. 1, 20 out. 1921.

<sup>413</sup> A DISSIDÊNCIA toma vulto. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 96, p. 13, 25 out. 1921.

<sup>414</sup> EM TORNO da conferência presidencial. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 96, p. 27, 25 out. 1921.

<sup>415</sup> VIOLÊNCIA em Caxias. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 96, p. 13, 25 out. 1921.

dois lados da disputa. Em 18 de fevereiro, uma nota veiculava a organização de “vários comitês” na capital e no interior do estado, com o objetivo de realizar uma “propaganda favorável a chapa Bernardes-Urbano”<sup>416</sup>. A mesma nota destacava também a criação de “novos comitês”, que teriam “motivado diversas e importantes adesões a chapa Nilo-Seabra”<sup>417</sup>. No entanto, embora o articulista reconhecesse haver “uma forte propaganda de ambos os lados em todos os municípios”, logo afirmava que “a chapa da reação terá grande votação em todos os colégios”<sup>418</sup>.

Em relação a J. J. Seabra, *A Política* posicionou-se de maneira amistosa, seguindo a tendência adotada por Rui Barbosa que, por incrível que pareça, após os embates de 1919, havia se reconciliado com o adversário político<sup>419</sup>. Nas eleições para o Senado, em 1921, Seabra, até então governador da Bahia, reconduziu Rui Barbosa a cadeira como candidato único. Já na ocasião da indicação de J. J. Seabra à vice-presidência da República pela Reação Republicana, Rui Barbosa teria afirmado que não se opunha à candidatura<sup>420</sup>.

*A Política* também repercutiu a agitação política que antecedeu o pleito presidencial<sup>421</sup>. Em 18 de fevereiro de 1922, o editorial “*Flagrante para a História*” se referiu à movimentação em torno das eleições como um “movimento em plena ebulição”, nutrido pela disputa entre “os partidos que pleiteiam a vitória”<sup>422</sup>. O editorial também reproduziu a polarização desse processo eleitoral, apresentando Artur Bernardes como o candidato “da convenção dos representantes da maioria dos governadores, no congresso federal” e Nilo Peçanha como “a expressão do anseio popular”<sup>423</sup>. Observamos, nesse caso, o posicionamento da revista de condenação do conluio político que teria apoiado a candidatura de Artur

---

<sup>416</sup> NOTÍCIAS do Maranhão. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 100, p. 11, 18 fev. 1922.

<sup>417</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>418</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>419</sup> SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado em História)—Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

<sup>420</sup> *Ibidem*, p. 121.

<sup>421</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. p. 9.

<sup>422</sup> FLAGRANTE para a história. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 100, p. 3, 18 fev. 1922.

<sup>423</sup> FLAGRANTE para a história. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 100, p. 3, 18 fev. 1922.

Bernardes:

O apoio do primeiro [Artur Bernardes] é lícito pôr em evidência, decorre da força de que se convenceram em irrevogável encarnação os políticos que, mercê da passividade coletiva, pelas constantes decepções oriundas da farsa e do abastardamento de boas normas republicanas, exercem o poder público nos estados. Tantos anos de República quantos há que, assim, com processos tais, se relega o Brasil a uma sonegação aviltante da sua cultura político-social (A POLÍTICA..., 1922, p. 3).

O editorialista também criticava a possibilidade da criação de uma candidatura de conciliação por parte do governo naquele momento:

Até agora tem sido possível aos conluos tripudiar, à última hora, sobre a opinião coletiva [...] negociando-se no derradeiro instante, uma candidatura chamada de conciliação. Neste momento, porém, é impossível, sem uma grande comoção intestina, ludibriar a Nação com esses processos antidemocráticos e aviltantes. O Brasil está vigilante ao seu próprio destino de liberdade e consciência republicana (A POLÍTICA..., 1922, p. 3).

Nesse caso podemos destacar uma mudança de posicionamento da revista, que passou a considerar a candidatura de conciliação como “antidemocrática” e “aviltante”, quando essa mesma sugestão tinha sido aventada no ano anterior. Essa mudança pode ser atribuída ao fato da possível candidatura ter sido sugerida à revelia do grupo político apoiado pela revista. Como argumento contrário à proposta, o editorialista recorria à atmosfera de instabilidade que assolava o país:

A guerra civil, portanto, está desenhada nos horizontes do país. E, aí, é a legítima defesa de direitos de quem a gera e acende e semeia. Respeitem, pois, os governantes a opinião nacional. Porque insistir nas práticas condenáveis é demonstrar desamor à pátria e pôr-se fora do círculo legal. Eis o flagrante da situação e que servirá para a História destes dias atormentados (A POLÍTICA..., 1922, p. 3).

Artur Bernardes foi o vencedor da eleição, realizada em 1º de março de 1922, embora Nilo Peçanha tivesse angariado uma votação expressiva<sup>424</sup>.

Restou à Reação Republicana a reivindicação da criação de um “Tribunal de Honra”, que atuaria como “árbitro” desse processo eleitoral. A facção derrotada também empreendeu uma campanha que visava manter a mobilização popular e o descontentamento dos

---

<sup>424</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p.277-279.



militares<sup>425</sup>. No entanto, a força da bancada mineira no Congresso fez com que o entusiasmo acerca da criação do “Tribunal de Honra” fosse perdendo a força, e em 7 de junho de 1922, Artur Bernardes foi reconhecido como vencedor<sup>426</sup>.

Os eventos que se seguiram são bastante conhecidos. As lideranças da Reação Republicana assumiram um posicionamento mais radical, no qual aventavam a possibilidade de um levante armado como alternativa para a resolução da questão. A liderança situacionista não se deixou intimidar frente às ameaças de insurreição e empreendeu medidas com o objetivo de isolar de vez as forças oposicionistas. Em maio de 1922, todos os deputados dissidentes foram excluídos da sessão de eleição para a mesa da Câmara Federal e das comissões parlamentares. Com essa decisão, Minas e São Paulo eliminaram de vez qualquer possibilidade de negociação com a oposição. Às forças dissidentes restava a união com os militares descontentes e o cumprimento da promessa de insurreição<sup>427</sup>.

Em 5 de julho, os tenentes iniciaram a revolta do forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, sob o comando de Euclides Hermes da Fonseca, filho do marechal. Epiácio Pessoa decidiu cercar o forte, que logo foi controlado. Simultaneamente, os levantes que irromperam na Escola Militar do Realengo e na Vila Militar também foram controlados pelas forças do governo, assim como as insurreições sediadas em Niterói e em Campo Grande, no estado do Mato Grosso<sup>428</sup>.

O fracasso desse movimento foi atribuído a baixa adesão dos segmentos militares mais expressivos e das forças políticas dissidentes. É importante ressaltar que esses levantes foram liderados pelos oficiais de nível intermediário do Exército – tenentes e capitães – sem a participação da alta cúpula do Exército. Por outro lado, o grupo dissidente, que fomentou o descontentamento dessa ala radical, na prática, não teria se engajado efetivamente nas ações orquestradas para a deposição do situacionismo.

Após a revolta, Epiácio Pessoa solicitou e obteve do Congresso a decretação do estado de sítio no Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Nos meses seguintes, como medidas

---

<sup>425</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. p. 10.

<sup>426</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 277-279.

<sup>427</sup> FERREIRA; PINTO, op. cit., nota 425, p. 10.

<sup>428</sup> CARONE, Edgar. *A república velha: evolução política*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974. p. 354-357.

repressivas, o governo federal determinou várias prisões e instaurou processos judiciais<sup>429</sup>. Em 15 de novembro de 1922, Artur Bernardes, sob o estado de sítio, foi empossado presidente da República<sup>430</sup>.

Por ocasião desse desfecho, não foram localizadas novas edições de *A Política*, que parece então ter deixado de circular.

Nesse capítulo, analisamos em *A Política* a repercussão de importantes acontecimentos políticos entre os anos de 1919 e 1922. Nessa fase, após a saída de Coelho Netto e novamente sob a direção de João Rodrigues, a revista manteve sua linha editorial. Após ter se dedicado a “causa” do escritor, a partir de 1919, a revista engajou-se em novas disputas e acompanhou os processos eleitorais.

Em 1919, em meio ao conturbado cenário político que se instaurou após a morte de Rodrigues Alves, com o início das especulações acerca dos possíveis candidatos à excepcional sucessão presidencial daquele ano, *A Política* se manifestou a favor daquele que teria a sua causa representada em suas páginas: Rui Barbosa. A excepcionalidade da situação, nesse caso, não se resumiu apenas à convocação do novo pleito: a formação da chapa pelo governo também teria causado surpresa ao mundo político e até mesmo ao próprio indicado, o paraibano Epiácio Pessoa. Na verdade, a escolha do seu nome foi o resultado das dificuldades de articulação pela liderança situacionista, que possibilitando a formação de uma aliança alternativa, já por ocasião desse pleito, por meio da aproximação de Minas Gerais com outros estados da federação.

Nas movimentações em torno da sucessão presidencial de 1922, descortinamos um contexto permeado por transformações. Agitações sociais, crise econômica, descontentamento da classe militar, dentre outros fatores, serviram de pano de fundo para marcar a cisão entre os “grandes estados”, detentores do controle da dinâmica política e eleitoral, e os estados com participação secundária, que reivindicavam uma distribuição de poder mais equitativa na política. Essa reivindicação envolveu, além da classe política dissidente, os militares e as camadas urbanas, indicando o esgotamento da dinâmica centrada no controle, sobretudo, das oligarquias mineira e paulista, como já apontado na historiografia sobre o período. No entanto, deve ser assinalado que esse processo de esgotamento já havia se descortinado na sucessão anterior, quando, em 1919, Minas Gerais se uniu aos estados dissidentes, o que não se repetiu em 1922.

---

<sup>429</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. p. 12.

<sup>430</sup> CARONE, Edgar. *A república velha: evolução política*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974. p. 360.

Observamos que *A Política*, de 1919 a 1922, repercutiu em suas páginas esse quadro de instabilidade e manteve os posicionamentos definidos. Primeiramente, a favor de Rui Barbosa, quando sugeriu o seu nome à candidatura de conciliação, se colocando novamente à disposição para abraçar a “causa” do político baiano. Finalmente, contrário a Urbano Santos, quando veiculou artigos em apoio à movimentação política da Reação Republicana no Maranhão. É importante ressaltar que esse posicionamento crítico em relação ao líder maranhense foi assumido pela revista desde a sua criação, em 1918, quando ainda servia à causa de Coelho Netto, e se manteve, até 1922. Pelo visto, os ventos da mudança não alteraram a direção seguida por *A Política*.

## CONCLUSÃO

A análise de *A Política: Revista Combativa Ilustrada* realizada nesta dissertação nos indicou importantes questões que retomaremos nessas considerações finais.

*A Política* foi criada em 1918 pelo escritor Coelho Netto. Em seu primeiro editorial, no qual a “missão” da revista era apresentada ao público, identificamos uma correspondência entre o papel que se atribuía a revista e o discurso também comum entre os literatos da Primeira República, de líderes do povo brasileiro, cujas “consciências” careceriam de ser “guiadas”<sup>431</sup>. A tal liderança, segundo a revista, ainda cabia impedir a “disseminação de sufrágios” que dessem ensejo a “surpresas”<sup>432</sup>. Esse discurso, veiculado em *A Política*, nos aponta que, nesse período, a literatura e a política andavam de mãos dadas, como esferas indissociáveis.

*A Política* repercutiu em suas páginas as movimentações em torno das eleições de 1918, 1919 e 1922, editando textos relacionados à própria dinâmica política do período. Sobre o reconhecimento de Coelho Netto, em 1918, além da motivação pessoal, identificamos nestes aspectos que eram comuns a esse cotidiano político, como, por exemplo, o controle exercido pelas oligarquias estaduais e o papel decisivo dos seus chefes estaduais, que definiam o acesso e a retirada de nomes das listas dos partidos, além do caráter figurativo das eleições.

Já nas eleições de 1919 e 1922, acompanhamos em *A Política* como esse sistema se articulava na renovação dos mandatos presidenciais. Minas Gerais e São Paulo, os “grandes estados”<sup>433</sup>, lideravam as negociações com as demais unidades da federação, os “estados secundários”<sup>434</sup> e exerciam, nesse caso, o controle sobre as chapas que seriam indicadas à presidência. No entanto, segundo Cláudia Viscardi, a “aliança” mineiro-paulista não possuía um caráter hegemônico e também não era isenta de conflitos, pois os demais estados também se articulavam e formavam parcerias nas movimentações que antecederiam as eleições<sup>435</sup>.

---

<sup>431</sup> A POLÍTICA. *A Política: revista combativa ilustrada*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 1, 24 abr. 1918.

<sup>432</sup> GODOIS, Barbosa. A questão do dia. *A Política: revista combativa ilustrada*. Rio de Janeiro, n. 39, p. 4, 31 jan. 1919.

<sup>433</sup> FERREIRA, Marieta. A reação republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 10, 1993.

<sup>434</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>435</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 230-25.

Identificamos também em *A Política* os indícios de esgotamento desse sistema, que eram perceptíveis desde a sucessão de 1919. Esse pleito, realizado excepcionalmente, em virtude da morte de Rodrigues Alves, foi disputado por Epiácio Pessoa, candidato do governo, e Rui Barbosa, candidato da oposição. Nessa sucessão, Minas Gerais e São Paulo não conseguiram se articular em torno de uma indicação comum. Em *A Política*, o artigo “*As candidaturas à presidência*”, de janeiro de 1919, abordou esse impasse, primeiramente do lado dos grandes estados, que ainda não haviam “manifestado positivamente sobre o assunto”; por outro lado, em relação aos estados secundários, “sem voto decisivo na solução do problema”<sup>436</sup>. A cobertura de *A Política* desvela, portanto, os bastidores de amplas negociações e as articulações entre os estados.

O impasse entre Minas Gerais e São Paulo possibilitou a movimentação das demais unidades da federação, que formaram a “concentração dos estados”<sup>437</sup>, que consistiu em um acordo prévio à convenção nacional, que aprovou o nome de Epiácio Pessoa à sucessão. Minas, nessa negociação, se aliou aos demais estados, relegando a São Paulo o isolamento, o que inviabilizou a indicação de seu candidato, Altino Arantes<sup>438</sup>. Nessas negociações, destacamos a habilidade de articulação entre “estados secundários” e a adesão mineira ao eixo alternativo, evidenciando a tensão existente na relação entre os grandes estados.

Em 1922, o que antes era o indício de esgotamento, materializou-se como ruptura. Dessa vez, Minas Gerais e São Paulo acordaram pelo nome de Artur Bernardes. Entretanto, a chapa situacionista sofreu forte oposição, liderada pelo Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. A Reação Republicana se lançou em uma candidatura de oposição, que reivindicava, sobretudo, uma distribuição de poder mais equitativa entre os estados. Destacou-se a aproximação entre os estados dissidentes e os militares que, nesse contexto, manifestavam insatisfação com questões corporativas e com a reduzida participação política que lhes era delegada.

*A Política* também repercutiu esse cenário instável, nos editoriais “Crônica política” e “Flagrante para a história”. No primeiro, a revista sugeriu uma candidatura de conciliação, que reuniria na mesma chapa os nomes de Rui Barbosa e Hermes da Fonseca<sup>439</sup>. Já no

<sup>436</sup> AS CANDIDATURAS à presidência. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 39, p. 7, 31 jan. 1919.

<sup>437</sup> VISCARDI, Cláudia. *Teatro das Oligarquias*: uma revisão da Política do Café com Leite. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 243-244.

<sup>438</sup> *Ibidem*, p. 248.

<sup>439</sup> CRÔNICA política. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 96, p. 3, 25 out. 1921

segundo, manifestou criticamente diante da possibilidade de uma conciliação que, supostamente, viria do próprio governo. Ainda nesse editorial, *A Política* se referia àqueles dias como “atormentados” e aventava a possibilidade de uma “guerra civil”<sup>440</sup>. *A Política* fazia ferrenha oposição a Urbano Santos, candidato à vice-presidência pelo situacionismo, por meio de artigos que abordavam a movimentação política no Maranhão e, no contexto estadual, colocando-se a favor da Reação.

Através da revisão desses pontos principais, entendemos que *A Política* pode ser tomada como uma fonte de investigação indispensável aos estudos sobre a política da Primeira República. Nela, identificamos questões que representam, em parte, uma lacuna na historiografia política mais recente, como a sucessão de 1919. Nesse caso, esperamos ter contribuído para o conhecimento dos contextos analisados, e esperamos que essa pesquisa suscite ainda outros questionamentos que possam ser devidamente investigados.

No primeiro capítulo, sobre a trajetória do criador de *A Política*, o escritor Coelho Netto, privilegamos a análise de sua atuação política. Identificamos o seu envolvimento nesse campo desde o início da sua vida profissional, até ser integrado na representação política, por meio do partido maranhense. A respeito de seu desempenho como deputado federal, concluímos que Coelho Netto se manteve ligado ao situacionismo maranhense durante as três legislaturas assumidas, nos contrapondo às análises que o consideraram como “autônomo” e “independente”.

Em relação à *Política*, concluímos, no segundo capítulo, que uma das motivações para a criação da revista foi a campanha em favor da obtenção do reconhecimento de Coelho Netto como deputado federal, na eleição de 1918, que o escritor disputou após a sua exclusão do partido situacionista maranhense. A revista se configurou, portanto, como veículo de oposição a Urbano Santos, líder político maranhense, responsável pela exclusão do escritor da chapa oficial.

No terceiro e último capítulo, sobre as sucessões presidenciais de 1919 e de 1922, observamos que, no primeiro pleito, o sistema político apresentava sinais de esgotamento e que as forças dissidentes já se organizavam, como nos indica a formação da “concentração dos estados”. Assim, a Reação Republicana, na sucessão de 1922, representou a continuidade do processo iniciado na sucessão 1919. Quanto à *A Política*, nos dois pleitos a revista se posicionou pela oposição: em 1919, engrossou a campanha a favor da candidatura de Rui

---

<sup>440</sup> FLAGRANTE para a história. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 100, p. 3, 18 fev. 1922.

Barbosa; em 1922, se manteve na oposição a Urbano Santos, candidato situacionista a vice-presidência, repercutindo a campanha da Reação Republicana no Maranhão.

Ao apontar a vinculação da revista às movimentações de Coelho Netto e à sua rede de sociabilidade, na capital federal e no Maranhão, sua oposição à liderança política estadual e a tomada de posições, como na adesão à campanha de Rui Barbosa, figura próxima ao escritor, nossa análise denota a complexidade da dinâmica política no período examinado, marcada por conflitos e disputas, inclusive pelo eleitorado e pela “opinião pública”. Concorre, assim, como outros estudos referidos ao longo da dissertação, para o questionamento da ideia de uma “apatia” ou de um desinteresse pelo processo eleitoral no período republicano e sublinha as tensões que marcavam a prevalência do eixo Minas Gerais - São Paulo na esfera federal, como a antecipação dos indícios da crise da década de 1920.



## REFERÊNCIAS

- A ATITUDE do Sr. Nilo Peçanha. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 90, 30 jun. 1921.
- A BAHIA em armas. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 66, p. 6, 16 jan. 1920.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 9, p.5, 21 jun. 1918.
- ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. Acadêmicos fundadores: Antônio Batista de Barbosa de Godóis. Disponível em: <[http://www.academiamaranhense.org.br/?page\\_id=42](http://www.academiamaranhense.org.br/?page_id=42)>. Acesso em: 30 ago. 2014.
- A CAMPANHA política no Norte. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 96, p. 13, 25 out. 1921.
- A DESIGUALDADE das raças. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 45, p. 9, 25 abr. 1919.
- A DISSIDÊNCIA toma vulto. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 96, p. 13, 25 out. 1921.
- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- A EMBAIXADA da paz. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 35, p. 3, 27 dez. 1918.
- A FARSA. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 13, p. 7, 19 jul. 1918.
- A GRANDE causa baiana. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 62, p. 4, 21 nov. 1919.
- A GRIPE em São Luís. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 31, p. 6, 29 nov. 1918.
- A ILUSÃO do Nordeste. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 46, p. 4, 09 maio 1919.
- À MARGEM da mensagem presidencial. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 46, p.3, 09 maio 1919.
- A MENSAGEM e a lei eleitoral. S. Ex. está satisfeito. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 3, p. 6, 09 maio 1918.
- A MUDANÇA do Senado. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 12, p. 4, 12 jul. 1918.

A NOVA lei eleitoral: alguns casos típicos do seu desvirtuamento. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 1, p. 14, 24 abr. 1918.

A PESTE negra do regime: a mensagem do Sr. Presidente da República. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 3, p. 3, 09 maio 1918.

A POLÍTICA. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1, 24 abr. 1918.

A POLÍTICA. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 5, p. 3, 24 maio 1918.

A POLÍTICA. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 16, p. 5, 09 ago. 1918.

A POLÍTICA. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 37, p. 7, 10 jan. 1919.

A POLÍTICA. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 38, p. 3, 17 jan. 1919.

A POLÍTICA. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 7, p. 8, 07 jun. 1918.

A POLÍTICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 7.041, p. 4, 07 jun. 1918.

A POLÍTICA em toda a parte. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 5, p. 7, 24 jun. 1918.

A POLÍTICA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 123, p. 6, 04 maio 1918.

A POLÍTICA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 164, p. 4, 18 jun. 1918.

A PRESIDÊNCIA Wenceslau. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 29, p. 4, 15 nov. 1918.

A QUESTÃO das raças. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 45, p. 3, 25 abr. 1919.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. Missão militar francesa (verbete temático). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MISS%C3%83O%20MILITAR%20FRANCESA.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

A REIVINDICAÇÃO da Bahia. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 68, p. 3, 13 fev. 1920.

A REVOLTA no Maranhão. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 44, p. 5, 11 abr. 1919.

AS CANDIDATURAS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 5289, p. 1, 24 jul. 1913.

AS CANDIDATURAS à presidência. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 39, p. 7, 31 jan. 1919.

AS COMISSÕES verificadoras. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 2, p. 3, 01 maio 1918.

ATLÉTICA. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 66, p. 4, 16 jan. 1920.

BAHIA. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 66, p. 4, 16 jan. 1920.

BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. 1996. Tese (Doutorado em História)—Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 164-185.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883-1902.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de século, 2003.

BRASIL. Congresso. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15), 1910 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6), 1911 (v. 1, 2, 3, 4), 1912 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16), 1913 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13), 1914 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13), 1915 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20), 1916 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15), 1917 (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13). Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/pesquisa\\_diario\\_basica.asp](http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp)>. Acesso em: 15 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 7ª Legislatura: 1909 -1911. Brasília: [s.n.]. Folhas datilografadas.

\_\_\_\_\_. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 8ª Legislatura: 1912 -1914. Brasília: [s.n.]. Folhas datilografadas.

\_\_\_\_\_. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros 9ª Legislatura: 1915 -1917. Brasília: [s.n.]. Folhas datilografadas.

\_\_\_\_\_. Constituição (1891). Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário do Congresso Nacional*, 1891. p. 523. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 10.410, de 27 de agosto de 1913. Concede autorização para funcionar na República a Mutualidade Vitalícia dos Estados Unidos do Brasil e aprova os seus estatutos. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 03 set. 1913. Seção 1, p. 12861. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-10410-27-agosto-1913-576444-publicacaooriginal-99626-pe.html>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

CÂMARA. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 4, p. 5, 17 maio 1918.

CARNEIRO, Alan. Urbano Santos (verbete biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SANTOS,%20Urbano.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

CARNEIRO, Alan; LOPES, Raimundo Helio. Benedito Leite (verbete biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEITE,%20Benedito.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

CARONE, Edgar. *A república velha*: evolução política. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974.

CARVALHO, Augusto de. O presidente eleito. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 4, p. 5, 17 maio 1918.

CARVALHO, Claunísio Amorim. *O insigne pavilhão*: nação e nacionalismo na obra do escritor Coelho Netto. 2012. 217 f. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: \_\_\_\_\_. *À beira da falésia*: a história entre certezas e incertezas. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 71.

COELHO NETTO e a opinião do país: a justiça ao lado do grande escritor que ama e honra a sua Pátria. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 5, p. 7, 24 jun. 1918.

COELHO NETTO. *Pacotilha*, Maranhão, n. 48, p. 1, 26 fev. 1918.

COELHO NETTO. *Pacotilha*, Maranhão, n. 52, p. 1, 02 mar. 1918.

COELHO NETTO, Paulo. *Coelho Netto*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 111.

COMUNICADO. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 38, p. 4, 16 jan. 1920.

CONSCIÊNCIA e dignidade. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 44, p. 3, 11 abr. 1919.

CONSELHEIRO Rodrigues Alves: o Brasil perde um de seus maiores estadistas. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 38, p. 4, 17 jan. 1919.

COUTINHO, Afrânio; SOUZA, J. Galante de. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. São Paulo: Global, 2001.

CRÔNICA política. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 96, p. 3, 25 out. 1921.

CY, C. A esmo. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 3364, p. 1, 12 jul. 1891.

DIAS, Carlos Alberto Ungaretti. Política dos Governadores (verbetes biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POL%C3%8DTICA%20DOS%20GOVERNADORES.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

DIAS, Sônia. Epitácio Pessoa (verbetes biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PESSOA,%20Epit%C3%A1cio.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2015.

DR. URBANO SANTOS. *O Jornal*, Maranhão, ano IV, n. 971, p. 1, 26 jan. 1918.

DUAS verdades: sobre a reação (pacífica) da classe conservadora (comércio, indústria e lavoura) em face a situação política do país. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 40, p. 5, 14 fev. 1919.

ELEIÇÃO do Maranhão. *O Jornal*, Maranhão, ano IV, n. 1076, p. 2, 31 maio 1918.

EM TORNO da conferência presidencial. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 96, p. 27, 25 out. 1921.

ENGEL, Magali Gouveia. A Liga de Defesa Nacional como partido: os intelectuais e a construção da hegemonia burguesa: (Brasil, 1916). *E-Latina*, Buenos Aires, v. 08, p. 1. 2010.

\_\_\_\_\_. Entre a eugenia e o sanitarismo: os discursos da Liga de Defesa Nacional (Brasil, 1916-1922). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 53., 2009, Cidade do México. *Anais...* Cidade do México: Universidade Iberoamericana, 2009. p. 1999.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e a Liga de Defesa Nacional: entre a eugenia e o sanitarismo? (RJ, 1916-1933). *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. XI, p. 1-30, 2012. Disponível em: <[http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano11n1/artigo\\_Magali.pdf](http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano11n1/artigo_Magali.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A reação republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993.

\_\_\_\_\_. Nilo Peçanha (verbetes biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PE%C3%87ANHA,%20Nilo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FERNANDEZ, Renato Lanna. Henrique Maximiano Coelho Netto (verbetes biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 1-2. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COELHO%20NETO.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2015.

FILHO, Alcides Goularti. Companhia de navegação Lloyd: uma trajetória de déficit financeiro e desenvolvimento econômico. *Revista História Econômica & História de Empresas*, v. 12, n. 2, 2009.

FLAGRANTE para a história. *A Política: revista combativa ilustrada*, Rio de Janeiro, n. 100, p. 3, 18 fev. 1922.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo (verbetes biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TENENTISMO.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

FRITSCH, Winston. 1922: a crise econômica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 4, 1993.

GODOIS, Barbosa. A questão do dia. *A Política: revista combativa ilustrada*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 4, 31 jan. 1919.

GORBERG, Marissa. *Parc Royal: um magazine na modernidade carioca*. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais)—Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

GUERRA, J. Humorismos. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 3433, p. 1, 20 set. 1891.

INJURIOSO e ultrajante. O Sr. Artur Bernardes lança peça de venalidade sobre os oficiais do Exército: uma ameaça ao presidente da República. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 8255, p. 2, 09 out. 1921.

JUNQUEIRA, Eduardo. Academia Brasileira de Letras (verbetes-biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ACADEMIA%20BRASILEIRA%20DE%20LETRAS.pdf>. Acesso em: 16 out. 2015.



LESSA, Renato. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 53.

LOPES, Raimundo Helio. Francisco Portela (verbetes biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PORTELA,%20Francisco.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Humberto de Campos (verbetes biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPOS,%20Humberto%20de.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2014.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 121.

MACHADO, Ubiratan. *Coelho Netto*. Cadeira 2 / Ocupante 1 (fundador). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011. (Série Essencial).

MAL congênito. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n.12, p. 1, 12 jul. 1918.

MALIN, Mauro. Artur Bernardes (verbetes biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BERNARDES,%20Artur.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2015.

MANIFESTO da Convenção Artur Bernardes-Urbano Santos. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 90, p. 5, 30 jun. 1921.

MANIFESTO da dissidência Nilo Peçanha-J. J. Seabra. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 90, p. 11, 30 jun.1921.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: FAPESP, 2008. 593 p.

MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário biobibliográfico de membros da Academia Brasileira de Letras*. Goiânia: Kelps, 2007.

MOMENTO político. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 100, p. 15-16, 18 fev. 1922.

MONTEIRO, Mozart. A Educação Nacional. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 6, p. 8, 31 maio 1918.

MORA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1968. p. 213.

MUCIO TEIXEIRA e a política. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 19, p. 6, 30 ago. 1918.



MUTUALIDADE católica brasileira. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 4, p. 13, 17 maio 1918.

MUTUALIDADE católica brasileira. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 6, p. 12, 31 maio 1918.

MUTUALIDADE católica brasileira. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 7, p. 12, 07 jun. 1918.

MUTUALIDADE católica brasileira. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 29, p. 10, 15 nov. 1918.

NETTO, Coelho. A contestação do Sr. Coelho Netto ao diploma do Sr. Marcelino Machado. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 2, p. 4, 01 maio 1918.

\_\_\_\_\_. A horda. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 21, p. 10, 13 set. 1918.

\_\_\_\_\_. A Política. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 6, p. 3, 31 maio 1918.

\_\_\_\_\_. As grandes obras do Fluminense Futebol Clube. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 39, p. 8, 31 jan. 1919.

\_\_\_\_\_. *Fréchas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923.

\_\_\_\_\_. Invasores vermelhos: aos operários. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 31, p. 1, 29 nov. 1919.

\_\_\_\_\_. Misérias. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n.13, p. 3, 19 jul. 1918.

\_\_\_\_\_. Mísero Maranhão. *A Política*: revista combativa ilustrada. Rio de Janeiro, n. 10, p. 5, 28 jun. 1918.

\_\_\_\_\_. Requiescat. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 29, p. 6, 15 nov. 1918.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Neves; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Org.). *História e imprensa*: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, p. 313-315.

NOFUENTES, Vanessa Carvalho. *Um desafio do tamanho da nação*: a campanha da liga brasileira contra o analfabetismo (1915-1922). 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em História)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NOTÍCIAS do Maranhão. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 100, p. 11, 18 fev. 1922.

O BANQUETE de “rolinha” nos diários. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 8266, p. 1, 20 out. 1921.

O BOM rumo. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 52, p. 3, 18 jul. 1919.

O BRASIL equiparado aos estados falidos e sem governo. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 90, p. 3, 30 jun. 1921.

O CANDIDATO nacional. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 44, p. 4, 11 abr. 1919.

O CASO da Bahia. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 71, p. 3, 26 mar. 1920.

O DESESPERO do imortal. *O Jornal*, Maranhão, ano IV, n. 1138, p. 2, 13 ago. 1918.

O MOMENTO político. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 46, p. 5, 9 mai. 1919.

O RECONHECIMENTO do Sr. Epitácio Pessoa. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 52, p. 2, 18 jul. 1919.

O RECONHECIMENTO na Câmara. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 3, p. 4 e 5, 09 maio 1918.

OS ATOS do Sr. Delfim. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 39, p. 3-4, 31 jan. 1919.

O Sr. Vice-Presidente da República. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 38, p. 3, 17 jan. 1919.

OS TRIUNFADORES. *A Noite*, Rio de Janeiro, n. 4901, p. 1, 15 jul. 1925.

PATROCÍNIO, José. “Ave Rússia”. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 35, p.5, 27 dez. 1919.

PELA educação nacional. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 9, p.11, 21 jun. 1918.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Barricadas na Academia: literatura e abolicionismo na produção do jovem Coelho Netto. *Tempo*, Niterói, v. 5, n. 10, 2000. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg10-2.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg10-2.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Literatura em movimento. Coelho Netto e o público das ruas. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005.

POLÍTICA maranhense. A circular dos governadores. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 1, p. 4, 24 abr. 1918.

QUE faz o Sr. Urbano? *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 40, p. 11, 14 fev. 1919.

REIS, Flávio. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*. São Luís: UNIGRAF, 2007.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: NEVES, L. A.; FERREIRA, J. (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Belo Horizonte: Civilização Brasileira, 2003. v. 1. p. 89-120.

RODRIGUES, João. A vaga presidencial. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 38, p. 6, 17 jan. 1919.

RODRIGUES, João. *Carta para: Coelho Netto*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1918. 4 f. p. 1.

RODRIGUES, João. Governo de fisionomia. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 53, p. 3-4, 01 ago.1919.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. A geração boêmia: vida literária em romances, memórias e biografias. In: CHALHOUN, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 233-236.

SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado em História)—Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2009.

SOBRE o aparecimento d'a política. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9, 24 maio 1918.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. O processo político partidário na República Velha. In: MORA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1968. p. 213.

VELLOSO, Monica Pimenta. Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Neves; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p. 313.

VIOLÊNCIA em Caxias. *A Política*: revista combativa ilustrada, Rio de Janeiro, n. 96, p. 13, 25 out. 1921.

VISCARDI, Cláudia. *O federalismo oligárquico brasileiro: uma revisão da política do café com leite*. *Anuário IEHS*, Buenos Aires, v. 16, 2001, p. 2.

\_\_\_\_\_. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VITÓRIA, Tereza. Serzedelo Correia (verbetes biográfico). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 6. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Serzedelo.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

UM DESENLACE natural. *A Política: revista combativa ilustrada*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 5, 25 abr. 1919.